

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE
PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**“Sonhei Que Sabia Ler e Escrever”: Vozes Femininas no Processo de
Escolarização na Educação de Jovens e Adultos**

JAQUELINE CREISY CARVALHO MILBRADT

JOINVILLE, SC

2017

JAQUELINE CREISY CARVALHO MILBRADT

**“Sonhei Que Sabia Ler e Escrever”: Vozes Femininas no Processo de
Escolarização na Educação de Jovens e Adultos**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação, no Programa de Pós-Graduação – Linha de Pesquisa Políticas e Práticas Educativas da Universidade da Região de Joinville. Orientadora: Dra. Elizabete Tamanini.

JOINVILLE, SC

2017

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

Milbradt, Jaqueline Creisy Carvalho
M638s“Sonhei que sabia ler e escrever”: vozes femininas no processo de escolarização na Educação de Jovens e Adultos/Jaqueline Creisy Carvalho Milbradt; orientadora Dra. Elizabete Tamanini.– Joinville: UNIVILLE, 2017.

151f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Educação–Universidade da Região de Joinville)

1. Educação de jovens e adultos. 2. Mulheres - Educação. 3. Evasão escolar. I.Tamanini, Elizabete (orient.). II. Título.

CDD374

Termo de Aprovação

“Sonhei Que Sabia Ler e Escrever: Vozes Femininas no Processo de Escolarização na Educação de Jovens e Adultos”

por

Jaqueline Creisy Carvalho Milbradt

Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestra em Educação, aprovada em sua forma final pelo Programa de Mestrado em Educação.

Prof. Dra. Elizabete Tamanini
Orientadora (UNIVILLE)

Prof. Dra. Rosânia Campos

Coordenadora do Programa de Mestrado em Educação

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Elizabete Tamanini
Orientadora (UNIVILLE)

Prof. Dra. Rita de Cássia Pacheco Gonçalves
(UDESC)

Prof. Dra. Sonia Maria Ribeiro
(UNIVILLE)

Joinville, 24 de fevereiro de 2017

DEDICATÓRIA

*A todas as mulheres estudantes que sonham em
saber ler e escrever e retornam à escola para
concretizar seus sonhos*

AGRADECIMENTOS

*“Há uns que nos falam e não ouvimos; há uns que nos tocam e não sentimos; há aqueles que nos ferem e nem cicatrizes deixam, mas... há aqueles que simplesmente vivem e nos marcam por toda vida”
(Hannah Arendt)*

É para as pessoas que marcaram minha vida tão profundamente que se faz necessário agradecer. Estas marcas fortaleceram a alma e o corpo e foram deixadas por pessoas importantes que durante toda esta caminhada me deram suportes com as materialidades e também na imaterialidade.

Agradeço à força espiritual movida por Deus, que sempre me guia e orienta em todos os passos de minha vida;

Aos meus pais, Nasir e Maria Aparecida, por tudo que me ensinaram e pelo exemplo de vida;

Ao meu companheiro de vida e grande amor Dirceu, que em todos os momentos desta caminhada esteve comigo, incentivando-me, apoiando-me e, acima de tudo, entendendo minhas ausências;

Aos amores de minha vida: Matheus, Bernardo e Letícia, pelo carinho nas horas mais difíceis, pelas ajudas tecnológicas e por toda alegria que me concedem diariamente;

À querida amiga Vânia das Graças Fernandes Rodrigues, que me concedeu espaço na unidade escolar do CEJA para continuidade da pesquisa e por todas as palavras de incentivo e conforto;

À Deni Teresinha Barida Rateke, que permitiu a flexibilidade em meus horários de trabalho desde o ano de 2014, ano que iniciei nesta empreitada e por toda disponibilidade de acesso aos documentos escolares do CEJA;

À professora doutora, Elizabete Tamanini, carinhosamente, Betinha, minha orientadora, que de maneira comprometida, serena e afetuosa me acompanhou durante este percurso;

Às professoras doutoras Sônia Maria Ribeiro e Rita de Cássia Pacheco Gonçalves, pelas contribuições dadas à pesquisa durante a banca de qualificação;

A todas as professoras e funcionárias do programa de mestrado em educação pelos aprendizados e colaborações;

Aos colegas que fiz na turma V do Mestrado em Educação, pelas trocas de experiências, reflexões, aprendizados e momentos de descontração;

A todos os colegas do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas e Práticas Educativas – GEPPPE, pelos estudos compartilhados e principalmente à Agatha e Fernanda, que estiveram mais próximas de mim neste percurso;

Em especial, às mulheres estudantes do CEJA, integrantes fundamentais nesta pesquisa, por narrarem suas histórias de vida, pelo carinho e atenção em todas as etapas que permitiram a realização deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho de pesquisa está vinculado ao Programa de Mestrado em Educação da linha de pesquisa de Políticas e Práticas Educativas da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE. Nesta pesquisa, utiliza-se a contribuição do materialismo histórico dialético, que consiste numa análise da realidade que leva em consideração a história, as relações materiais e sociais em que o ser humano está inserido, transformando e sendo transformado pelo espaço em que ocupa na sociedade. O objetivo desta pesquisa é investigar a (re) inserção escolar de mulheres estudantes do CEJA de Jaraguá do Sul/SC, unidade escolar da rede pública de ensino do estado de Santa Catarina. Para isto, buscou-se conhecer os processos de escolarização vivenciados pelas mulheres estudantes do CEJA e como a (re) inserção ao ambiente escolar tem proporcionado caminhos para (re) afirmação de direitos, conscientização e cidadania. A construção desta dissertação foi realizada a partir da coletânea das narrativas de história oral de seis mulheres estudantes do CEJA: duas estudantes do Ensino Fundamental – primeiro segmento, duas estudantes do Ensino Fundamental – segundo segmento, e duas estudantes do Ensino Médio. A escolha das estudantes para entrevista se deu de acordo com três critérios: o grupo etário, em que as estudantes deveriam ter idades entre 20 e 70 anos; a frequência, em que as mulheres selecionadas deveriam ter frequentado o primeiro e o segundo semestre letivo do ano de 2015, e o último critério se deu de acordo com a disponibilidade das estudantes, que foram questionadas a respeito da participação ou não na pesquisa. A análise e discussão dos dados obedecem aos seguintes temas: motivos para interrupção ou negação da escolarização; impactos sentidos pela não participação na escolarização; motivos para o retorno aos estudos e impactos que a escolarização está trazendo. O embasamento teórico é sustentado pelas obras de Paulo Freire, Maria Clara Di Pierro, Sérgio Haddad, Leôncio Soares, Carlos Jamil Cury, Moacir Gadotti, Jane Paiva, José E. Romão, Miguel Arroyo, Simone de Beauvoir, Heleieth Saffioti, Pierre Bourdieu, Jane Soares de Almeida, José Carlos Meihy, Verena Alberti, Lucilia Delgado e Paul Thompson. Os resultados encontrados partem dos relatos das estudantes que mostram trajetórias de vidas marcadas pelas relações: abandono escolar – trabalho e patriarcado; retorno escolar – trabalho e família. Dentre outras constatações, as mulheres ressaltaram que a escolarização está trazendo impactos positivos em suas vidas, (re) afirmando direitos e as incentivando na busca de conquistas para desempenhar a cidadania plena na sociedade.

Palavras-chave: EJA. Escolarização. Mulher. Cidadania.

ABSTRACT

This research work is linked to the Master's Program in Education of the research line on Policies and Educational Practices of the University of the Region of Joinville - UNIVILLE. In this research, the contribution of dialectical historical materialism is used, since it consists of an analysis of reality, which takes into account the history, the material and social relations in which the human she occupies in society is inserted, transforming and being transformed by the space in which he occupies in the society. The objective of this research is to investigate the schooling (re) insertion of female students from the CEJA of Jaraguá do Sul / SC, a school unit of the public school system in the state of Santa Catarina. To this end, we sought to know the schooling processes experienced by women studying at CEJA and how (re) insertion into the school environment has provided avenues for (re) affirmation of rights, awareness and citizenship. The construction of this dissertation was carried out through the collection of narratives from the oral history of six female students at CEJA, two elementary school students - first segment, two students from Elementary School - second segment, and two high school students. The students to be interviewed were chosen according to three criteria: the age group, where the students should be between 20 and 70 years old; school attendance, in which the selected women should have attended the first and second semester of 2015; and the last criterion was according to the availability of the students, who were questioned about whether they would participate or not in the research. The analysis and discussion of the data conform to the following the following topics: reasons for interruption or denial of schooling; impacts felt for non-participation in schooling; reasons for the return to studies and the impacts that schooling is bringing. The theoretical basis is supported by works by Paulo Freire, Maria Clara Di Pierro, Sérgio Haddad, Leôncio Soares, Carlos Jamil Cury, Moacir Gadotti, Jane Paiva, José E. Romão, Miguel Arroyo, Simone de Beauvoir, Heleieth Saffioti, Pierre Bourdieu, Jane Soares de Almeida, José Carlos Meihy, Verena Alberti, Lucilia Delgado and Paul Thompson. The results are based on the reports from the students that show trajectories of lives marked by relationships, school abandonment - work and patriarchy, school return - work and family. Among other findings women stressed that schooling is bringing positive impacts to their lives, (re) affirming rights and encouraging them in the pursuit of achievements to fully exercise citizenship in society.

Key words: EJA. Women. Schooling. Citizenship.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC - Campanha Cruzada do ABC – Ação Básica Cristã
ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CEA - Centro de Educação de Adultos
CEAA - Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
CEJA - Centro de Educação de Jovens e Adultos
CEREJA - Centro de Referência em Educação de Jovens e Adultos
CES - Centros de Estudos Supletivos
CNDH - Conselho Nacional de Direitos Humanos
CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
EAD - Educação à Distância
EJA - Educação de Jovens e Adultos
GEPPE – Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas e Práticas Educativas
GT - Grupo de Trabalho
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização
NEMO - Núcleo de Ensino Modularizado
PAS - Programa de Alfabetização Solidária
PBA - Programa Brasil Alfabetizado
PLANFOR - Plano Nacional de Formação do Trabalhador
PNAC - Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio
PNE - Plano Nacional de Educação
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
SCIELO - Scientific Electronic Library Online
SEA - Serviço de Educação de Adultos
SED - Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina
SESI - Serviço Social da Indústria
SISGESC - Sistema de Gestão Educacional de Santa Catarina
SPM - Secretaria de Políticas para as Mulheres

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UDESC - Universidade para o Desenvolvimento do Estado

UDs - Unidades Descentralizadas

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UNIVILLE - Universidade da Região de Joinville

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Vale do Itapocu	31
Figura 2 - Mapa de Santa Catarina com destaque para o município de Jaraguá do Sul	31

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1 - Número de produções selecionadas entre os anos de 2010 e 2015.....	26
QUADRO 2 - Informações que constam na ficha de matrícula do CEJA...	36
QUADRO 3 – Especificidades e características das estudantes entrevistadas.	83
TABELA 1 - Número de trabalhos apresentados na ANPED e ANPED-Sul de 2010 a 2015.....	28
TABELA 2 - Número de pessoas de 15 anos idade ou mais que não sabem ler e escrever e taxa de analfabetismo.....	32
TABELA 3 - Números de matrículas ofertadas na EJA no ano de 2015 em Santa Catarina e Jaraguá do Sul.....	33
TABELA 4 - Número de alunos matriculados na EJA entre novembro de 2014 e junho de 2015.....	37
TABELA 5 - Número de homens e mulheres matriculados no CEJA de Jaraguá do Sul entre novembro de 2014 e junho de 2015 com idade igual ou superior a 18 anos.....	38
TABELA 6 - Naturalidade das estudantes do Centro de Educação de Jovens e Adultos – CEJA, de Jaraguá do Sul.....	40
TABELA 7 - Condição de trabalho das mulheres estudantes do CEJA.....	41

SUMÁRIO

MEMÓRIAS E PRIMEIRAS PALAVRAS	16
1 CAMINHOS DA PESQUISA	24
1.1 BALANÇO DAS PRODUÇÕES.....	24
1.2 COLETAS DE DADOS – “DESVELANDO OS SUJEITOS: QUANDO ELAS CHEGAM”.....	29
1.3 ENTREVISTAS DE HISTÓRIA ORAL - ESCUTAS SOBRE O APRENDER DE SI	47
2 ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS DE INSERÇÃO DAS MULHERES NOS PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO E DE TRABALHO	53
2.1 A CONSTRUÇÃO DO SER FEMININO NA SOCIEDADE.....	53
2.2 A ESCOLARIZAÇÃO E O TRABALHO FEMININO.....	59
3 ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS DA EJA NO BRASIL E EM SANTA CATARINA	65
3.1 A EJA NO BRASIL	65
3.2 A EJA EM SANTA CATARINA.....	76
4 VOZES FEMININAS NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO – Apresentando as mulheres em interface com as reflexões do aprender como testemunho de direito social	78
4.1 AS SEIS “MARIAS”	78
4.2 CONVERSANDO COM AS MULHERES: CONVERSA E DIALOGIAS DA VIDA E DO APRENDER	87
4.3 O QUE NOS REVELAM AS NARRATIVAS – O SONHO DE SABER LER E ESCREVER.....	120
4.3.1 Condições para interrupção ou negação da escolarização	121
4.3.2 Impactos sentidos pela não participação na escolarização	125
4.3.3 Razões para o retorno aos estudos.....	127
4.3.4 Impactos que a escolarização está trazendo	129

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS – Últimas palavras.....	131
REFERÊNCIAS.....	135
ANEXOS	146
APÊNDICES.....	144
APÊNDICE A–Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	145
APÊNDICE B - Consentimento.....	147
APÊNDICE C - Produções Acadêmicas Seleccionadas.....	149

MEMÓRIAS E PRIMEIRAS PALAVRAS

Fragmentos originais, montagens singulares, referências, acidentes [...]. De que é feita uma pessoa? Migalhas de identificação, imagens incorporadas, traços de caráter assimilados, tudo (se é que se pode dizer assim) formando uma ficção que se chama eu.

(SCHNEIDER apud MUCIDA, 2009, p. 41)

Como reunião de fios que se atravessam, entrelaçando fragmentos, montagens e traços de caráter assimilados é que esta história foi sendo construída.

Meu contato com a escola se deu desde muito cedo. Por ser filha de mãe professora e pai professor, lembro-me de meu pai falar que a carreira de professor era a mais linda e importante do mundo, porque, além de ensinar, ele também aprendia com os estudantes, pois tratavam de questões que permeavam as sociedades como um todo, além de lidar com o passado, o presente e o futuro. Já minha mãe, mais envolvida em questões de reivindicações e luta pelos direitos da classe dos professores, sempre nos levava, eu e minha irmã, para as manifestações de greve em prol de melhores condições salariais e de trabalho. Ela dizia que não bastavam melhores salários, mas eram necessárias também condições dignas de trabalho e respeito aos professores.

Quando criança, por volta dos sete anos de idade, depois de voltar do Celso Ramos¹, no contra turno, frequentava a sala de aula em que minha mãe lecionava. Ela era alfabetizadora, e eu a acompanhava porque gostava de estar no ambiente escolar, participar da contação de histórias que ela promovia as/aos suas/seus estudantes. Além disso, gostava de escrever no quadro de giz, brincar com os blocos lógicos² e participar das aulas de educação física e ciências.

Durante a adolescência, convivi com a cultura escolar dentro de casa. Lá, observava meus pais por entre livros e cadernos, envolvidos no preparo de suas aulas. Penso que experiências tão significativas vivenciadas por mim desde a tenra

¹ Conjunto Educacional Governador Celso Ramos, Escola de Educação Básica da Rede Pública Estadual de , localizada no município de Joinville/SC.

² Blocos lógicos: material didático pedagógico utilizado para trabalhar as formas geométricas.

idade foram decisivas para minha tomada de decisão do que eu queria ser quando crescesse: escolhi ser professora. Um grande querer e a certeza de que ser professora é saber ouvir e poder falar por meio de suas escolhas. Paulo Freire contribui para esse contexto, ao afirmar que: “o espaço do educador democrático, que aprende a falar escutando, é cortado pelo silêncio, de quem, falando, cala para escutar o outro a quem, silencioso, e não silenciado, fala.” (FREIRE,2005, p. 44).

Então, no ano de 1996, inspirada por meu professor de Biologia do antigo Segundo Grau, ingressei no curso de Ciências Biológicas da Universidade da Região de Joinville - Univille. A graduação com licenciatura e bacharelado em Ciências Biológicas foi concluída no ano de 1999.

Iniciei minhas atividades profissionais no ano de 1997, na Educação Básica da rede pública estadual. No ano de 2002, ainda moradora do município de Joinville, efetivei-me como professora de Ciências e Biologia na rede pública estadual por meio de concurso público. Um ano após, removi-me para Joaçaba, SC. Neste período, muitos foram os desafios, mudanças, negações e até desilusões. Mas, no início de 2005, fui convidada a trabalhar no Centro de Educação de Jovens e Adultos - CEJA, que atua na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) da rede pública estadual de Santa Catarina. Confesso que fiquei indecisa em aceitar este novo trabalho.

Mudanças e novos desafios sempre estiveram presentes em minha vida. Assim, aceitei experimentar novos saberes e fazeres a cada dia. Era uma dinâmica escolar muito diferente da que eu havia vivido até então, isto é, um período inteiro com em uma mesma sala de aula com as/os mesmas/os estudantes de idades variadas e provenientes de realidades muito diferentes. O ano letivo era dividido em semanas mais condensadas, o material didático diferenciado, enfim tudo novo. Quando já estava quase adaptada a este espaço e ao público que vem à EJA, chegou mais um momento de mudança. No mesmo ano de 2005, solicitei remoção do CEJA de Joaçaba - SC para o CEJA de Jaraguá do Sul – SC, para acompanhar minha família. No decorrer deste tempo, fui ensinando e aprendendo com grupos de estudantes repletos de saberes e fazeres e fui gostando cada vez mais deste ambiente de trabalho.

Outra mudança de cenário aconteceu no ano de 2010, quando fui convidada para fazer parte do grupo gestor do Centro de Educação de Jovens e Adultos de Jaraguá do Sul – SC como assessora de direção.

A partir desse momento, então, mais envolvida com as questões administrativas e pedagógicas da escola, fui percebendo que havia a necessidade de buscar novos caminhos e aprendizados para minhas práticas escolares. E foi sentindo falta desta movimentação que decidi, no primeiro semestre de 2014, ingressar como estudante do Mestrado em Educação em regime especial na disciplina de Políticas Públicas na Educação.

No segundo semestre, cursei a disciplina de Educação e Cultura – Espaços Formais e Não Formais. No ano de 2015, ingressei como estudante regular do Mestrado na linha de pesquisa Políticas e Práticas Educativas.

Entendo que, dentre muitas conceituações, educação é também movimento e, como ressalta Cury (1995), a educação se opera, na sua unidade dialética com a totalidade, como um processo que conjuga as aspirações e as necessidades do homem no contexto objetivo de sua situação histórico-social. A educação é então uma atividade humana partícipe da totalidade da organização social.

No decorrer destes anos, atuando na Educação de Jovens e Adultos – EJA³, tenho observado que os sujeitos que procuram por escolarização chegam estigmatizados e se sentindo inferiorizados pelo fato de não terem participado dos processos de escolarização.

Segundo Paiva (2005, p. 48), a questão dos sujeitos terem direito à educação surge em um conjunto de oposições existentes: “alfabetizado - não alfabetizado, leitor - não leitor, incluído – excluído”. São práticas sociais a que alguns têm acesso e outros não, tanto configurando a negação à boa parte da população, quanto configurando o privilégio de algumas pessoas em poder participarem dessas práticas.

A experiência de trabalho bem como a pesquisa têm nos mostrado que muitas das pessoas que procuram por esta modalidade de ensino vêm com o objetivo de buscar a escolarização para facilitar o ingresso no campo do trabalho

³ Será adotada a nomenclatura Educação de Jovens e Adultos- EJA em referência à modalidade em todos os períodos históricos em Santa Catarina. Embora durante grande parte do século XX palavra ‘jovens’ não fosse usada nas nomenclaturas de EJA, optamos por mantê-la todas as vezes que nos reportarmos ao termo, independentemente do período histórico. Neste caso, estamos nos referindo neste texto apenas aos processos sistemáticos de formação de pessoas jovens e adultas que incidem ou se articulam com processos de escolarização, ou seja, aqueles nos quais “[...] o pensamento pedagógico e as políticas públicas de educação escolar de jovens e adultos adquiriram a identidade e feições próprias, a partir das quais é possível e necessário pensar seu desenvolvimento futuro.”(DI PIERRO; HADDAD, 2000, p. 14).

institucionalizado: alguns, para terem uma ascensão profissional e outros, ainda, para se manterem na posição profissional em que se encontram. Há também aquelas/es que buscam alcançar a emancipação como cidadãs/ãos de direito em nossa sociedade e as/os que são estimuladas/os a procurar a EJA para adequar a relação idade própria/ano escolar⁴, de acordo com os parâmetros estipulados pela legislação nos sistemas de ensino.

Atuando desde 2005 na EJA, estar envolvida com esse público despertou em mim o desejo de pesquisar o contexto que permeia essa modalidade da Educação Básica, principalmente porque, ao chegarem para procurar por escolarização, algumas pessoas fazem questão de relatar trechos de suas vidas escolares e os anseios que as trouxeram até ali. Esses relatos de vida, contados espontaneamente no ato da matrícula, são sempre muito interessantes e em sua maioria realizados pelas mulheres. A curiosidade em conhecer um pouco destes itinerários, bem como os saberes constitutivos destas histórias ao longo dos estudos das mulheres estudantes foi o ponto de partida para as nossas investigações.

Assim elencamos as seguintes questões norteadoras para o desenvolvimento da pesquisa:

“Que processos de escolarização foram vivenciados pelas mulheres estudantes do CEJA de Jaraguá do Sul – SC? A (re) inserção ao ambiente escolar tem proporcionado caminhos para a (re) afirmação de direitos, conscientização e cidadania às mulheres estudantes do CEJA?”

Diante das questões norteadoras, elencamos o seguinte objetivo da pesquisa:

- investigar a (re) inserção escolar de mulheres na educação de jovens e adultos do Centro de Educação de Jovens e Adultos de Jaraguá do Sul – SC.

A pesquisa cujo tema é **“Sonhei que sabia ler e escrever”**: **Vozes Femininas no Processo de Escolarização na Educação de Jovens e Adultos** está vinculada ao Programa de Mestrado em Educação da Linha de Pesquisa de Políticas e Práticas Educativas da Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE⁵ e tem como objetivos específicos:

⁴A expressão utilizada é emprestada do parecer 11/2000 em referência ao que a LDB traz em relação ao agrupamento em séries ou ciclos de ensino da Educação Básica.

⁵A pesquisa desenvolvida está vinculada ao grupo de pesquisa GEPPPE – Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas e Práticas Educativas com sede na Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE.

- identificar especificidades das mulheres estudantes do CEJA de Jaraguá do Sul – SC;
- conhecer, a partir das narrativas das estudantes do CEJA de Jaraguá do Sul – SC, os primeiros processos de escolarização e os motivos para interrupção ou negação desses processos escolares;
- identificar, por meio de história oral, os sentidos o que levaram os estudantes do CEJA de Jaraguá do Sul – SC a buscar a escolarização;
- analisar os impactos da escolarização no que se refere às experiências de vida, à emancipação e à cidadania⁶ das mulheres estudantes do CEJA de Jaraguá do Sul – SC com um olhar atento para as questões de equidade de gênero.

Pesquisar sobre as mulheres do CEJA nos faz (re)afirmar a importância e a ênfase que as estudantes que estão à procura de equidade de gênero merecem. O(re)conhecimento dos direitos às políticas públicas por meio da escolarização é ponto de partida para muitas mulheres que, como cidadãos partícipes em uma sociedade que ainda carrega sentidos e ações do patriarcado, almejam por emancipação e autonomia.

Desse modo, Saffioti (2013 p. 392) corrobora, ao afirmar que:

A consecução dos direitos políticos e civis para a mulher, entretanto, envolve, se vista de outro ângulo, reações societárias nas quais é preciso descobrir e separar aquilo que significa realmente uma aceitação dos novos papéis femininos e aquilo que poderia ser classificado como “sutilezas do preconceito” ou utilização inteligente das técnicas sociais com o objetivo de ocultar os preconceitos contra o sexo feminino.

Assim, identificamos as especificidades das mulheres estudantes do CEJA de Jaraguá do Sul – SC como um exercício da práxis, dialogando com as estudantes para conhecer, por meio de suas narrativas pessoais, as iniciativas de escolarização, os motivos para interrupção ou negação desses processos escolares, os sentidos das presentes buscas e os impactos da escolarização na conquista de direitos dessas estudantes.

Sabe-se que, historicamente, as mulheres tiveram papel social inferior ao dos homens na sociedade, em especial nos modos de vida ocidentais, *status* esse

⁶Segundo Coutinho (1999), cidadania diz respeito à democracia, pois se refere à capacidade conquistada pelos indivíduos de se apropriarem dos bens desenvolvidos pela própria humanidade.

marcado por relações de poder patriarcal e androcêntrico, tornando-as marginalizadas socialmente, culturalmente e politicamente. Contudo, observa-se que, a partir de dados da PNAD 2013⁷, nas últimas décadas, as mulheres buscaram conquistar seu espaço na sociedade e têm exercitado algumas dessas conquistas, sobretudo pelo viés da educação.

Observamos, por meio de pesquisas nesse campo e indicadores de políticas nacionais⁸, que nessas últimas décadas – final do Século XX e começo do Século XXI – a EJA vem contribuindo para o acesso de diferentes públicos à escolarização, sujeitos com especificidades próprias. Assim, pode-se considerar a Educação de Jovens e Adultos como uma modalidade da educação básica para milhões de mulheres, homens, jovens, pessoas adultas e idosas de todas as camadas sociais, que, por diversos motivos, foram excluídas ou tiveram o direito de estarem no sistema educacional negado.

Em nossa escolha conceitual, compreendemos que a educação é o meio para interferir e mudar a realidade, tarefa que gera novos saberes e que, de maneira alguma, pode ser neutra. Ao contrário, é política na medida em que forma opiniões, muda posicionamentos e pode ser uma forma de libertação (FREIRE, 1996, p. 77). Nesse sentido, em nossa pesquisa, utilizamos as contribuições do materialismo histórico dialético, por acreditarmos ser uma análise da realidade que leva em consideração a história, as relações materiais e sociais em que o ser humano está inserido, transformando e sendo transformado pelo espaço em que ocupa na sociedade de modo a entender e influenciar de maneira dialética os contextos vivenciados.

De acordo com Triviños (2009), o estudo qualitativo do objeto pesquisado requer métodos de interpretação e de explicação baseados no materialismo histórico dialético, visto que [...] “estuda as questões sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens.” (TRIVIÑOS, 2009, p. 48). Para Vigotsky (2007), o embasamento teórico-metodológico no

⁷ A Pesquisa Nacional por amostra de Domicílio – PNAD 2013 apontou que, das 363 mil pessoas entrevistadas, 51,5% eram mulheres e que, em relação ao número médio de anos de estudo, tanto para o ano de 2012 e para o ano de 2013, as mulheres apresentaram número de anos de estudo superior ao dos homens em todas as regiões do Brasil.

⁸ Podemos nos pautar como referência em alguns indicadores, como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM e Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH.

materialismo histórico dialético implica a atividade humana específica, a reação transformadora do homem sobre a natureza e, em sua totalidade, a interação homem-natureza por meio de instrumentos que transformam a natureza e a si mesmo.

Como referência para as questões da problemática e contextualização da EJA, estamos nos respaldando nas produções de Paulo Freire, Maria Clara Di Pierro, Sérgio Haddad, Leôncio Soares, Carlos Jamil Cury, Moacir Gadotti, Jane Paiva, José E. Romão e Miguel Arroyo. No que se refere aos aspectos históricos e políticos da inserção feminina nos meios sociais buscamos, significativas contribuições em Simone de Beauvoir, Heleieth Saffioti, Pierre Bourdieu e Jane Soares de Almeida. Para a preparação das entrevistas, gravações em áudio e vídeo e transcrições das histórias de vida, pautamo-nos em escritos de Paul Thompson, Verena Alberti, Lucilia Delgado e José Carlos Meihy.

O caminho da pesquisa trilhado por entre histórias, memórias e tempo presente foi organizado neste trabalho da seguinte maneira.

O primeiro capítulo aborda os movimentos metodológicos, apontando o balanço de produções no qual o intuito foi mostrar as pesquisas em educação que abordam a EJA e as mulheres que buscam por escolarização, bem como contribuir com a compreensão do tema e a realização da pesquisa; a coleta de dados, que demonstra as especificidades dos sujeitos que procuram por escolarização e as mulheres que procuram a EJA e, por fim, explicitamos o instrumento utilizado para as entrevistas de história oral de vida das estudantes do CEJA.

No segundo capítulo, contemplamos aspectos históricos e políticos de inserção das mulheres nos processos de escolarização e de trabalho, com foco nas questões do patriarcado como instrumento de dominação e exclusão das mulheres em vários momentos sociais e espaços públicos, tentando explicar o fato da marginalização feminina.

O terceiro capítulo prende-se aos aspectos históricos, políticos e sociais da EJA, o que tivemos de feitos em prol da educação de jovens e adultos no Brasil e em Santa Catarina e como tem sido o desenvolvimento da EJA para as mulheres.

O quarto capítulo aborda as entrevistas realizadas com as estudantes do CEJA e suas respectivas análises e discussões.

Por fim, no quinto capítulo, será realizado o trabalho reflexivo no campo empírico, em que serão entrelaçadas as questões de pesquisa com os

objetivos, construindo assim as considerações finais e conclusões a que chegamos com o processo de pesquisa.

1 CAMINHOS DA PESQUISA

Segundo Streck (2005), inspirado na concepção de Paulo Freire, pesquisar é “ler e pronunciar o mundo”, uma vez estando a/o pesquisadora/or face a face com o desconhecido, com o obscuro, promove, por meio da pesquisa, o acúmulo de novos conhecimentos, e do mesmo modo a resignificação dos mesmos, que passam a incorporar a nova realidade do seu cotidiano e o cotidiano de outros, ou seja, o segredo da pesquisa talvez esteja em penetrar o óbvio, o simples, movimentar-se entre as saliências e fissuras.

Nesta tessitura teórica e prática, procuramos realizar três movimentos metodológicos, que, a nosso ver, são significativos para o rigor científico que a pesquisa exige. Primeiro, realizou-se o levantamento das produções científicas com o tema EJA e mulher. O objetivo deste balanço foi examinar as pesquisas neste campo da educação e compreender como as/os pesquisadora/es abordaram o tema na perspectiva da busca pela escolarização e os impactos deste processo na vida das estudantes.

Em seguida, buscou-se identificar quem são os sujeitos que procuram por escolarização. Para este processo, levantou-se e analisou-se as fichas de matrículas das/os estudantes do CEJA de Jaraguá do Sul em um primeiro momento. Em seguida, selecionamos, já com trabalho de investigação, as possíveis mulheres que aceitariam explicitar por meio da história oral seus processos de escolarização.

O terceiro movimento de pesquisa foi o da história oral, que se acreditou ser um instrumento metodológico que possibilitou contemplar os objetivos propostos nesta pesquisa de maneira exploratória e aprofundada, permitindo às estudantes dialogar em seus próprios termos e tempos e nos fornecer informações que fossem importantes no processo de construção desta pesquisa.

1.1 BALANÇO DAS PRODUÇÕES

Para o balanço das produções científicas, foi realizada busca em quatro sítios de consulta. Além destes, identificamos também ser relevante o levantamento junto ao banco de dissertações do Mestrado em Educação da Univille, visto que esta

pesquisa faz parte da instituição citada e que pode revelar as obras nesse campo da educação na região nordeste do estado de Santa Catarina.

Os sítios de consulta foram escolhidos por serem fontes com publicações acadêmicas de credibilidade. Foram consideradas relevantes ao nosso trabalho: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, Centro de Referência em Educação de Jovens e Adultos – CEREJA e no portal *Scientific Electronic Library Online* – Scielo.

Considerou-se, para o levantamento, dissertações e artigos publicados entre 2010 e 2015. Apontou-se esse recorte temporal como sendo um dado possível de ser estudado para esta investigação. Selecionou-se dissertações e artigos que apresentaram como tema central a escolarização de mulheres na educação de jovens e adultos em âmbito nacional, utilizando-se, para isso, os descritores: Mulher e Escolarização, EJA e Mulher, EJA e Gênero. O intuito deste levantamento, como já apontado anteriormente, foi o de verificar dentre as pesquisas realizadas quais se relacionavam com a temática abordada neste trabalho, compreendendo-se como são evidenciadas as discussões na perspectiva da escolarização de estudantes de EJA, com a finalidade de utilizá-los como contribuição para a pesquisa.

Neste caminhar, observou-se que, para o campo mais geral da temática EJA, há produções e estudos acadêmicos no Brasil que corroboram nossas reflexões iniciais. No entanto, para a abordagem desta pesquisa, o número de produções ainda é pouco expressivo.

Para o levantamento de publicações na ANPED, a análise foi realizada em cinco Grupos de Trabalho (GTs): GT 03/Movimento sociais e educação, GT 06/Educação popular, GT 09/Trabalho e educação, GT 18/Educação de pessoas jovens e adultas e GT 23/Gênero sexualidade e educação. Já na ANPED-Sul, evento ligado à ANPED e que ocorre a cada dois anos na Região Sul do Brasil, analisou-se os seguintes GTs: GT 03/Educação popular e movimentos sociais, GT 13/Educação de pessoas jovens e adultas, GT 18/Educação e gênero e GT 20/Educação e trabalho. Após realizar a busca em todos os sítios e no banco de dissertações da Univille, foram selecionadas 25 publicações⁹ de um total de 516 produções

⁹No apêndice A desse trabalho, encontram-se as 25 produções acadêmicas distribuídas por ano, base de dados, nível, autor(a), orientador(a), instituição e título.

realizadas entre os anos de 2010 a 2015.

Observa-se que a pesquisa acadêmica sobre educação de jovens e adultos tem sido objeto de estudo de pesquisadores. No entanto, sobre o debate deste trabalho, verificamos que as produções ainda são limitadas, o que demonstra a busca realizada por dissertações nesta instituição de ensino. Na pesquisa realizada na Universidade da Região de Joinville – Univille, foram encontradas duas dissertações focalizadas na educação de jovens e adultos, a de Goes (2013) e Kanaan (2015). Porém, somente uma delas trata de questões de gênero e escolarização.

Na dissertação de Kanaan (2015), a investigação se deu no campo das políticas sócio educativas para mulheres, com recorte para o Programa Mulheres Mil. É importante destacar que, na dissertação analisada, verificamos algumas reflexões de gênero no contexto da inclusão social e educacional.

As produções levantadas junto aos sítios BDTD, CEREJA e SCIELO entre os anos 2010 e 2015 também são pouco expressivas para o foco de nossa pesquisa. O quadro 1 apresenta o número de produções selecionadas nos sítios descritos anteriormente.

QUADRO 1 – Número de produções selecionadas entre os anos de 2010 e 2015

ANO DE PUBLICAÇÃO	BDTD	CEREJA	SCIELO
2015	-	-	-
2014	2	-	-
2013	1	-	2
2012	-	-	1
2011	1	1	1
2010	-	-	6
TOTAL	4	1	10

Fonte: adaptado de BDTD(2016), CEREJA(2016) e SCIELO(2016)

No levantamento realizado junto a esses sítios de pesquisa, encontramos

temas variados em relação à EJA. O que chamou a atenção foi a quase ausência de temas voltados à questão da mulher nesta modalidade de ensino. Procurou-se identificar somente as pesquisas que focassem as mulheres estudantes, visto que são os sujeitos de nossa investigação. Nas pesquisas da BDTD, o tema estudado é abordado por três dissertações: uma publicada no ano de 2013, de Leony (2013), e outras duas publicadas no ano de 2014, de Araújo (2014) e de Santos, (2014). Elas estão relacionadas aos sentidos que a escola traz para as estudantes pesquisadas. Outra pesquisa, do ano de 2011, ainda no *site* da BDTD, diz respeito às experiências escolares que as estudantes egressas tiveram na EJA. Em todas as pesquisas, as estudantes afirmam que a escolarização na EJA tem trazido benefícios, principalmente em uma perspectiva de autonomia, inclusão no mercado de trabalho e combate à violência. Assim, essas produções contribuem para a compreensão da realidade abordada em nossa pesquisa.

Na busca realizada no *site* do CEREJA, encontramos somente um estudo e foi o mesmo encontrado no *sítio* da BDTD, publicado no ano de 2011, com o título “Traçando metas, vencendo desafios: experiências escolares de mulheres egressas da EJA”, de Bastos (2011).

No *sítio* da SCIELO, verificou-se que três artigos se referem à pesquisa cujo tema trata das políticas públicas em EJA e todas publicadas no ano de 2010. Em outras duas publicações, encontramos temas voltados às questões dos idosos na EJA: “Formação de educadores: uma perspectiva de educação de idosos em programas de EJA”, de Marques (2010), e “Velhice e analfabetismo, uma relação paradoxal: a exclusão educacional em contextos rurais da região Nordeste”, de Peres (2010). E, por fim, temos um artigo do ano de 2013 sobre exclusão e inclusão de jovens e adultos no ambiente escolar. Portanto, nenhuma produção direcionada à questão das mulheres nesse processo de inserção escolar.

Na pesquisa realizada junto à ANPED, selecionamos cinco GTs para o estudo: Movimentos Sociais e Educação, Educação Popular, Trabalho e Educação, Educação de Pessoas Jovens e Adultas, Gênero Sexualidade e Educação. Na ANPED Sul, realizamos buscas nos GTs: Educação Popular e Movimentos Sociais, Educação de Pessoas Jovens e Adultas, Educação e Gênero e Educação e Trabalho. A tabela a seguir traz o número de trabalhos apresentados por GTs e os números de trabalhos relacionados ao tema da pesquisa.

TABELA 1- Número de trabalhos apresentados na ANPED e ANPED-Sul de 2010 a 2015

ANPED e ANPED- Sul	Nº do GT/Eixo	Nº de trabalhos por GTs	Trabalhos relacionados ao tema da pesquisa
33ª /2010	03- Movimento sociais e educação	12	-
	06- Educação popular	10	-
	09- Trabalho e educação	11	01
	18- Educação de pessoas jovens e adultas	13	-
	23- Gênero sexualidade e educação	15	-
34ª/2011	03- Movimento sociais e educação	17	-
	06- Educação popular	10	-
	09- Trabalho e educação	15	02
	18- Educação de pessoas jovens e adultas	18	01
	23- Gênero sexualidade e educação	21	-
35ª/2012 9ª sul/2012	03- Movimento sociais e educação	15	-
	06- Educação popular	13	-
	09- Trabalho e educação	13	-
	18- Educação de pessoas jovens e adultas	16	03
	23- Gênero sexualidade e educação	17	-
36ª/2013	03- Movimento sociais e educação	16	-
	06- Educação popular	13	-
	09- Trabalho e educação	14	-
	18- Educação de pessoas jovens e adultas	12	-
	23- Gênero sexualidade e educação	15	-
37ª/2015	03- Movimento sociais e educação	21	2
	06- Educação popular	18	-
	09- Trabalho e educação	20	-
	18- Educação de pessoas jovens e adultas	23	1

	23- Gênero sexualidade e educação	26	
10ª sul /2014	03 – Educação popular e movimentos sociais	27	-
	13- Educação de pessoas jovens e adultas	27	-
	18- Educação e gênero	19	-
	20- Educação e trabalho	34	-
TOTAL		501	10

FONTE: adaptado de ANPED (2010) e ANPED-Sul (2015)

No que se refere à pesquisa realizada junto à ANPED e ANPED-Sul, foi encontrado um número maior de produções relacionadas à EJA. De um total de dez,cinco estão ligadas diretamente aos sentidos da escolarização para mulheres estudantes da EJA. Nestes artigos, encontram-se discussões em relação às trajetórias de escolarização de mulheres estudantes e os desafios enfrentados por elas para se manterem no ambiente escolar. Os trabalhos também discutem questões de escolarização para idosos no sentido da busca e (re) conhecimento por direitos públicos. Cabe destacar também que somente duas produções são do estado de Santa Catarina, evidenciando as poucas produções em nosso estado, além de apontar a necessidade de novas pesquisas nesta área.

1.2 COLETAS DE DADOS – “DESVELANDO OS SUJEITOS: QUANDO ELAS CHEGAM”

O segundo movimento metodológico realizado tratou levantamento de dados dos estudantes do CEJA. Esta coleta de dados consistiu em apontar o número de estudantes matriculados no CEJA da região do Vale do Itapocu – SC e identificar esses estudantes que buscam a escolarização. Pensou-se também ser possível, com esta coleta de dados, selecionar as mulheres estudantes para narrarem suas histórias de vida e, a partir daí, identificar suas especificidades. Segundo Oliveira (1999), os estudantes da EJA apresentam uma especificidade própria, um “lugar social”, que vai além do recorte etário:

[...] apesar do corte por idade (jovens e adultos são, basicamente, “não crianças”), esse território da educação não diz respeito a reflexões e ações educativas dirigidas a qualquer jovem ou adulto, mas delimita um determinado grupo de pessoas relativamente homogêneo no interior da

diversidade de grupos culturais da sociedade contemporânea (OLIVEIRA, 1999, p. 2).

Nesta perspectiva, a autora, aponta que a definição do lugar social para as/os estudantes da EJA está relacionada a três condições: a de não crianças, a de excluídos da escola e a de membros de determinados grupos culturais. Dessa maneira, entende-se que, para estes estudantes, deve-se ter fazeres e saberes específicos à pessoas adultas, jovens e idosas, que trazem para escola conhecimentos variados, adquiridos em vários locais de convívio e que, em algum momento de suas vidas, tiveram o direito à educação negado ou interrompido. Além do mais, são pessoas que fazem parte de grupos sociais específicos: trabalhadoras/res, mães, pais, pessoas que buscam na escolarização o (re) conhecimento de direitos para uma cidadania plena.

A coleta dos dados de matrícula ocorreu no CEJA de Jaraguá do Sul, que é a sede da EJA da rede pública estadual na região do Vale do Itapocu – SC. O CEJA de Jaraguá do Sul é uma das 40 unidades escolares da rede pública estadual com oferta de EJA no estado de Santa Catarina. Iniciou suas atividades no ano de 1985 com o projeto NEMO (Núcleo de Ensino Modularizado¹⁰), passando a CEA (Centro de Educação de Adultos) em 1992 e, finalmente, a denominar-se CEJA (Centro de Educação de Jovens e Adultos) pela portaria nº 152/SED, de 22 de setembro de 1999, e pelo parecer nº 236/CEE, de 01 de novembro de 1999 (SANTA CATARINA, 2016).

Atualmente, o CEJA de Jaraguá do Sul conta com quatro Unidades Descentralizadas (UDs): no município de Corupá, no município de Guaramirim, no município de Massaranduba, e uma UD que presta atendimento no Presídio Regional no município de Jaraguá do Sul.

Com o intuito de localizarmos o contexto territorial da pesquisa ressaltamos que, o município de Jaraguá do Sul – SC está localizado no Vale do Itapocu, juntamente com outros seis municípios: Barra Velha, Corupá, Guaramirim, Massaranduba, São João do Itaperiú e Schroeder.

¹⁰Os NEMO's foram Centros de Estudos Supletivos, implantados no interior do estado de Santa Catarina durante o período de 1980 até 1983. Em Florianópolis, era chamado de Centro de Estudos Supletivos, constava no Plano Estadual de Educação e tinha a função de operacionalizar um modelo de escola aberta com horários diferenciados de estudos, embora voltado à função de suplência (NIENCHOTER, 2012, p. 36).

Figura 01 – Mapa do Vale do Itapocu/SC



Fonte: Instituto Jourdan (2016)

Na Figura 01, estão identificados os municípios que fazem parte da região do Vale do Itapocu. Destaca-se que Barra Velha e São João do Itaperiú, no que tange à oferta de educação da rede pública estadual, fazem parte da Gerência Regional do Estado pertencente ao município de Joinville. Portanto, não integram nossa pesquisa, assim como o município de Schroeder, que realiza parceria com o Serviço Social da Indústria - SESI na oferta de EJA.

Figura 02 – Mapa de Santa Catarina com destaque para o município de Jaraguá do Sul



Fonte: Instituto Jourdan (2016)

Na figura 02, verifica-se o estado de Santa Catarina, com destaque para o município de Jaraguá do Sul, foco da pesquisa. Segundo o censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, Jaraguá do Sul é o município

mais populoso da região do Vale do Itapocu, contando com mais de 140 mil habitantes e apresentando índices consideráveis de analfabetismo entre pessoas jovens e adultas da região. A tabela a seguir aponta os dados de analfabetismo da região.

TABELA – 2 Número de pessoas de 15 anos de idade ou mais que não sabem ler e escrever (analfabetismo)

Municípios da região do Vale do Itapocu	15 a 24 anos de idade	25 a 39 anos de idade	40 a 59 anos de idade	60 anos de idade ou mais	Total por município
Jaraguá do Sul	131	255	757	863	2006
Barra Velha	31	102	295	357	875
Corupá	18	52	110	156	336
Guaramirim	46	89	312	313	760
Massaranduba	17	56	120	208	401
São João do Itaperiú	3	20	60	88	171
Schroeder	13	24	99	105	241
Total por faixa etária	259	589	1753	2090	4700

FONTE: adaptado de IBGE (2010)

Jaraguá do Sul é o maior município da região do Vale do Itapocu e apresenta a maior economia da região. Na tabela, identificamos que Jaraguá do Sul detém 57% de toda população da região do Vale do Itapocu e apresenta 43% dos analfabetos da região. Podemos analisar ainda que a maior proporção de analfabetos se encontra na faixa dos idosos.

Vale observar que ainda é preocupante a quantidade de analfabetos apontada pelas estatísticas. Por isso, é necessário ressaltar a importância do CEJA na região, pois a instituição atua de modo a proporcionar um caminho para a escolarização

formal de pessoas jovens, adultas e idosas da região.

Outro dado também importante para ser analisado é o número de oferta de EJA no estado de Santa Catarina e no município de Jaraguá do Sul no ano de 2015.

TABELA –3 Números de matrículas ofertadas na EJA no ano de 2015 em Santa Catarina e em Jaraguá do Sul

Dependência administrativa	Tipo de mediação didático-pedagógica	EJA no Estado de Santa Catarina		EJA Jaraguá do Sul	
		EF	EM	EF	EM
Federal	Presencial	14	102	0	65
	Semipresencial	0	0	0	0
	Educação a Distância – EAD	0	0	0	0
	Total	14	102	0	65
Estadual	Presencial	11.433	20.630	486	584
	Semipresencial	0	0	0	0
	Educação a Distância – EAD	0	0	0	0
	Total	11.433	20.630	486	584
Municipal	Presencial	10.912	1.613	0	0
	Semipresencial	1.032	0	0	0
	Educação a Distância – EAD	28	53	0	0
	Total	11.972	1.666	0	0

Privada	Presencial	528	1.765	16	0
	Semipresencial	3.968	11.321	162	593
	Educação a Distância – EAD	1.640	5.891	0	0
	Total	6.136	18.977	178	593
	Total Geral	29.555	41.375	664	1.242

FONTE: adaptado de INEP (2015)

Referente aos dados expostos na tabela anterior, pode-se identificar que na esfera estadual o CEJA de Jaraguá do Sul foi responsável por 1070 matrículas nos Ensinos Fundamental e Médio no ano de 2015, o que corresponde a 3,3% do total de 32.063 matrículas efetuadas em toda rede estadual de Santa Catarina na modalidade de educação de jovens e adultos.

Analisando a representatividade do CEJA no município de Jaraguá do Sul no ano de 2015, a quantidade de matrículas efetuadas na EJA representa 56,1% das 1.906 matrículas disponibilizadas em todas as esferas administrativas.

Comparando-se a tabela 2 com a tabela 3, observamos que, na região de Jaraguá do Sul, estava sendo atendido no ano da pesquisa no Ensino Fundamental, somente 33% da demanda total de analfabetos que a região apresentava.

Estes dados demonstram que o CEJA de Jaraguá do Sul é responsável por mais da metade do atendimento da demanda na modalidade de educação de jovens e adultos no município de Jaraguá do Sul, atendendo em três níveis de ensino:

- Nivelamento: primeiro segmento do Ensino Fundamental - anos iniciais;
- Segundo segmento do Ensino Fundamental - anos finais;
- Ensino Médio.

Mas, quem são estes estudantes que procuram por escolarização?

Segundo MEC/SECADI (2009), os sujeitos que procuram a EJA são homens, mulheres, adolescentes, jovens, idosos/os, trabalhadoras/res, não trabalhadoras/res, brancas/os, negras/os, indígenas, pertencentes à população urbana e rural,

migrantes, internas/os penitenciárias/os, deficientes intelectuais e deficientes físicos. Arroyo (2005, p. 229) aponta-nos que a EJA tem como sujeitos, “[...] as camadas rurais, camponeses excluídos da terra e as camadas urbanas marginalizadas, excluídas dos espaços, dos bens da cidade”.

Estes estudantes não podem ser caracterizados como “qualquer jovem” ou “qualquer adulto”, como argumenta Arroyo (2006, p. 23), “São jovens e adultos com rosto, com histórias, com cor, com trajetórias sócio-étnico-racial, do campo, da periferia [...]”, que buscam por escolarização. São jovens, adultas/os e idosas/os com uma trajetória, com experiências importantes e que devem ser consideradas no momento da aprendizagem, ou seja, são pessoas com especificidades únicas, sujeitos sociais e culturais.

Assim, para identificarmos e conhecermos as/os estudantes coletamos seus dados pessoais junto ao CEJA por meio de consultas das fichas de matrículas¹¹ no Sistema de Gestão Educacional de Santa Catarina - SIGGESC¹², cuja pesquisadora, por ser integrante do quadro de funcionários da gestão escolar, possui uma senha para ter acesso ao sistema.

O levantamento ocorreu de abril até junho de 2015, em que foram consultadas fichas cujas matrículas foram efetuadas de novembro de 2014 - período em que a rede pública estadual inicia as matrículas para o ano letivo posterior - até junho de 2015, período final de matrículas para as turmas de 9º ano do Ensino Fundamental desta modalidade e também por ser o período considerado para levantamento dos dados do censo escolar.

O CEJA apresenta características muito particulares em relação a sua matriz¹³ curricular, que é de Ensino Presencial e dividido em fases. É uma dinâmica que envolve a entrada de novos estudantes a cada 7 - 8 semanas para o Ensino Médio e a cada 10 - 12 semanas para o segundo segmento do Ensino Fundamental. Já o primeiro segmento do Ensino Fundamental também é de ensino presencial,

¹¹ Mediante assinatura dos termos e pareceres para autorização da pesquisa e declaração de instituição co participante autorizando a realização da pesquisa no CEJA.

¹² O SIGGESC é um sistema de gestão de informações eletrônicas presente em toda rede estadual de Santa Catarina desde o ano de 2011 e que contém informações da unidade escolar, estudantes, professores e funcionários.

¹³ O CEJA desenvolve o trabalho educacional em conformidade com o Parecer nº11/2000/ CNE/CEB, Parecer CEE/SC nº 11/2012, nos termos da Resolução nº 03/2010/CEB/CNE, Resolução nº 74/2010/CEE/SC.

segundo a Resolução 74/2000, e apresentava, até o ano de 2016, a possibilidade de matrículas a qualquer período do ano. A partir de 2017, o governo do Estado de Santa Catarina proibiu as novas matrículas para este segmento.

Na análise das fichas de matrículas, observamos que as mesmas estão divididas em sete seções, cada uma composta com perguntas a serem respondidas pelas/os estudantes no ato da matrícula. A ficha de matrícula está disponível no SISGESC e é de uso obrigatório para todas as unidades escolares da rede pública estadual. Os funcionários da unidade escolar responsáveis pela matrícula, apresentam uma senha fornecida pela Secretaria de Educação do Estado.

O quadro a seguir apresenta o modelo da ficha utilizada no ato da matrícula na rede pública estadual de Santa Catarina.

QUADRO 2- Informações que constam na ficha de matrícula do CEJA

SEÇÕES	PERGUNTAS
Identificação	Nome, sexo, data de nascimento, local de nascimento, cor/raça, estado civil.
Endereço	Localidade onde mora, tipo de moradia (alugada, própria, cedida), zona de moradia, distância da unidade escolar.
Filiação	Nome dos pais e/ou responsáveis
Documentação da/o estudante	CPF, RG.
Saúde	Tipo sanguíneo, fator Rh, uso de medicamentos, plano de saúde, restrições, intolerâncias e alergias a alimentos e/ou produtos.
Educação Especial	Deficiências, transtornos, altas habilidades/super dotação.
Informações complementares	Número de filhos, beneficiário BPC, bolsa escola, bolsa família, renda familiar, empresa em que trabalha, profissão, possui computador, internet, pertencente a um grupo quilombola.

FONTE: adaptado de SED (2015)

Nas análises realizadas junto às fichas de matrículas do CEJA, verifica-se que, em algumas seções, as/os estudantes não responderam alguns itens. Como esse preenchimento não é obrigatório, em alguns casos, há dados incompletos.

No levantamento realizado, consultamos um total de 1521 fichas de matrículas, sendo que 959 matrículas foram realizadas no CEJA de Jaraguá do Sul, 277 na UD de Guaramirim, 188 na UD de Corupá, 86 na UD de Massaranduba e 11 na UD prisional. Na tabela 4, apresentamos o número de pessoas matriculadas no período selecionado para pesquisa.

TABELA 4–Número de alunos matriculados na EJA entre novembro de 2014 e junho de 2015

Unidade escolar/município	Ensino Fundamental 1º segmento	Ensino Fundamental 2º segmento	Ensino Médio	Número total de estudantes matriculados
CEJA Jaraguá do Sul	102 estudantes	346 estudantes	511 estudantes	959 estudantes
UD de Guaramirim	8 estudantes *	115 estudantes	154 estudantes	277 estudantes
UD de Corupá	Não tem turma	67 estudantes	121 estudantes	188 estudantes
UD de Massaranduba	20 estudantes*	26 estudantes	40 estudantes	86 estudantes
UD unidade prisional	3 estudantes	4 estudantes	4 estudantes	11 estudantes
Total geral de estudantes matriculados	133 estudantes	558 estudantes	830 estudantes	1521 estudantes

*alunos da secretaria municipal de Guaramirim e Massaranduba respectivamente nestas turmas o professor é mantido pela rede municipal de ensino, sendo as demais ações efetuadas pela rede estadual.

FONTE: adaptado de SED (2014/2015)

O levantamento realizado nos mostra uma pequena diferença no número de matrículas realizadas em Jaraguá do Sul na rede pública estadual apresentada na tabela 3 e os dados apontados na tabela 4. O fato se deve ao número de estudantes que solicitam transferência para outras unidades escolares e aos desistentes.

Observa-se ainda que, na tabela 4, existe uma procura maior por matrículas na unidade escolar de Jaraguá do Sul, se comparado aos demais municípios. Nas UDs dos outros municípios, foi matriculado um total de 551 estudantes, sendo esse

número quase quatro vezes menor que o apontado para as matrículas realizadas no CEJA de Jaraguá do Sul. Essa discrepância é evidenciada pelo fato de o município investigado ser o maior e mais populoso da região do Vale do Itapocu. Portanto, justifica-se, desse modo, nosso olhar mais atento no estudo para essa unidade escolar.

Além da investigação direcionada ao CEJA de Jaraguá do Sul, este trabalho aprofunda-se nas informações dos sujeitos que frequentam a EJA com os recortes de gênero, idade e nível escolar. Desta maneira, apresentamos os dados coletados das/os estudantes que apresentam idades iguais ou superiores a 18 anos. Apontamos ainda que a escolha do recorte etário se dá em relação às entrevistas de história oral, visto que, para a realização das mesmas, necessita-se de pessoas com maior experiência de vida. Os dados obtidos estão dispostos na tabela 5.

TABELA 5 - Número de homens e mulheres matriculados no CEJA de Jaraguá do Sul entre novembro de 2014 e junho de 2015 com idade igual ou superior a 18 anos

Unidade escolar	Gênero						Número total de alunos matriculados
	Ens. Fund. 1º segmento		Ens. Fund. 2º segmento		Ensino Médio		
	M.	Fem.	M.	Fem.	M.	Fem.	
CEJA Jaraguá do Sul	48	59	130	116	275	236	864

FONTE: adaptado de SED (2014/2015)

Analisando os resultados organizados na Tabela 5, verificamos uma proporcionalidade entre mulheres e homens na procura por escolarização. O fato de encontrarmos número maior de mulheres no primeiro segmento do Ensino Fundamental em relação aos demais níveis de ensino leva-nos a indagar sobre os diferentes aspectos social, cultural e econômico que fazem parte da vida dessas mulheres e que podem estar relacionados aos diferentes papéis femininos que foram se moldando e se perpetuando na sociedade, interferindo no acesso à escolarização e na permanência delas por mais tempo no ambiente escolar. Neste sentido, Saffioti (2013, p. 291) corrobora no que diz respeito à educação feminina:

Numa tentativa de preservar a estrutura patriarcal da família [...]. O baixo nível de educação feminina é, assim, defendido em nome da necessidade moral e social de preservação da família, como se esta fosse incapaz de persistir através das mudanças que a evolução social lhe impõe frequentemente

Saffioti(2013, p. 66)também argumenta que os obstáculos impostos à mulher para o seu desenvolvimento e atuação na sociedade:

[...]são regulados pelas necessidades da ordem imperante na sociedade competitiva, e não pela necessidade que por ventura tenham as mulheres de se realizar através do trabalho, as oportunidades sociais oferecidas aos contingentes femininos variam em função da fase de desenvolvimento do tipo social em questão ou, em outros termos, do estágio de desenvolvimento atingido por suas forças produtivas.

Desta maneira, os impeditivos que colaboraram e ainda colaboram para a marginalização de muitas mulheres não se limitam apenas aos cuidados com a família e a casa, mas agregam também a responsabilidade que muitas delas têm de participar ou de ser a principal provedora da família. Assim, refletindo a dificuldade em manter todos esses cuidados sob sua responsabilidade e conciliar os estudos a mulher, desta maneira, abdica de seus próprios desejos e expectativas para retomá-los posteriormente, com mais idade e em outros momentos da vida.

É nesse contexto que entra a educação de jovens e adultos, como um ambiente escolar que agrega uma variedade de sujeitos que migram de várias partes do Brasil e do exterior, mulheres que observam na escolarização uma forma de emancipação e empoderamento.

Na Tabela 6, identificamos os dados migratórios das estudantes matriculadas no CEJA de Jaraguá do Sul e o respectivo nível de escolarização com que chegam à região.

TABELA 6 - Naturalidade das estudantes do Centro de Educação de Jovens e Adultos – CEJA de Jaraguá do Sul/SC

Naturalidade	Estudantes do CEJA			Número total das estudantes
	Ensino Fundamental 1º segmento	Ensino Fundamental 2º segmento	Ensino Médio	
Jaraguá do Sul	6	17	77	100
Guaramirim	-	-	9	9
Massaranduba	-	5	-	5
Outras cidades de SC	9	58	31	98
Estado do Paraná	23	17	83	123
Estado do Rio Grande do Sul	3	8	14	25
Outros estados do Brasil	13	11	22	46
Haiti	5	-	-	5
Total de estudantes	59	116	236	411

FONTE: adaptado de SED (2014/2015)

Na tabela 6, podemos verificar que grande parte das estudantes que chegam ao CEJA é oriunda de outros estados, em especial do estado do Paraná. A busca por melhores condições de vida e de trabalho podem ser os fatores que permeiam a opção pelo estado de Santa Catarina, em especial a região do Vale do Itapocu, que apresenta uma considerável quantidade de indústrias. Observamos também que as estudantes provenientes daquele estado chegam ao CEJA com o Ensino Fundamental completo, necessitando do Ensino Médio para conclusão da Educação Básica. As questões relacionadas à busca por trabalho ou melhores condições podem estar ligadas à maior procura pelo Ensino Médio, visto que as contratações de trabalho são realizadas mediante comprovação de escolarização.

Nesta busca por escolarização em diferentes níveis escolares, encontramos também nas fichas de matrículas as condições de trabalho das mulheres estudantes

do CEJA e que estão expostas na tabela 7.

TABELA 7 - Condição de trabalho das mulheres estudantes do CEJA

Condição de trabalho	Estudantes trabalhadoras do CEJA			Número total de estudantes matriculadas
	Ens. Fund. 1º segmento	Ens. Fund. 2º segmento	Ensino Médio	
Trabalho Formal	12	14	141	167
Trabalho Informal	5	5	35	45
Dependentes e Aposentadas	2	1	1	4
Desempregadas	2	2	10	14
Não declarou	82	57	42	181
Total de estudantes	103	79	229	411

FONTE: adaptado de SED (2014/2015)

Os dados apresentados na tabela 7 revelam que, dentre as mulheres que declararam sua condição de trabalho, a maioria encontra-se no trabalho formal e são estudantes do Ensino Médio, seguidas das que frequentam o 2º segmento do Ensino Fundamental e das do primeiro segmento do Ensino Fundamental. Já as mulheres que declararam estar em uma condição de trabalho informal, a maioria também frequenta o Ensino Médio, seguidas das que frequentam o primeiro e segundo segmentos do Ensino Fundamental. daquelas que declararam suas condições de trabalho, mais da metade estão atuando formal ou informalmente no mercado de trabalho, ou seja, fazem parte dos espaços públicos.

No entanto, percebemos que grande parte das mulheres não declarou, no ato da matrícula, sua condição de trabalho. Portanto, será por meio das narrativas que tentaremos mostrar as várias nuances da vida das estudantes do CEJA.

Em se tratando da condição de trabalho das mulheres, Saffioti (2013) salienta que, em vários momentos históricos, o trabalho feminino não estaria pautado no lucro

econômico ou ascensão profissional para a mulher. O trabalho feminino era exercido para a família como fonte subsidiária de renda, sendo necessária a participação da mulher nos espaços públicos e privados. No momento em que aparecem os processos individualizantes do capitalismo, a mulher passa a sentir mais fortemente as desvantagens deste novo sistema econômico, passando a ter subvalorizadas as suas funções e ficando cada vez mais à margem dos processos produtivos. Neste sentido, a questão de gênero é colocada como mecanismo de inferiorização da mulher e passa a servir como um meio competitivo no novo sistema de produção. Assim, a mulher é tida como um elemento chave para a obstrução do seu próprio desenvolvimento social, estando mais fortemente à margem, fruto da sociedade que historicamente a coloca em tal condição.

Esta condição não é fato isolado, ocorre em vários locais da sociedade, interferindo inclusive no seu acesso à escolarização e sua permanência no ambiente escolar. Muitos dos sujeitos que chegam à EJA são excluídos e estereotipados pela sociedade, não apenas pela própria negação ou privação do direito à escolarização, mas, principalmente, por sua condição social. Miguel Arroyo (2005, p. 223) afirma que a EJA nomeia os sujeitos que chegam a ela pela realidade social que apresentam: “[...] oprimidos, pobres, sem terra, sem teto, sem horizonte”. Nessas afirmativas levantadas por Arroyo, entendemos que as condições sociais destes sujeitos podem, de certa maneira, levar a trajetórias escolares interrompidas, pois, estão associadas à ética presente nas relações que são forjadas entre os sujeitos. Além do mais, essas designações acabam por não considerar as especificidades dos sujeitos que chegam à EJA, gerando certo preconceito destes estudantes, que acabam por naturalizar a negação ou levando à interrupção escolar.

Segundo Freire (2014), a ética nas práticas educativas perpassa o fenômeno humano e se constitui na História. Assim, a falta de ética, ou seja, a exploração e a dominação dos seres humanos, é considerada imoral, seja nos processos educativos ou em qualquer outra atividade desenvolvida por homens e mulheres. Nesse sentido, Freire (2014) afirma que:

Há uma imoralidade radical na dominação, na negação do ser humano, na violência sobre ele, que contagia qualquer prática restritiva de sua plenitude e a torna imoral também.

Imoral é a dominação econômica, imoral é a dominação sexual, imoral é o racismo, imoral é a violência dos mais fortes sobre os mais fracos. Imoral é o mando das classes dominantes de uma sociedade sobre a totalidade da outra, que deles se torna puro objeto, com maior ou menor dose de convivência (FREIRE, 2014, p. 108).

Esta “imoralidade radical” presente também na escola não é amenizada pelos educadores que, segundo Arroyo (2005, p. 223), apesar dos pesquisadores na área da educação utilizarem nomes mais escolares para os sujeitos da EJA, como “[...] repetentes, defasados, aceleráveis, analfabetos, candidatos à suplência, discriminados, empregáveis[...]”, não ameniza a realidade social em que vivem, pelo contrário, afasta-os de suas condições humanas, as quais são fundamentais para o processo educacional.

Para Freire (2005b), a concepção de humanidade está pautada nas relações que o ser humano toma com o mundo e no mundo, sendo essenciais para distinguir o homem e a mulher dos demais animais. O ser humano não se constitui só, mas por meio das relações com outros homens e mulheres, não apenas fazendo parte de um mundo para permanecer acomodado ou ajustado, mas incorporando a si e humanizando este mundo que habita. Não é só do homem biológico que Freire fala, mas de um homem biológico, cultural e social.

Na verdade, já é quase um lugar-comum afirmar-se que a posição normal do homem no mundo, visto como não está apenas nele, mas com ele, não se esgota em mera passividade. Não se reduzindo tão-somente a uma das dimensões de que participa- a natural e a cultural- da primeira, pelo seu aspecto biológico, da segunda pelo seu poder criador, o homem pode ser eminentemente interferidor. Sua ingerência, senão quando destorcida e acidentalmente, não lhe permite ser um simples espectador, a quem não fosse lícito interferir sobre a realidade para modificá-la (FREIRE, 2005b, p. 49).

Partindo do pressuposto de que natureza e sociedade se relacionam de forma recíproca, Klein e Silva (2012) afirmam que, para compreender as relações que são formadas entre os sujeitos, devemos partir do escopo de que o homem e a mulher não são somente frutos da natureza e não exclusivamente sociais. As relações com outros sujeitos humanos proporcionam relações de interdependência num esforço para assegurar a produção das condições de existência.

O trabalho, ou seja, essa ação do homem sobre a natureza, transformando-a conforme as conveniências de sua própria existência, foi o primeiro ato propriamente humano. A humanidade passa, assim, a ser marcada por uma natureza que já é fruto de processos de transformação histórica, uma natureza já afetada pelas modificações produzidas pelos homens (KLEIN e SILVA, 2012, p. 25).

De acordo com Barroco (2012), é pelo trabalho que a humanidade se apropria da natureza e a domina. Por meio do trabalho é que o ser humano atinge uma

dimensão de atividade vital e consciente, que assegura o relacionamento com outros sujeitos e a natureza, superando o conceito de espécie meramente biológica, pois é na prática social que os sujeitos se apropriam das questões sociais já presentes no mundo.

Neste sentido, o ser humano, que é um ser histórico, forjado por meio das relações e das transformações com outros sujeitos ao longo do tempo, desenvolve, por meio da produção de seu trabalho e das interações com outros sujeitos os meios e bens necessários à sobrevivência. Sabemos também que a necessidade de sobrevivência, em muitos casos, não respeita a ética entre os sujeitos, provocando violências, individualizações e outros males da sociedade. Essas práticas sociais podem levar ao que Barroco (2012, p. 47) chama de “[...] compreensão parcial ou invertida da realidade, da relação do homem com o mundo.” Esta, uma relação alienada e que pode promover a alienação, cria e promove a ideia de que tudo que é criado pelo ser humano está à disposição de todos e seus acessos dependeriam apenas do interesse e da capacidade de cada um.

Milton Santos (2005), em seu livro **Por Uma Outra Globalização**, chama a atenção para o fim da ética e o fim da política, ambos motivados pelas condições de sociabilidade que se levantam nos dias atuais. O consumismo desenfreado, o narcisismo, o imediatismo, a falta de solidariedade e a instauração de uma ética individualista levam a sociedade a um estágio de violência estrutural, em que as manifestações de perversidade não ocorrem mais isoladamente, mas sim através de um sistema globalizado.

[...] a violência estrutural resulta da presença e das manifestações conjuntas, nessa era da globalização, do dinheiro em estado puro, da competitividade em estado puro e da potência em estado puro, cuja associação conduz à emergência de novos totalitarismos e permite pensar que vivemos numa época de globalitarismo muito mais que de globalização. [...] (SANTOS, 2005, p. 55).

Neste sentido, é também função da escola desmitificar as condições de sociabilidades inculcadas nos sujeitos pelas classes dominantes que, mantendo a hegemonia, perpetuam o *status quo*. É indispensável que se tenha um olhar diferenciado para os sujeitos da EJA, pois esta é uma modalidade com especificidades marcantes, com sujeitos jovens, adultos e idosos e que tem a educação como direito subjetivo do ser humano. No que tange o artigo 205 da Constituição Federal:

[...] A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, p.23).

Reconhecer a desigualdade e a diversidade de cada um é assumir uma condição de alteridade perante o outro, que também é detentor do direito à educação e que, em muitos casos, não participa deste direito, principalmente os que se tornam estigmatizados ou os que não se enquadram nos padrões da normalidade¹⁴ imposto pela sociedade.

Paiva et al (2007, p. 19) chamam a atenção para a questão da/do estudante de EJA, que [...] “historicamente vem sendo excluído, quer pela impossibilidade de acesso à escolarização, quer pela sua expulsão.” Além disso, muitas vezes a saída do ambiente escolar não se dá somente na época em que frequentou a escola quando criança ou adolescente, mas ocorre também no momento em que passa a frequentar a própria EJA.

Devemos falar em inclusão para aqueles que, de uma forma ou de outra, não estão classificados nos padrões de normalidade que a sociedade estabelece. O próprio sistema social provoca uma inclusão que, segundo Sawaia (2010, p.6), é uma inserção social perversa, em que “[...] a sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão [...]”. Esta concepção está intimamente ligada aos sujeitos da EJA, pessoas que, de alguma maneira, foram excluídas dos meios sociais para sofrerem uma inclusão perversa que se configura como um processo sutil e próprio do sistema, processo que envolve o ser humano e suas relações com os outros sujeitos.

Trazemos o conceito de inclusão perversa para a EJA, pois entendemos que, para as/os estudantes que frequentam esta modalidade, o retorno à escolarização não é um processo fácil, isto é, trabalhar várias horas por dia, cuidar da casa, da família e ainda se manter na escola requer um grande esforço físico e mental como os próprios estudantes relataram nesta pesquisa. As condições sociais excluem, delimitam e definem quem terá êxito escolar. Gonçalves (2014) apresenta algumas

¹⁴ Veiga Neto (2011), em seu texto **Incluir para excluir**, chama a atenção para as novas modalidades da exclusão, em que os fatores de normalidade e anormalidade ganham padrões modernos de classificações que vão muito além dos genótipos e fenótipos de cada indivíduo.

premissas para nortear as condições que podem levar à evasão escolar das/os estudantes da EJA: condições de trabalho, condições familiares, condições pedagógicas e condições pessoais incrementam os índices de evasão escolar e analfabetismo no Brasil.

Desta maneira, para os sujeitos da EJA que de alguma maneira são excluídos e marginalizados, a Proposta Curricular de Santa Catarina (2014) trata em seu texto sobre a formação integral¹⁵ do sujeito e sobre a aprendizagem ao longo da vida. Neste documento, a EJA é descrita como uma modalidade para inclusão de milhões de pessoas jovens e adultas, pautada na concepção de emancipação, autonomia e liberdade como caminhos para uma cidadania ativa e crítica, possibilitando o desenvolvimento humano pleno e a apropriação do conhecimento e da cultura em qualquer momento da vida.

Os sujeitos que procuram a EJA apresentam conhecimentos prévios, acumulados ao longo da vida, seja por meio do ambiente de trabalho, do convívio familiar, da participação nos sindicatos ou na própria comunidade onde residem. Segundo (PAIVA et al, 2007, p.26)

[...] é próprio do ser humano ter o impulso de conhecer o mundo e transformar a realidade e todos os sujeitos em todas as idades tem a capacidade, necessidade e direito de ampliar seus conhecimentos e compartilhar do acervo cultural, científico, tecnológico e artístico construído pela humanidade [...].

Segundo Gonçalves (2014), os conhecimentos que as/os estudantes da EJA adquiriram ao longo da vida, contribuem para os sentidos e saberes da escolarização formal, porque, muito mais do que serem legitimados pelos conhecimentos científicos, valorizam principalmente a dimensão humana. Assim, a educação de jovens e adultos se configura como direito fundamental de toda pessoa.

Como direito, a EJA é inquestionável e, por isso, tem de estar disponível para todos, em cumprimento ao dever do Estado, como modalidade no âmbito da educação básica preceituada na legislação nacional, bem como na perspectiva da educação ao longo da vida. EJA, como direito, pressupõe em sua práxis que o trabalho realizado garanta acesso, elaboração e

¹⁵ Segundo a Proposta Curricular de Santa Catarina (2014, p. 26), a formação integral dos sujeitos tem como objetivo desenvolver percursos formativos mais integrados, complexos e completos, que consideram a educação humana em suas múltiplas dimensões.

reconstrução de saberes que contribuam para a humanização e emancipação do ser humano (MEC/SECADI, 2009, p.28).

Sendo assim, os profissionais que atuam diretamente no CEJA de Jaraguá do Sul vêm tentando trabalhar ao longo destes anos sob este preceito. No entanto, as condições adversas e cortes que são impostos por nossos governantes transpassam as questões legais e atingem principalmente as/os estudantes que necessitam e têm direito a esta modalidade de ensino.

1.3 ENTREVISTAS DE HISTÓRIA ORAL - ESCUTAS SOBRE O APRENDER DE SI

Nesse terceiro movimento metodológico, utilizou-se de entrevistas de história oral de vida como método para o caminho da práxis. Para esse trabalho, selecionamos seis mulheres estudantes do CEJA de Jaraguá do Sul – SC: duas estudantes do Ensino Fundamental – primeiro segmento, duas estudantes do Ensino Fundamental – segundo segmento, e duas estudantes do Ensino Médio, atingindo assim todos os níveis escolares oferecidos no CEJA. A seleção das estudantes para as entrevistas se deu de acordo com três critérios: o grupo etário, em que as estudantes deveriam ter idades entre 20 e 70 anos; a frequência, em que as mulheres selecionadas deveriam ter frequentado o primeiro e o segundo semestre letivo do ano de 2015, e o último critério se deu de acordo com a disponibilidade das estudantes, que foram questionadas a respeito da participação ou não na pesquisa.

No primeiro momento, foram selecionadas 322 mulheres distribuídas entre os três níveis de ensino citados anteriormente. Estas estudantes apresentavam idades entre 20 e 70 anos e estavam frequentando a escola desde o início do ano letivo. Das 322 possíveis mulheres aptas para a entrevista, somente 6 se disponibilizaram a participar. Os locais para entrevista foram escolhidos pelas próprias mulheres, sendo que somente uma optou em fazer em sua residência. As demais preferiram utilizar uma sala de aula da própria unidade escolar.

As entrevistas tiveram duração média de 50 minutos, foram gravadas em áudio e vídeo mediante autorização e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE e da autorização de uso de imagem pelas mulheres entrevistadas. As entrevistas gravadas foram passadas para um arquivo de computador, para que se efetuassem as transcrições. Em seguida, optou-se por

fazer as “transcrições” das entrevistas (MEIHY, 2002), que posteriormente foram devolvidas às estudantes para leitura e aprovação. As estudantes autorizaram a retirada dos vícios de linguagem presentes nas narrativas, para que pudéssemos divulgá-las na pesquisa. A partir das transcrições, já foram sendo traçados os primeiros temas para análise dos dados.

De acordo com Meihy (2002), a metodologia de história oral de vida é o conjunto de experiências de vida de uma pessoa e tem sido utilizada para compreender a sociedade em seu estado íntimo e pessoal, isto é, está pautada em narrativas de saberes da vida de pessoas.

Thompson (1992) argumenta que a história oral é construída em torno de pessoas e por pessoas comuns. E, quando realizada dentro da escola, estimula professoras/es e estudantes a serem companheiras/os de trabalho. Ao ser organizada dentro da comunidade, traz a história para dentro do conjunto de indivíduos, ao mesmo tempo em que extrai a história de dentro da própria comunidade.

Para Alberti (2004), a história oral é feita de pensamentos descontínuos e fragmentados, mas contados com vivacidade e em um tom especial nos quais são selecionados para explicar o que se passou em determinado momento da vida. As entrevistas de história oral também trazem à tona um lado subjetivo e afetivo do ser humano. A experiência vivida por uma pessoa e narrada no momento da entrevista remete-nos àquele passado, como se tivéssemos sido transportados para esse lugar, lugar de vivência do entrevistado. Alberti (2004, p. 15) argumenta que:

Como em um filme, a entrevista nos revela pedaços do passado, encadeados em um sentido no momento em que são contados e em que perguntamos a respeito. Através desses pedaços temos a sensação de que o passado está presente.

Nesses cortes e fragmentos do passado e permeados pelo presente, trazidos pelas estudantes do CEJA, recolhemos memórias do vivido e significados de vida, integrando tempo e memória na reconstrução de experiências de suas vidas. Para Lucilia Delgado (2003, p.16), “[...] tempo e memória, constituem-se em elementos de um único processo, são pontes de ligação, elos de correntes, que integram as múltiplas extensões da própria temporalidade em movimento”.

Lucilia Delgado ressalta, em seu texto, por meio de algumas concepções de memórias elucidadas por Marilena Chauí, Bobbio, Marieta Ferreira, Margarida

Neves, que o trabalho com a história oral, neste caso a narrativa, ativa a capacidade de reviver um passado muitas vezes esquecido pelo tempo e que é uma ação que requer energia para buscar o encontro com o próprio eu, com fatos vividos e com personagens que nos trazem muitas lembranças. Segundo Delgado (2003), o conceito de memória não é homogêneo, tem significados múltiplos que se ligam locais, a identidades, à retenção e à manifestação de conhecimentos e reconhecimentos, em que a memória se materializa no esforço das coletividades e da individualidade, pois cada história de vida é única, mas também reflete a vivência em grupo, em comunidade, reflete o produto social forjado pela troca com o outro.

Segundo Alberti (2004, p. 36), “[...] a memória não é apenas significado, mas também acontecimento, ação”. Sendo assim, em uma entrevista de história oral, existe um enquadramento, a manutenção e a materialização da memória, que é ativada pela/o entrevistadora/or por meio das perguntas à/ao entrevistada/o, a quem, por sua vez, cabe estar convencida/o da utilidade de sua narrativa e da importância de seu passado como fonte de pesquisa.

Para Thompson (1992), a história oral, como fonte de pesquisa, desafia a subjetividade da percepção humana, pois estimula a vir à tona lembranças do passado, com um mergulho na memória, contribuindo para que a história se torne mais rica, viva, comovente e verdadeira.

É por meio das narrativas de histórias oral de vida que materializamos a memória. Portanto, podemos dizer que as narrativas “[...] são instrumentos de preservação e transmissão das heranças identitárias e das tradições” (DELGADO, 2003, p. 21), cujos registros escritos ou audiovisuais se transformam em fontes de pesquisas importantes para a educação e o conhecimento humano.

De acordo com Alberti (2004), as possibilidades de pesquisa com a metodologia de história oral trazem à tona a concretude de um fato passado, articulando conhecimento e experiência de quem narra o fato, com o rigor e responsabilidade (método e metodologia) de quem colhe, escuta, interpreta e divulga as histórias de vida. Sendo assim, podemos, com a história oral:

- Estudar as representações do passado, as constituições de memórias e a construção de identidades;
- Reconstituir o decurso cotidiano de pessoas e/ou fatos que possam ser validados como fontes de pesquisas;

- Reconhecer a história política de diferentes atores e grupos partícipes da construção de movimentos e ações de importância para o coletivo;
- Estudar padrões de socializações e trajetórias de comunidades e grupos específicos;
- Estudar a forma que pessoas ou grupos desenvolveram e elaboraram as experiências, situações de aprendizado, saberes e fazeres e decisões estratégicas;
- Registrar tradições culturais.

Para Thompson (1992), a possibilidade de utilizar a história oral em pesquisas traz benefícios sociais e pessoais:

[...] Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato- e, pois, a compreensão- entre classes sociais e entre gerações. E para cada um dos historiadores e outros que partilhem das mesmas intenções, ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época. Em suma contribui para formar seres humanos mais completos. Paralelamente, a história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente a sua tradição. E oferece os meios para uma transformação radical do sentido social da história (THOMPSON, 1992, p. 44).

Quando Thompson traz à luz a questão dos excluídos ou menos favorecidos na história oral, aponta na verdade o lugar onde se desenvolveu a história oral, que foi no meio do povo, entre pessoas trabalhadoras, mulheres e homens comuns, operárias/os, empregadas/dos domésticas/os, trabalhadoras/res sub pagas/os, trabalhadoras/res rurais e também as/os desempregadas/os.

Vale destacar que a oralidade foi a primeira forma de relatar a história, surgiu a partir das conversas de fatos contados entre gerações de familiares, amigos ou vizinhos. Nas tribos e sociedades pré-letradas, toda a história era oral, as tradições, listas de nomes e lugares, rituais, fórmulas, tudo era passado de uma geração a outra por meio de narrativas. A tradição oral era utilizada, por exemplo, na Grécia antiga, nas tribos Africanas, nos Estados Unidos e também na Europa como meio de manter viva a tradição dos povos daqueles locais. Porém, o termo história oral, assim como seu uso por diversos pesquisadores, passou a ser amplamente utilizado em meados do Século XIX por intermédio de Jules Michelet, professor francês, que decidiu escrever sua história da revolução francesa. A intenção era contrabalancear a evidência dos documentos oficiais com o julgamento político da tradição oral das

pessoas comuns que participaram de todo processo (THOMPSON, 1992).

Essa forma de garantir a evidência de história oral a partir das coletas de informações de pessoas e não de instituições fez com que se pudesse compreender a história local por meio de pessoas do povo, que nunca foram ouvidas, como as/os operárias/os, mulheres e negras/os. Já no Século XX, mais para o final dos anos 40, a história oral cresceu mais intensamente entre os historiadores, que passaram a utilizá-la para a investigação de problemas sociais urbanos. E foi com a ajuda de informantes mais idosos que continham cartas, fotografias e outros documentos pessoais que se reavivou os acontecimentos da comunidade estudada (THOMPSON, 1992).

No Brasil, a história oral começou a ter visibilidade principalmente nos ambientes universitários a partir de 1971 por influência dos estudos culturais, dos movimentos sociais e de Direitos Humanos. O Museu da Imagem e do Som em São Paulo se dedica até hoje à preservação da memória cultural brasileira. No Rio de Janeiro, existe o maior centro de pesquisa em história oral do país, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), que conta com o maior acervo do Brasil e é o melhor exemplo de bem-sucedidas experiências com história oral. Em Santa Catarina, temos como referência o laboratório de história oral da Universidade Federal de Santa Catarina, implantado em 1975 (FREITAS, 1992, apud THOMPSON, 1992), e, em Joinville, o Laboratório de História Oral da Universidade da Região de Joinville, atuando desde o ano de 1982.

Para contribuir com esse processo de construção histórica e de resgate das memórias vividas, as narrativas realizadas pelas estudantes do CEJA serão doadas ao Laboratório de História Oral da UNIVILLE.

As entrevistas de história oral que realizamos, ocorreram entre 27 de novembro de 2015 e 31 de março de 2016, aconteceram em horários opostos às aulas das estudantes. Antes do início das entrevistas, foi explicado novamente do que se tratava a pesquisa. Foi assegurado também sigilo a respeito de suas identidades e por esse motivo seus nomes foram substituídos por outros.

Para que pudéssemos atingir os objetivos da pesquisa, elaboramos um roteiro com blocos temáticos (temas geradores¹⁶) para direcionarmos as histórias de vida

¹⁶Segundo Freire, (2005, p. 108 a), os temas geradores se referem a temas que podem se desdobrar

para as questões que gostaríamos de analisar: primeiras experiências escolares na infância, motivos para interrupção ou negação desses processos escolares, sentidos da busca pela escolarização, e os impactos da escolarização para as estudantes entrevistadas. A seguir destacamos os blocos temáticos:

- 1) Vida na infância junto à família - frequentava a escola ou era incentivada a frequentar a escola por algum membro da família?
- 2) Vida na adolescência - por que deixou ou nunca frequentou a escola, eo que desejava para o futuro em sua vida adulta?
- 3) Vida na juventude – familiares incentivavam o retorno aos estudos? Como se deu o retorno aos estudos? Frequentou outro ambiente de estudos?
- 4) Vida adulta - O que mais gosta de aprender no CEJA? Quais os desejos para o futuro?
- 5) Os sentidos às oportunidades educacionais e profissionais para as mulheres no Brasil de hoje.
- 6) Experiência nos espaços públicos sociais e sobre sua participação na vida comunitária.
- 7) Dificuldade ou entraves sociais, culturais e/ou políticos para as mulheres nos dias de hoje.
- 8) Os impactos da escolarização na vida das mulheres.

Nos dois primeiros blocos temáticos, pretendeu-se que cada mulher revisitasse suas memórias de infância e lembrasse como era a vida naquele tempo, principalmente os momentos escolares e os incentivos para escolarização que recebia dos familiares, bem como os motivos que as levaram à desistência ou à negação da escolarização. Com os blocos temáticos três e quatro, objetivou-se compreender os motivos da busca escolar e, finalmente, com os blocos temáticos de cinco a oito, pretendeu-se compreender os impactos da escolarização para as estudantes, tanto na vida pública como nas questões pessoais.

em outros tantos temas, podem ser localizados em círculos concêntricos, que partem do mais geral ao mais particular, contidos na unidade epocal mais ampla, que abarca toda uma gama de unidades e subunidades.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS DE INSERÇÃO DAS MULHERES NOS PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO E DE TRABALHO

Geralmente quando fala de mulher é um tabu quebrado, porque antes eram somente donas de casa, mulher não poderia estudar, hoje em dia, mulher tem oportunidade, só que muitas não têm o conhecimento de que elas podem crescer, muitas ficam caladas, quietas né? Mas toda mulher tem a vontade de crescer, elas sonham também. E estão crescendo, estão crescendo aos poucos, não têm tantas oportunidades de trabalho quanto os homens. Ainda existe isso, mas elas estão evoluindo. Um dia chegamos lá! (“Maria Lis”, março de 2016)

Desde os tempos mais remotos, há divisão entre o sexo feminino e o masculino, sendo as questões biológicas¹⁷ um primeiro fator para esta segregação. Acrescentam—se a essas também as questões econômicas, políticas, sociais e psicológicas como influenciadoras das razões pelas quais as mulheres ainda estarem marginalizadas pela sociedade. É neste sentido que este capítulo tem sua importância, de modo a discutir os aspectos que se moldaram ao longo do tempo em relação à mulher e sua atuação na sociedade.

2.1 A CONSTRUÇÃO DO SER FEMININO NA SOCIEDADE

Na obra de Simone de Beauvoir **O segundo sexo**, a autora nos coloca a questão biológica como ponto de partida para o debate sobre a posição da mulher na sociedade, afirmando que é insuficiente a descrição dada à mulher como simplesmente a fêmea encarregada pela gestação da espécie humana.

É muito difícil dar uma descrição geralmente válida da noção de fêmea; defini-la como condutora de óvulos e o macho como condutor de espermatozoides é muito insuficiente, por quanto a relação do organismo com as gônadas é extremamente variável (BEAUVOIR, 1980 p. 37).

Enquanto vista somente como espécie biológica, a mulher por muito tempo

¹⁷ As razões para se pertencer ao sexo feminino vão além dos apêndices biológicos; útero e ovários que estariam relacionado à reprodução, ou mais além ainda da representação que fazem da mulher em relação as outras fêmeas da natureza, projetando-as como devoradoras, impacientes, ferozes, humilhadas (BEAUVOIR, 1980, p.25).

viveu o que Beauvoir (1980), chama de “alienação” em relação às questões de reprodução e força física, ficando a mercê das sociedades que designavam a maneira com que todas viveriam e se comportariam perante os outros.

Beauvoir (1980, p. 82) explica que, mesmo algumas mulheres tendo força física para serem colocadas em pé de igualdade com os homens, não o podiam, pois tinham o “fardo”¹⁸ das questões reprodutivas que as impediam de realizar determinadas funções sociais.

Em algumas sociedades, a mulher era tida como um ser sagrado por conta da reprodução. Já em outros grupos, ela se tornara impotente, pois como não havia o controle dos nascimentos e o próprio conhecimento de seu corpo¹⁹, as maternidades subsequentes diminuía sua capacidade de trabalho, consumiam suas energias, saúde e tempo. Seu trabalho estava vinculado aos cuidados com os filhos e a fazeres da agricultura (BEAUVOIR, 1980).

Neste período, já fica evidente a presença de divisão de papéis. O trabalho da mulher no ambiente privado estava voltado às questões do lar, à alimentação, aos cuidados com os filhos, à jardinagem e à limpeza do local de moradia, enquanto o trabalho do homem era a caça, a coleta de alimentos e a defesa da tribo.

No entanto, segundo Beauvoir (1980), no momento em que a propriedade privada se torna presente no dia a dia da humanidade, a mulher tem sua existência ainda mais vinculada ao homem. Primeiro, sob o domínio do pai, e, a seguir, sob o controle do marido, por meio do casamento. A mulher passava, então, do domínio de seu pai para o de seu marido como um objeto com função definida no novo grupo familiar a qual pertenceria dali para frente.

Nesse princípio da dominação de um pelo outro, cabe indagar: que pressupostos permitiram que os homens obtivessem, ao longo dos séculos, privilégios que permitissem ou que lhes dessem forças sociais, culturais e/ou políticas para dominar e oprimir as mulheres, ou que fatores levaram às mulheres aceitar tal dominação?

Para Beauvoir (1980), o fato de a submissão feminina estar relacionada à

¹⁸ Ver em Beauvoir (1980 página 49-52) a discussão abordada pela autora sobre os dados da Biologia.

¹⁹ Murara (2009, p. 178-179), coloca que o ser humano não tinha conhecimento de seus corpos para reprodução até a chegada do período Neolítico. É no decorrer deste período que o homem passa a conhecer a função biológica da reprodução, dominando e controlando estas funções bem como a sexualidade da mulher.

reprodução e ao cuidado com a prole, impedira participação da mulher na construção e na transformação do mundo foi criado pelos homens para manter as mulheres vinculadas unicamente a esta função:

Em verdade, as mulheres nunca opuseram valores femininos aos valores masculinos; foram os homens, desejosos de manter as prerrogativas masculinas, que inventaram essa divisão: entenderam criar um campo de domínio feminino – reinado da vida, da imanência – somente para nele encerrar a mulher; mas é além de toda especificação sexual que a existente procura sua justificação no movimento de sua transcendência: a própria submissão da mulher é a prova disso (BEAUVOIR, 1980, p. 85).

Neste sentido, esta relação de submissão não teria um teor de opressão, pois ela, convencida de que estaria impossibilitada de participar ativamente das questões da sociedade, estaria satisfeita em ser guiada pelo homem. Com o passar do tempo, esta questão foi se tornando intrínseca à condição de submissão, podendo ter causado o que Bourdieu (2002) chama de violência simbólica.

Também sempre vi na dominação masculina e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas [...] [...] A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto a dominação) quando ele não dispõe para pensá-la e para se pensar, ou melhor para pensar sua relação com ele, mais que instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum o que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural: ou em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc.), resultam da incorporação de classificação assim naturalizadas, de que seu ser social é produto [...] (BOURDIEU, 2002, p. 3, 23).

Desse modo, parece-nos que a dominação do homem pela mulher vai além de questões biológicas, sociais e econômicas. É algo que evoca o subconsciente feminino, fazendo de sua submissão algo tão sutil a ela mesma, que perpassa seu consciente, torna-se invisível, imperceptível.

Na verdade, nas relações entre os sujeitos, são tecidas também relações de poder que se estabelecem através do desejo individual de cada uma das partes de impor para a outra sua soberania. Beauvoir (1980, p. 81) nos revela que [...] “cria-se entre elas, seja na hostilidade, seja na amizade, sempre na tensão uma relação de reciprocidade. Se uma das duas é privilegiada, ela domina a outra e tudo faz para mantê-la na opressão [...]”.

Sabemos que a biologia é importante como definidora de espécies e para organização orgânica dos corpos, mas somente ela não basta. As construções de homens e mulheres, para a formação do ser social, são estabelecidas por meio das relações de um com o outro, sendo a sociedade forjada nas relações sociais. Dessa maneira, com o decorrer do tempo, a dominação androcêntrica construiu os papéis sociais de homens e de mulheres vinculados a corpos sexuados, tanto ações, como objetos são delimitados sexualmente. Para Bourdieu (2002), a dominação masculina se dá pela legitimação da ordem social na qual coloca o homem em situações mais confortáveis e socialmente mais atuantes que a mulher, seja no ambiente privado, seja no ambiente público. “O mundo social constrói o corpo como realidade sexual e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes.” (Bourdieu, 2002, p. 9). Mas cabe-nos compreender como as segregações são colocadas e valorizadas pela sociedade para entendermos o porquê da mulher, nas palavras de Beauvoir (1980), ser o “Segundo Sexo”.

Quando Beauvoir (1980) procura na psicanálise de Freud explicações para essa segunda categorização para as mulheres, encontra divisões sexualizantes calcadas somente no modelo masculino, colocando a mulher como um ser incompleto e mutilado pela ausência do “falo”. As relações entre o pai e a filha e entre a mãe e o filho também não bastam para explicar em que momento se deu a soberania masculina, da mesma maneira que não basta dizer que a mulher é uma fêmea:

[...] não se pode defini-la pela consciência que tem de sua feminilidade; toma consciência desta no seio da sociedade de que é membro. [...]. Mas uma vida é uma relação com o mundo; é escolhendo-se através do mundo que o indivíduo se define; é para o mundo que nós devemos voltar a fim de responder às questões que nos preocupam. Em particular, a psicanálise malogra em explicar por que a mulher é o Outro [...]. (BEAUVOIR, 1980, p. 75).

Beauvoir (1980) não rejeita totalmente as contribuições da psicanálise, que, em muitas vezes, é racional demais. A autora rejeita o método de estudo aplicado para análises do ser masculino e do ser feminino. Ela coloca a mulher em um mundo de valores e de condutas de liberdade, em que a mulher pode escolher entre a afirmação de ideais ou a sua alienação como objeto, alienação a um modelo preestabelecido pela sociedade. Para Beauvoir (1980, p. 78), “[...] a mulher define-se como ser humano em busca de valores no seio de um mundo de valores, mundo

cuja estrutura econômica e social é indispensável conhecer.”

Todavia, Beauvoir (1980) acrescenta que a situação da mulher depende da estrutura econômica e social em que está inserida. Analisando as obras de Beauvoir (1980) e Muraro (2009), pode-se encontrar um histórico que trata das mulheres nas sociedades, seu papel como membro constituinte e as relações de superioridade masculina em relação à feminina.

Segundo Muraro (2009, p. 177-178), no período em que se estabeleciam as coletas e caças primitivas, em alguns grupos sociais, as mulheres apresentavam papel semelhante aos dos homens, visto que o exercício da força física era dispensável, ou seja, caçavam e coletavam assim como os homens. Já no período posterior, que era o da caça de grandes animais, esse papel se inverteu, isto é, a forma igualitária de se conviver deu espaço à divisão das atividades por conta da força física que se tornou necessária. Tempos mais tarde, com a chegada das máquinas, a presença da técnica anulou a força muscular que separava o homem da mulher.

No entanto, não se pode explicar a posição que a mulher foi colocada ao longo dos tempos somente pelo viés do trabalho em relação à força física. Beauvoir (1980) explica que, na perspectiva de Engels, a derrota histórica feminina passou a acontecer devido ao surgimento da propriedade privada. Embora não se saiba que laços de interesse prendem o homem à propriedade privada e quando esse processo teve origem, a divisão do trabalho em consequência da invenção de instrumentos deu ao homem uma posição de poder, porque ele passou a ter um trabalho produtivo e não somente um trabalho para sobrevivência, enquanto para a mulher, que anteriormente, em suas funções domésticas, apresentava um trabalho produtivo, passou a ficar em segundo plano, confinada ao trabalho doméstico.

O que Beauvoir (1980) traz é que somente a explicação da passagem do comunitário para a propriedade privada por meio das novas descobertas não basta para esclarecer os problemas que permeiam o campo feminino em sua totalidade.

Para descobrir a mulher não recusaremos certas contribuições da biologia, da psicanálise, do materialismo histórico, mas consideraremos que o corpo, a vida sexual, as técnicas só existem concretamente para o homem na medida em que ele os apreende dentro da perspectiva global de sua existência. O valor da força muscular, do falo, da ferramenta só se poderia definir num mundo de valores: é comandado pelo projeto fundamental do existente transcendendo-se para o ser (BEAUVOIR, 1980, p. 86).

Neste sentido, podemos dizer que todas as manifestações da vida humana recaem em fenômenos sociais que sofrem modificações ao longo do tempo. Saffioti (2015) ressalta que o patriarcado, manifestação também social, deixou sua contribuição para as desigualdades atuais entre homens e mulheres.

O patriarcado, segundo Patemann (1993, apud SAFFIOTI, 2015), apresenta uma vertente sexual, em que a dominação dos homens sobre as mulheres perpassa pelo contrato de casamento. Este contrato entre homens, cujo objeto é a mulher, facilitava a liberdade do homem e a sujeição da mulher às vontades tanto sexuais como sociais do homem. Sociais, no sentido do direito político dos homens sobre as mulheres, e sexual, no sentido de ter acesso sistemático ao corpo da mulher.

No entanto, o patriarcado se corporifica pela maneira em que os homens asseguram para si e para seus descendentes os meios de produção e reprodução da vida, utilizando para isso uma organização doméstica de modo a sustentar a ordem patriarcal em toda sociedade. No patriarcado, a mulher é tratada tanto como objeto sexual dos homens quanto como garantia na força de trabalho, caracterizando uma relação de dominação e exploração. Além do mais, o patriarcado tem seu poder de atuação entre os diferentes povos, podendo apresentar níveis variados de exploração e dominação e principalmente é legitimado não somente por homens, mas por instituições e também pelas próprias mulheres:

[...] imbuídas da ideologia que dá cobertura ao patriarcado, mulheres desempenham, com maior ou menor frequência e com mais ou menos rudeza, as funções do patriarca, disciplinando filhos e outras crianças ou adolescentes, segundo a lei do pai. Ainda que não sejam cúmplices deste regime, colaboram para alimentá-lo (SAFFIOTI, 2015 p. 108).

Deste modo, Saffioti (2015) destaca que não é possível utilizar a expressão de Bourdieu (2002) “dominação masculina”, visto que existe uma instituição que reforça a dominação e a exploração femininas, fazendo com que a figura masculina não necessite estar presente, que, existe uma operação automática do patriarcado. Isto é, perpassa tanto pela sociedade civil quanto pelo Estado. Instituições e agentes da sociedade configuram e legitimam a ação do patriarcado, inculcando e naturalizando um sistema que prejudica, rechaça e inferioriza a mulher.

De acordo com as reflexões da autora Safiotti (2015), a força de atuação do patriarcado é ampla e intensa, essa universalização do processo patriarcal conseguiu manipular várias esferas da sociedade ao longo dos anos, principalmente

quando compreendido por meio da história na estrutura capitalista, que, com uma ideologia hegemônica, conseguiu inclusive que alguns grupos de mulheres reafirmassem o modelo de exploração e submissão de mulheres.

No tempo presente, com os avanços dos estudos sobre teorias feministas, fica cada vez mais evidente que o patriarcado não deve ficar oculto sob pena de se tornar ainda mais naturalizado, principalmente quando analisado sob a ótica da troca de obediência por proteção, significando exploração e dominação, o que demonstra caráter desigual no desenvolvimento das relações entre homens e mulheres, impedindo que a mulher atue como membro de uma sociedade em que os direitos devem ser garantidos e exercidos.

As relações que se estabelecem entre mulheres e homens em muitas vezes não podem ser explicadas somente em uma única categoria de análise. De acordo com Saffioti (2015), o conceito de gênero também está vinculado a uma categorização histórica e que pode ser concebido como:

[...] símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretações de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva [...], regulando não apenas relações homem-mulher, mas também relações homem-homem e relações mulher-mulher [...]. Cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que limitado, de consenso: o gênero é a construção social do masculino e do feminino (SAFFIOTI, 2015, p.47).

Também corroborando as questões de gênero, Almeida (1998, p. 41) afirma que: "[...] num sentido amplo este deve ser entendido como uma construção social, histórica e cultural, elaborada sobre as diferenças sexuais." Concordamos com Almeida (1998) no sentido de que o conceito de gênero não se refere a um ou outro sexo, mas à construção histórica e cultural que é estabelecida pelas relações entre os sujeitos, relações de poder e dominação, e que há vários fatores determinantes em sua trama, seja sob o aspecto da escolarização, que muitas vezes foi e ainda é proibida à mulher, ou sob o aspecto profissional, que limita a mulher a certas áreas de atuação ou subvalorização de seu trabalho.

2.2A ESCOLARIZAÇÃO E O TRABALHO FEMININO

Não faz muito tempo que a questão dos direitos para mulheres vigora em nosso país. Foi somente com a Constituição de 1988 que os mesmos direitos dos

homens e mulheres foram firmados em lei:

Art. 5º- Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza,garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, os termos desta Constituição.(BRASIL, 1988).

São quase trinta anos que a Carta Magna assegura a igualdade entre gêneros. No entanto, o que vemos em muitas situações são sucessivas ações de discriminação, violência e desigualdades contra as mulheres. A intenção aqui não é colocar as mulheres em posição de vitimização, mas sim de chamar a atenção para os reflexos sociais que os debates acerca da questão feminina tiveram nestas quase três décadas de políticas públicas para as mulheres.

Com o fim oficial da ditadura civil militar no Brasil (1985) e a aprovação da Constituição de 1988, implantou-se um período de muitas mudanças e retomada de ideais democráticos que contribuíram para novos cenários acerca da educação feminina e do papel das mulheres. As transformações nas questões dos direitos públicos ainda foram muito tímidas neste período. Porém, considerou-se esta como uma nova fase, uma fase de conquista de igualdade de gênero, de desenvolvimento social e político.

A partir da década de 1980, passou-se a discutir e exigir mudanças em relação à integridade física e psicológica das mulheres. Para prestar atendimento às mulheres vítimas de violência, foram criadas mais de 152 Delegacias de Atendimento à Mulher como conquista da luta contra a violência. Segundo Grossi et al.(2008), com a implantação das Delegacias,houve uma maior visibilidade das violências contra as mulheres relacionada ao número de ocorrências. No entanto, as vítimas ficavam expostas aos agressores, pois ainda não haviam elementos e estruturas de cuidados às vítimas de violência nestes locais.

Foi no decorrer dos anos e muito lentamente que outras ações foram adotadas em relação às questões femininas, principalmente no que tange à violência doméstica contra as mulheres. Sobre isto, Grossi et al. (2008) esclarecem que foram criados serviços voltados para atender às vítimas de violência doméstica:

[...] como as delegacias de defesa da mulher, as casas-abrigo e os centros de referência multiprofissionais que têm enfocado,principalmente, a

violência física e sexual cometida por parceiros e ex-parceiros da mulher. As Delegacias Especializadas no Atendimento a Mulher, os Postos de Saúde, a Defensoria Pública, as Casas Abrigo, o Instituto Médico Legal, dentre outros, se constituíram como acessos significativos no atendimento à mulher em situação de violência doméstica. Na última década, foram criados os serviços de atenção à violência sexual para a prevenção e profilaxia de doenças sexualmente transmissíveis (DST), de gravidez indesejada e para realização de aborto legal, quando for o caso. Desde 2004, o Plano Nacional de Políticas para as mulheres, em seu 4º tópico, orienta as ações voltadas à erradicação desta violência que se perpetua diariamente no cotidiano destas usuárias. (GROSSI, et al.,2008, p. 269)

Para atender aos anseios da Carta Magna de 1988 e Convenções que vinham ocorrendo desde o ano de 1979, foi criada a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (BRASIL, 2006), conhecida como “Lei Maria da Penha”, que coíbe e cria diversos mecanismos de assistência e proteção à mulher vítima de violência doméstica e familiar.

O que se tem visto até o momento são conquistas significativas ao longo dos anos para as mulheres, mas com certa vulnerabilidade e desvalorização em relação aos homens, fato este atribuído principalmente à maternidade, que as restringe ao trabalho doméstico, impedindo a permanência ou inserção no mercado de trabalho e no ambiente escolar.

As reformas e políticas públicas voltadas à maior intensidade à educação brasileira iniciaram na década de 1990, reformas estas de cunho neoliberal, que procuram responder às premissas do sistema capitalista, incidindo sob várias dimensões do sistema educativo e atentando para a discriminação das mulheres tanto em âmbito nacional como internacional.

Rosemberg (2001) aponta que, no cenário internacional, o UNICEF foi o precursor de atuações em programas de nível educacional de combate às discriminações femininas. Assim, por meio de convenções e reuniões, o UNICEF priorizou o debate sobre as meninas durante a década de 1990, com o objetivo pautado na educação feminina para combate da pobreza e possibilidade de desenvolvimento sustentável formou uma tríplice aliança entre organizações multilaterais, movimento de mulheres e governos nacionais. Todas as conferências e metas elencadas durante as convenções tiveram índices para acompanhamento ou monitoramento de suas aplicações.

Rosemberg (2001), após analisar uma série de documentos que mostram os índices sobre a igualdade de gênero na educação, constatou que muitos deles camuflam a verdadeira situação educacional feminina.

[...] indicadores fragmentam o sistema de ensino, pois focalizam idades e níveis escolares isoladamente [...] como se fossem independentes; adotam uma perspectiva do feminismo liberal, pois a meta é que os indicadores femininos se aproximem dos masculinos; são interpretados como sendo a própria dinâmica social, perdendo o sentido estrito de que apenas indicam uma configuração social e humana, sendo identificado, então, como o próprio foco da política social; homogeneizam os grupos de países [...] sem atentarem para heterogeneidades internas e semelhanças transversais (ROSEMBERG, 2001, p. 517).

Desta maneira, o enfoque dado ao tema discriminação feminina e indicadores provocaram, segundo Rosemberg (2001), o surgimento de metas uniformes, ineficientes e equivocadas sobre políticas públicas educacionais brasileiras e entre os países da América Latina. A autora revela que nos documentos que trazem esses indicadores são abordados sutilmente os motivos para as disparidades entre gêneros na educação e estas estão relacionadas à inserção no mercado de trabalho e questões que remontam ao Século XIX²⁰.

[...] o aumento dos anos de escolaridade das mulheres têm, a longo prazo, grande impacto nas políticas sociais de saúde e de educação, uma vez que mulheres mais escolarizadas, de acordo com estudos já realizados, têm filhos mais escolarizados. [...] No recente documento sobre o ensino secundário no Brasil, pode-se ler que os estudantes de sexo masculino “perdem terreno”, que “ficam para trás” em relação às mulheres e que elas “estão dominando” a educação. Para o Banco Mundial, tal tendência – “promissora” para as mulheres, mas “inquietante” para os homens – decorre, em última instância, de que os meninos deixam a escola mais cedo para entrar no mercado de trabalho (ROSEMBERG, 2001, p.529).

Tais argumentações implícitas ou explícitas nos documentos indicadores de metas para políticas públicas geram a naturalização de construções sociais e históricas, que tendem, na realidade, à discriminação feminina. De fato, tais indicadores estão a serviço do sistema, norteados por políticas públicas na educação, e de certa maneira perpetuando o *status* do patriarcado para a categoria feminina. No entanto, nossa reflexão reside no acesso de direitos da mulher nos espaços públicos, principalmente aquelas que procuram por escolarização depois de adultas. Ao retornarem aos estudos, as mulheres têm que conciliar a escola com o trabalho nas esferas públicas e privadas. Os cuidados com os filhos e família ainda são motivos para o abandono escolar e a dificuldade em retornar à escolarização.

²⁰A educação feminina começou a ser associada à modernização da sociedade, à higienização da família. Neste período, as mulheres passaram a desejar conhecimento e educação sem questionar a estrutura patriarcal a qual estão vinculadas. (LEONCY, 2013).

A educação, bem como o trabalho, são espaços públicos que promovem a discriminação de gênero, raça e classe social, apesar de termos legislações que tratam dos direitos de acessos à educação para todos. Compreendemos que a permanência neste espaço vai depender tanto de fatores do âmbito familiar, quanto de fatores sociais que envolvem diretamente a mulher e o trabalho. Nesse, a mulher acaba por muitas vezes se sujeitando a baixos salários, jornada de trabalho excessiva e falta de local para deixar seus filhos, visto que é mais uma preocupação que percorre o caminho da trabalhadora para se manter no trabalho. Estes fatores são alguns dos que levam a discriminação tanto na hierarquização das funções desempenhadas por elas como na diferenciação dos salários entre homens e mulheres. Assim, a inserção da mulher no mercado de trabalho está por vezes dependente tanto das exigências do mercado como da maior ou menor disponibilidade familiar, visto que a mulher ainda carrega a ideologia de que seu trabalho remunerado é complemento ao salário do companheiro, reafirmando, dessa forma, a hegemonia de baixos salários e segregação ocupacional entre os sexos.

No entanto, Saffioti (2013) alerta que a análise que se tem feito em relação ao tema trabalho remunerado para a mulher é apenas o problema central, o que se deve atentar é para o exame da estrutura que integra o trabalho feminino. A alienação do processo que permeia o trabalho feminino vai além da remuneração, remonta uma engrenagem que perpassa pela exploração do trabalho da mulher, trabalho este remunerado ou não, e pelas implicações destes diretamente para a mulher e para a sociedade.

Trata-se, pois, de ver a questão de um segundo ângulo, ou seja, do ângulo da marginalização do trabalho feminino, o que vale dizer, da marginalização da própria mulher enquanto *socius*.

[...]há que se verificar o modo específico em que este processo se desenvolve para representantes de um e de outro sexo e, de outra parte, não somente as contradições nele expressas, mas também a intensificação dessas contradições no trabalho feminino e suas repercussões nas diferentes subestruturas da sociedade. (SAFFIOTI, 2013, p. 68).

As contradições que permeiam o trabalho feminino estão diretamente ligadas à família. As mulheres, além do trabalho doméstico e o cuidado com os filhos, trabalham também nos meios de produção onde sofrem a pressão do meio profissional para atender às premissas do mercado. Desta maneira, busca estratégias de superação de sua marginalização do sistema produtivo, dos bens e serviços. Esta busca tem a ver, sobretudo, com a escolarização e conforme nossos

estudos, as mulheres que procuram por adequação e complementação da educação básica procuram a EJA a fim de garantir o trabalho ou (re)inserir-se nos meios de produção ou ainda obter salários melhores. Gonçalves (2010), afirma que os sujeitos que compõem a EJA fazem parte de um ciclo vicioso, em que se afirma não ter trabalho ou ter um salário menor porque não estudaram. No entanto, muitas não estudam porque trabalham.

É necessário ter claro que a educação não pode ser vista como salvacionista para todas as questões sociais (BRASIL, 2007). É preciso políticas públicas vindouras articuladas à educação que, como ponto chave e estratégico, poderá colaborar no desenvolvimento de políticas públicas sólidas para uma sociedade mais ética e justa na distribuição dos bens sociais produzidos ao longo da história.

3 ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS DA EJA NO BRASIL E EM SANTA CATARINA

Voltar estudar é tudo, tudo, sou outra pessoa, em casa eu era mais nervosa, sempre falei bastante, mas antes eu era mais séria, eu era mais estressada. Hoje não, eu aprendi a brincar, a ser mais extrovertida com os meus filhos, porque a cabeça saiu um pouco de casa. Eu me sentia uma empregada de casa. Mãe, onde tá isso? Mãe faz comida? Mãe, só mãe, só mamãe... Lavava roupa, fazia tudo. Hoje em dia não, hoje em dia eu me sinto diferente, eu me sinto útil [...] (“Maria Açucena”, março de 2016)

O presente capítulo visa abalizar sobre as questões históricas e políticas da EJA no Brasil e em Santa Catarina, de modo a compreendermos o momento histórico em que cada política pública foi instaurada para esta modalidade de ensino.

A EJA é uma modalidade da Educação Básica que está sustentada em legislações específicas do sistema educacional. Portanto, considera-se importante tratar dos aspectos históricos e das políticas públicas que regulamentam essa modalidade.

3.1 A EJA NO BRASIL

Ao longo dos anos, a EJA constituiu-se como campo de tensões²¹ e de participações em lutas a favor dos sujeitos que dela fazem parte. Desta maneira, tornou-se um ambiente de conhecimentos, aprendizagens e vivências, um espaço que contempla vários sujeitos e suas múltiplas especificidades, um campo estratégico a favor do direito à educação e contra a exclusão e a desigualdade social.

A educação de jovens e adultos é uma modalidade da Educação Básica, que apresenta características próprias, pois agrega sujeitos com finalidades pautadas em condições objetivas e subjetivas variadas. Condições diferenciadas de trabalho, de salário, de moradia, de acesso à saúde, à cultura, com histórias de lutas e fazeres múltiplos, são migrantes de várias partes do Brasil e do exterior, sujeitos que,

²¹ A EJA passou por um período de censura, perseguição e forte repressão durante as décadas de 1960, 1970 e meados de 1980, mesmo assim os movimentos sociais, organizações não-governamentais, governos municipais e universidades ressignificaram a EJA (SOARES, 2002 p. 8).

inseridos em um processo social e político, apresentam demandas e interesses variados que os trazem à EJA não apenas por “[...] busca pela certificação ou conclusão formal” (GONÇALVES, 2014, p. 11), mas, uma busca que perpassa um viés histórico e cultural que a própria história da EJA no Brasil retrata.

Segundo Haddad e Di Pierro (2000, p. 3), foi a partir de 1920 que iniciaram as primeiras manifestações da população e dos educadores em favor da educação de jovens e adultos no Brasil, reivindicando por mais escolas e qualidade na oferta de ensino. Era importante ao país, além de melhorar a produção econômica, também articular melhor as bases eleitorais dos partidos políticos e integrar ao setor urbano a grande quantidade de pessoas vindas do campo para cidade. Desta maneira, os vários grupos de movimentos deram maior importância à educação em suas reivindicações, o que resultou em condições para implementar políticas públicas para este campo da educação.

Os baixos índices de escolarização da população brasileira, quando comparado a de outros países da América Latina e do mundo, causou preocupação à população e aos governantes. Então, em 1921, foi convocada a União da Conferência Interestadual para discutir os problemas do analfabetismo da população e as competências de cada instância de governo no que apontava a Constituição da época. Assim, surgiu a criação de escolas noturnas para adultos com duração de um ano. A medida também entrou no Decreto 16.782, em 1925, e em vários de seus artigos ficou estabelecido o compromisso da União e dos Estados em financiar as aulas noturnas para os adultos, bem como o pagamento de salários para professoras/es primárias/os (SOARES, 2002).

Soares (2002) afirma que, na Constituição de 1934²², foi reconhecido pela primeira vez o direito à educação para todos em caráter nacional e que este deveria

²²Em 16 de julho de 1934, foi promulgada a nova Constituição. Nela ampliou-se o poder da União e os direitos políticos e sociais beneficiaram os trabalhadores com a criação da Justiça do Trabalho, do salário mínimo, jornada de trabalho de oito horas, férias anuais remuneradas e descanso semanal. A Constituição tentou estabelecer uma ordem liberal e moderna, buscou fortalecer o Estado e seu papel diretor na esfera econômico-social. Logo após decretar o início do Estado Novo, Getúlio Vargas também promulgou a nova Constituição, em 1937, conhecida como Constituição Polaca, que reafirmou vários dispositivos que alargaram os poderes do presidente e acabaram com os partidos políticos. Foram lançadas também as bases da nova ditadura. Sua principal característica era a enorme concentração de poderes nas mãos do chefe do Executivo. Do ponto de vista político-administrativo, seu conteúdo era fortemente centralizador, ficando a cargo do presidente da República a nomeação das autoridades estaduais, os interventores. Aos interventores, por seu turno, cabia nomear as autoridades municipais (CPDOC, 2016).

ser ministrado pela família e pelos poderes públicos. A Constituição ainda colocou o ensino primário aos adultos como componente extensivo da educação, dever do Estado e direito de todas/dos. Haddad e Di Pierro (2000) elucidam os principais aspectos da Constituição em relação à educação:

[...] a nova constituição propôs um Plano Nacional de Educação, fixado, coordenado e fiscalizado pelo governo federal, determinando de maneira clara as esferas de competência da União, dos estados e municípios em matéria educacional: vinculou constitucionalmente uma receita para a manutenção e o desenvolvimento do ensino; reafirmou o direito de todos e o dever do Estado para com a educação; estabeleceu uma série de medidas que vieram confirmar este movimento de entregar e cobrar do setor público a responsabilidade pela manutenção e pelo desenvolvimento da educação. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 3).

No entanto, o maior problema enfrentado na época era acompanhar a demanda da população analfabeta que necessitava de escolas para o atendimento. Os dados apresentados por Haddad e Di Pierro (2000) apontam que, segundo o censo de 1920, 72% da população maior que cinco anos permaneciam analfabetos no Brasil, explicando assim a necessidade de escolas para tantos brasileiros analfabetos. Neste aspecto, Gonçalves, (2014) corrobora com o assunto no que tange ao aumento da oferta escolar naquela época como uma questão econômica e não somente social:

Além da multiplicação da população escolar no sentido horizontal, em termos de número de alunos e cobertura regional, também aumentou a oferta no sentido vertical, com a ampliação do atendimento desde a Educação Infantil até a Secundária. Essa expansão escolar foi resultado do processo modernizador e reformista que supôs a incorporação de categorias e princípios do mundo econômico ao mundo escolar (GONÇALVES, 2014, p. 39).

Essa expansão escolar, na qual o país pleiteava o desenvolvimento econômico, fez com que, em 1938, fosse criado o INEP, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, que, por meio de suas pesquisas, implementou o Fundo Nacional do Ensino Primário pelo Decreto 4.958/42. Esse fundo era constituído pela arrecadação de tributos da União para ampliação e melhoria do ensino primário de todo país em parcerias com os estados e municípios por meio de contratos, em que ficavam responsáveis por repasses de arrecadações estados e municípios (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

Logo após, foi criado o Serviço de Educação de Adultos (SEA), vinculado na

época ao Ministério da Educação e Saúde, que teve o objetivo de reorientar e coordenar os trabalhos nos planos anuais de ensino supletivo para adolescentes e adultos analfabetos. Esse serviço durou até fins da década de 1950 (SOARES, 2002).

Então, em 1947, foi lançada a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), voltada para criar infraestrutura nos estados e municípios para o atendimento de jovens e adultos. Logo após o surgimento da CEAA, foram lançadas mais duas campanhas: a Campanha Nacional de Educação Rural, vinculada ao meio rural que consistia em alfabetização, desenvolvimento comunitário e treinamento profissional aos trabalhadores do campo; e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo. Ambas apresentaram poucos resultados e, em 1963, foram extintas (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

As alterações de programas de educação de adolescentes e adultos e cortes feitos pelos governos que assumiam o poder do país, fez com que a EJA estivesse presente nas reivindicações populares e nos movimentos sociais. Tanto é que passou a receber um novo olhar, um novo pensar e um novo fazer, de modo a superar a legislação existente que, diante das novas questões sociais, tornava-se ultrapassada. Este novo olhar surgiu dos trabalhos de educadores, principalmente Paulo Freire, pesquisadores e parcerias de associações civis que voluntariamente participavam e colaboravam com as dimensões escolares dos adolescentes e adultos que tinham o direito à escolarização (SOARES, 2002, p.101-106).

Nessa perspectiva de movimentos em prol da Educação de Jovens e Adultos, Haddad e Di Pierro (2000) citam os movimentos, campanhas e programas voltados para esse campo da educação de 1959 a 1964, período de grande efervescência:

Movimento de Educação de Base, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Movimento Popular do Recife; Centros Populares de Cultura, órgãos culturais da UNE; a Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, da Secretaria Municipal de Natal; o Movimento de Cultura popular do Recife e o Programa Nacional de Alfabetização. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 6).

Muitos dos movimentos e campanhas daquela época eram direcionadas por organizações públicas e privadas, entidades religiosas e por ação do Governo, com o intuito de garantir o direito à educação, mas principalmente como instrumento de ação política:

[...] À medida que a tradicional relevância do exercício do direito de todo cidadão de ter acesso aos conhecimentos universais uniu-se à ação conscientizadora e organizativa de grupos e atores sociais, a educação de adultos passou a ser reconhecida também como um poderoso instrumento de ação política. Finalmente, foi-lhe atribuída uma forte missão de resgate e valorização do saber popular, tornando a educação de adultos um motor de um movimento amplo de valorização da cultura popular[...]. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 6).

Gadotti (2005) aponta que a EJA no Brasil poderia ser dividida em três períodos: dos anos de 1946 a 1958, como sendo o período em que se propunha a erradicação do analfabetismo, principalmente porque tinha uma conotação de doença e não seria interessante para a política e a economia do país ter números tão altos de analfabetos; dos anos de 1958 a 1964, como o período dos programas de enfrentamento do analfabetismo, iniciado por Paulo Freire e fortemente ligados a centros populares, movimentos de educação de base e igrejas com vínculos à Teologia da libertação, sendo o analfabetismo colocado como reflexo das desigualdades sociais de uma sociedade injusta e desigual; e ainda o período do governo civil militar, que investiu na Campanha Cruzada do ABC (Ação Básica Cristã) e mais tarde no Mobral, um sistema que visava ao controle ideológico da população, principalmente da população rural.

Com o início da ditadura militar em 1964, as campanhas organizadas por movimentos sociais foram encerradas e seus dirigentes perseguidos e censurados. Soares (2002, p. 56) menciona que “[...] o rígido controle sobre as forças sociais de oposição ao regime permitiu o aprofundamento dos processos conducentes à modernização econômica para cujo sucesso era importante a expansão da rede física da educação escolar primária”. A educação de adolescentes e adultos ficou, dessa maneira, em segundo plano.

A partir da Constituição de 1967, foi estendida a obrigatoriedade para educação escolar até 14 anos, criando uma nova faixa etária a ser atendida pela escolarização de jovens e adultos.

Na verdade, este setor da educação [...] não poderia ser abandonado por parte do aparelho do Estado, uma vez que tinha nele um dos canais mais importantes de mediação com a sociedade. Perante as comunidades nacional e internacional, seria difícil conciliar a manutenção dos baixos níveis de escolaridade da população com a proposta de um grande país, como os militares propunham-se construir. Houve ainda a necessidade de dar resposta a um direito de cidadania cada vez mais identificado como legítimo, mediante estratégias que atendessem também aos interesses hegemônicos do modelo socioeconômico implementado pelo regime militar (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 7).

Para manter o controle e os interesses políticos e econômicos, os militares criaram, pela Lei 5.376/67, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), lançado para substituir a Cruzada ABC. Idealizado por Mário Henrique Simonsen, que pronunciou que o movimento seria capaz de eliminar as desigualdades e equalizar socialmente a população brasileira, o Mobral, na verdade, foi pensado como um meio de servir ao modelo de capitalismo que se pretendia para a época.

Segundo Haddad e Di Pierro (2000), o Mobral tinha como características: funcionamento em paralelo a outros programas de alfabetização existentes no país, visto que recebia verba do setor privado; a operacionalização do movimento era realizada pelos municípios que se encarregavam de organizar os grupos de estudantes para os espaços das aulas e de recrutarem professores; e centralização do processo educativo realizado pela Gerência Pedagógica do Mobral Central, responsável desde a organização do calendário de aulas até a avaliação do processo educativo dos adultos. A função das Coordenadorias Estaduais era de garantir a ordem instituída pela Gerência Central, formando uma homogeneidade de pensamentos e atitudes em todo território brasileiro.

Haddad e Di Pierro (2000) apontam que, para maior abrangência e garantia de continuidade junto aos analfabetos, o movimento foi dividido em dois programas: o Programa de Alfabetização, que era composto para alfabetização em curto espaço de tempo, e o Programa de Educação Integrada, que correspondia ao antigo primário. Quando foi instituído, o Mobral chegou com a meta de acabar com o analfabetismo em 10 anos. Teve um grande crescimento e popularidade entre alguns membros da sociedade civil, visto que pelo período ditatorial a que fez parte não encontrou entraves para sua atuação e manteve o controle dos que participaram do processo. Logo após um período de quase 18 anos de funcionamento, o Mobral passou a receber críticas devido ao seu modo de atuação. O pouco tempo para alfabetização e a falta de legitimidade nos índices apontados por seus representantes fez com que o movimento perdesse a credibilidade.

Os investimentos e prioridades para a educação de jovens e adultos tomaram proporções maiores no período da ditadura militar. As forças de mobilização para a consolidação do novo modelo econômico passaram a investir na educação para obtenção de seus objetivos. Vários países da América Latina, animados pelo

surgimento do capital internacional no campo industrial, passaram, com a ajuda de forças do Banco Mundial e Organização das Nações Unidas, a incorporar a ideia do capital humano como investimento para obtenção de um país desenvolvido. Esse novo modelo econômico, que se tornou rapidamente hegemônico, ficou a cargo da burguesia nacional que, naquele período, deixou de lado a independência nacional e o desenvolvimento tecnológico que investia até aquele momento para apoiar um modelo de ensino voltado para a instrução e a formação de mão-de-obra qualificada (PAIVA, 2005).

Segundo Soares (2000), sem perder o foco no controle e no autoritarismo sob a sociedade brasileira, os militares instituíram reformas com teor de modernização conservadora no âmbito da educação. Então, de modo a complementar o Mobral que até aquele momento estava obtendo sucesso, foi regulamentado pela Lei 5.692/71 o Ensino Supletivo que, em seu artigo 24, apresentava como finalidade:

- a) suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria;
- b) proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte (BRASIL, 1971).

Este estudo poderia abranger a alfabetização, a aprendizagem, a qualificação e a atualização. Além disso, apresentava grande flexibilidade, podendo, desta maneira, adequar-se a qualquer cidadão. Mas, foi por meio do Parecer 699/72 que o supletivo teve seus fundamentos e bases melhor explicitados. Esse Parecer destacava quatro funções do Ensino Supletivo:

[...] a *suplência* (substituição compensatória do ensino regular pelo supletivo via cursos e exames com direito à certificação de ensino de 1ª grau para maiores de 18 anos e de ensino de 2º grau para maiores de 21 anos), o *suprimento* (complementação do inacabado por meio de cursos de aperfeiçoamento e de atualização), a *aprendizagem* e a *qualificação* [...]. (SOARES, 2002, p. 58 – grifos do autor)

Neste sentido, o ensino supletivo se propunha a recuperar o atraso escolar, a complementar o estudo presente e garantir a formação de mão de obra para contribuir com o desenvolvimento que o Brasil desejava.

Neste panorama, Haddad e Di Pierro (2000, p. 9) apontam o desafio que os educadores teriam diante do Parecer:

Considerando o Parecer como “o maior desafio proposto aos educadores brasileiros na Lei .692/71”, o Ensino Supletivo visou se constituir em “uma nova concepção de escola”, em uma “nova linha de escolarização não formal, pela primeira vez assim entendida no Brasil e sistematizada em capítulo especial de uma lei de diretrizes nacionais”, e, segundo Valnir Chagas, poderia modernizar o Ensino Regular por seu exemplo demonstrativo e pela interpenetração esperada entre os dois sistemas.

Por meio dos documentos que conformaram o Ensino Supletivo, ficaram caracterizadas três premissas presentes na lei e que Haddad e Di Pierro (2000,p.10) nos chamam a atenção:

[...] a definição do Ensino Supletivo como um subsistema integrado, independente do Ensino Regular, porém com este intimamente relacionado, compondo o Sistema Nacional de Educação e Cultura. O segundo princípio foi o de colocar o Ensino Supletivo, assim como toda reforma educacional do regime militar, voltado para o esforço do desenvolvimento nacional, seja “integrando pela alfabetização a mão-de-obra marginalizada”, seja formando a força de trabalho. A terceira “ideia-força” foi a de que o Ensino Supletivo deveria ter uma doutrina e uma metodologia apropriadas aos “grandes números característicos desta linha de escolarização[...]”.

Todavia, o que se observava no desenvolvimento do Ensino Supletivo era uma contraposição “[...] de maneira radical às experiências anteriores dos movimentos de cultura popular, que centraram suas características e metodologia sobre o grupo social definido por sua condição de classe” (HADDAD e DI PIERRO, 2000, p. 10). Assim faziam-se presentes “[...] diversos movimentos defensores do direito à diferença e contestadores das múltiplas formas de discriminação [...]” (SOARES, 2002, p. 105). O retorno da ação da sociedade civil organizada, impulsionada pelas condições de subsistência, aliadas à ausência de liberdade em que imperava naquele momento, fez com que se pensasse uma educação popular autônoma e reivindicante (SOARES, 2002).

Por outro lado, Haddad e Di Pierro (2000) afirmam que o atendimento à educação de adultos ampliou os níveis de ensino no plano formal, aumentando também as possibilidades de acesso à formação profissional, causando, de certa maneira, o mito da sociedade democrática brasileira:

Esse mito foi traduzido em uma linguagem na qual a oferta dos serviços educacionais para os jovens e adultos das camadas populares era a nova chance individual de ascensão social, em uma época de “milagre econômico”. O sistema educacional se encarregaria de corrigir as desigualdades produzidas pelo modo de produção. Desse modo o Estado cumpriria sua função de assegurar a coesão das classes sociais (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 118).

Com a autonomia que a Lei Federal concedeu aos Conselhos Estaduais de Educação, o Ensino Supletivo teve grande variedade de organização e nomenclaturas em vários programas espalhados pelo Brasil, já no caso dos municípios as parcerias se davam entre as prefeituras e o MOBREAL.

Em 1985, a Nova República extinguiu o Mobral e criou a Fundação Educar, que foi extinta logo depois da entrada de Fernando Collor de Mello na presidência em 1990. Com o encerramento das atividades da Fundação Educar para fins de cortes de gastos no orçamento, a educação de jovens e adultos passou a ser conduzida pelas esferas municipais e estaduais. Em 1990, também foi criado o Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania – PNAC, que prometia substituir a extinta Fundação Educar e atuar na transferência de recursos da esfera federal para instituições públicas, privadas e comunitárias que trabalhavam com a educação de adultos. Desacreditado pelo governo Itamar Franco, o PNAC foi extinto no ano seguinte de sua criação (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

Diante dos vários programas e movimentos que surgiram no Brasil, o que nos é revelado é um país com um distanciamento entre sociedade civil e Estado, demonstrando uma educação firmada sob a hegemonia das classes dominantes e consolidada no capitalismo dependente. A falta de compromisso do poder público com a EJA fica marcada pela pouca visibilidade dessa modalidade de ensino na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação que conta com somente dois artigos curtos e pouco inovadores.

Haddad e Di Pierro (2000, p.121) relatam que:

A LDB 9.394, aprovada pelo Congresso em fins de 1996, foi relatada pelo senador Darcy Ribeiro e não tomou por base o projeto que fora objeto de negociações ao longo dos oito anos de tramitação da matéria e, portanto, desprezou parcela dos acordos e consensos estabelecidos anteriormente [...].

Convém destacar que Gadotti e Romão (2005) fazem a crítica a Darci Ribeiro em relação à apresentação do projeto de lei nº 67/92, no qual o Senador rejeita o processo participativo que havia sido discutido com vários segmentos do âmbito escolar:

[...] enquanto tramitava o projeto originário da Câmara, pela via democrática—isto é, com transparência e discussão com toda a comunidade educacional brasileira e incorporando todas as sugestões de emenda consistentes e que atendiam aos anseios da maioria – o Senador Darcy

Ribeiro apresenta o projeto de lei nº 67/92, negando, *in limine*, o processo participativo gerador dos demais substitutivos[...] (GADOTTI; ROMÃO, 2005,p. 45 – grifos dos autores).

A década de 1990 também ficou marcada pelos poucos avanços em relação às políticas e ações na educação de jovens e adultos. O governo federal, inspirado no modelo neoliberal, tratou de distribuir entre estados e municípios a gestão educacional de vários programas e projetos. O Programa Alfabetização Solidária (PAS) foi um deles, cujo objetivo era desencadear um movimento solidário de redução do analfabetismo até o final do século, era destinado a jovens de periferias pobres que estudavam durante cinco meses (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

Segundo Haddad e Di Pierro (2000), outros dois programas também iniciados na década de 1990, os quais tiveram grande repercussão: o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e o Plano Nacional de Formação do Trabalhador (PLANFOR). O primeiro foi destinado a analfabetos trabalhadores rurais assentados, que até o ano de 1999 havia atendido 55 mil estudantes. Este por sua vez, foi fruto das lutas e enfrentamentos dos Movimentos Sociais e em especial do Movimento dos Trabalhadores sem Terra – MST. Já o segundo Programa foi pensado para a qualificação profissional da população urbana.

Somente com a Constituição de 1988 é que a Educação Básica passou a ser definida como modalidade de ensino, como direito para os brasileiros, confirmando a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Com a nova Constituição, a educação passou a ser um direito assegurado a todos os brasileiros, cabendo aos sistemas nacionais de ensino criar e oferecer condições para que esses direitos sejam exercidos (MEC/SECADI, 2009).

A Constituição de 1988, em seu artigo 205, estabelece que a educação é um “[...] “direito de todos [...], promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando seu desenvolvimento pleno para a cidadania e sua qualificação para o trabalho.” O artigo 208 trata da obrigatoriedade e gratuidade do ensino dos 4 aos 17 anos de idade, bem como da oferta gratuita aos que não tiveram acesso na idade própria (BRASIL, 1988).

Para as Políticas Públicas de Educação no Brasil, a EJA é uma modalidade da Educação Básica nas etapas do Ensino Fundamental e Ensino Médio, pautada pela LDB, pelo Parecer nº11/2000e Plano Nacional de Educação, que trazem em

suas redações que a educação de jovens e adultos é destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria, assegurando o direito de todo cidadão à educação.

Segundo Oliveira (2000), ocorre contradição entre a Carta Magna e a Lei 13.005/14, que trata do Plano Nacional de Educação (PNE), no que dizem respeito ao direito à educação e à universalização do ensino. O direito constitucionalmente garantido de acesso ao Ensino Fundamental não se restringe a nenhum limite de idade, enquanto, o texto do PNE faz referência à idade de 6 a 14 anos. A justificativa dada está calcada na insuficiência de recursos que, segundo o Estado, há necessidade de priorizar algumas medidas mais emergenciais em função de outras.

Embora a justificativa seja dada pela necessidade em focalizar os poucos recursos onde a demanda é maior, o PNE resgata uma imposição vencida pelas lutas de uma nação em prol da educação.

Da mesma forma, o Parecer nº 11/2000 traz à tona a mesma discussão sobre o direito subjetivo à educação no sentido de não restringir o limite de idade para acessar o Ensino Fundamental e chama a atenção para a obrigatoriedade do Ensino Fundamental para todos os cidadãos.

Esta redação vigente longe de reduzir a EJA a um apêndice dentro de um sistema dualista, pressupõe a educação básica para todos e dentro desta, em especial, o ensino fundamental como seu nível obrigatório. O ensino fundamental obrigatório é para todos e não só para as crianças. Trata-se de um direito positivado, constitucionalizado e cercado de mecanismos financeiros e jurídicos de sustentação (BRASIL, 2000).

A Lei 13.005/14, que aprova o Plano Nacional de Educação, aponta no artigo 2, a erradicação do analfabetismo e a universalização da educação como diretrizes. A garantia de escolarização para todos que em idade adequada não tiveram acesso à educação ou não puderam concluí-la – o que é considerado como dívida social, por anos de negação ou exclusão dos jovens e adultos dos sistemas de ensino – é fator indispensável aos propósitos de erradicação do analfabetismo, bem como a universalização do acesso à educação (OLIVEIRA, 2000).

No entanto, podemos dizer que a EJA tem função maior, porque, além de promover a inclusão dos não alfabetizados e dos que se encontram em defasagem idade própria/ano escolar²³, o trabalho que realiza baseia-se no respeito à

²³ Termo retirado da LDB- 9394/96 e citado pelo parecer da CEB, 11/2000, termo este que serve como

individualidade de cada aluno e na coletividade ao qual ele faz parte. Além disso, deve tentar resgatar a auto estima do jovem, do adulto e do idoso e desenvolver ações pedagógicas que possibilitem não apenas a conclusão da educação básica, mas, principalmente o reconhecimento dos sujeitos como cidadão para uma sociedade mais justa e ética.

3.2 A EJA EM SANTA CATARINA

A EJA no estado de Santa Catarina teve início lento e com pouca abrangência pelo estado. As referências de que se tem da atuação da educação de adultos no estado inicia segundo Nienchoter (2012), em 1946, por meio do Decreto 3.735, de 17 de dezembro de 1946, no qual se referia na seção III sobre o oferecimento do curso supletivo para adolescentes e adultos e especificações exclusivas de aprendizagens às mulheres como economia doméstica e puericultura.

Em 1961, com a determinação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 4.024/61, fica permitida aos maiores de 16 anos a obtenção de certificados de conclusão do curso ginásial, mediante exames de madureza para os que estavam fora da idade própria/ano escolar (BRASIL, 2000). Em 1963, por meio do Decreto 546, do estado de Santa Catarina, é determinada a manutenção dos cursos supletivos no estado e afirmada a criação de centros de iniciação profissional e cursos de alfabetização para adultos mediante a inspetoria da secretaria regional de educação do estado (NIENCHOTER, 2012).

Segundo Nienchoter (2012), assim como em âmbito nacional, Santa Catarina também buscou modernização e redução dos altos índices de analfabetismo no estado. Com isso, os governos de Celso Ramos (1961-1965) e Ivo Silveira (1965-1969) implantaram o Plano de metas e Plano de metas II respectivamente, que, por sua vez, em 1969, deu origem ao primeiro Plano Estadual de Educação de Santa Catarina. No entanto, sem muito espaço para EJA, que até meados da década de 1960 assumia a dimensão de campanha, sem integração à estrutura de ensino formal e desenvolvida pelos movimentos sociais.

Por meio da LDB nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, a educação de jovens e adultos recebeu orientações específicas no Capítulo IV, que tratou do ensino

supletivo. A lei trazia cinco artigos que tratavam sobre a finalidade do ensino supletivo no qual apresentava caráter de suplência e abrangia todos os níveis de ensino, podendo ser ministrado em vários locais e por diversos meios: rádio, televisão e correspondência. A lei também tratava sobre os exames supletivos e idades específicas para realização dos mesmos, passando a responsabilidade de certificação à instituição mantenedora (BRASIL, 1971). Nienchoter (2012) afirma que no estado de Santa Catarina os exames supletivos ficaram a cargo da rede pública estadual, que ofertava os exames duas vezes ao ano para maiores de 18 anos que necessitavam da conclusão do 1º grau e 21 anos para as/os que desejassem concluir o 2º grau. O exame era realizado mediante a cobrança de uma taxa de 6% do salário mínimo por disciplina.

Durante toda a ditadura civil militar, o estado de Santa Catarina esteve inserido na perspectiva do MOBRAL e desenvolveu Campanhas e Programas por meio das secretarias de educação do estado e municípios, Nienchoter (2012, p. 33) destaca alguns dessas campanhas: “Alfabetização em 1970, Educação Integrada em 1971, Cultura em 1973, Profissionalização em 1974, Diversificação da Ação Comunitária e Educação para a Saúde em 1974, Autodidatismo em 1975 e Pré-Escolar em 1981”, todos com a função de aligeiramento dos estudos para as/os participantes. Ainda durante a década de 1980, contemplando o que orientava o Plano Estadual de Educação, foram criados os Centros de Estudos Supletivos – CES, na tentativa de operacionalizar um modelo de escola aberta para atender à demanda de estudantes trabalhadores. Os CESs primeiramente foram instalados em Florianópolis, Lages e Criciúma. Mais tarde, foram implantadas nas demais localidades e receberam o nome de Núcleos de Ensino Modularizados (NEMOs), por apresentarem estrutura menor.

As discussões e debates em torno da educação de jovens e adultos no estado só passaram a ter maior ênfase em 1987, com o I Encontro de Educação de Jovens e Adultos, organizado pela Fundação Educar, Secretaria Estadual de Educação, Universidade para o Desenvolvimento do Estado – UDESC e Universidade Federal do Estado de Santa Catarina – UFSC. O objetivo do evento foi o de definir um plano de alfabetização e educação básica para EJA. A discussão resultou no I Plano de Educação de Jovens e Adultos do estado de Santa Catarina, que infelizmente não obteve sucesso devido a questões políticas.

Em 1991, ocorreu o primeiro seminário para elaboração da proposta curricular

para educação de jovens e adultos promovida pela secretaria estadual de educação e UDESC (NIENCHOTER, 2012), no entanto, o documento elaborado não teve a visibilidade que pretendia, o mesmo só foi acrescentado, na Proposta Curricular de Santa Catarina publicada em 1998, no capítulo temas multidisciplinares.

A segunda edição da Proposta Curricular de Santa Catarina foi elaborada por um grupo multidisciplinar que, desde o ano de 1995, buscou discussões sobre a pedagogia histórico-cultural para compor a Proposta. A publicação ocorreu no ano de 1998 e trouxe a questão da EJA pautada na alfabetização de jovens e adultos:

Neste momento, optamos por abordar questões específicas sobre alfabetização de jovens e adultos, entendida como um processo de apropriação das diferentes linguagens nas diversas áreas do conhecimento, que se iniciou muito antes de o sujeito buscar o ensino sistematizado e que se desenvolve durante todo o processo educativo (SANTA CATARINA, 1998, p. 31).

Na Proposta Curricular elaborada de 2003 até 2005, foram produzidos cadernos voltados às várias etapas e modalidades da Educação Básica, servindo de referencial teórico e metodológico para ação pedagógica. A última Proposta Curricular a ser publicada pela Secretaria da Educação ocorreu em 2014, e discute as possibilidades da formação integral dos estudantes em todas as etapas e modalidades da Educação Básica (SANTA CATARINA, 2016). Embora tenhamos as Propostas Curriculares que trazem referenciais teóricos e metodológicos para os trabalhos relativos à EJA, tem-se mesmo assim a necessidade de desenvolvimento de uma Proposta Curricular específica para educação de Jovens e Adultos, visto sua dimensão em relação às demandas para este grupo de estudantes tão diversos.

Hoje, a EJA no estado de Santa Catarina se configura como uma modalidade da educação básica conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9.394/96. A oferta no estado é realizada por instituições públicas e privadas em vários municípios do estado.

Na rede pública estadual, o atendimento é realizado por 40 Centros de Educação de Jovens e Adultos – CEJAs, ou seja, são unidades escolares que atendem em nível presencial o Ensino Fundamental 1º segmento, o Ensino Fundamental 2º segmento e o Ensino Médio. O atendimento nos municípios da região do estado onde não existe a estrutura física dos CEJAs é realizado pelas Unidades Descentralizadas –UDs, também com oferta da modalidade nos diversos níveis de ensino. As UD são unidades de atendimento pedagógica e

administrativamente vinculadas aos CEJAs. Segundo a Portaria nº29, de 11 de agosto de 2015, da Secretaria de Estado da Educação (SANTA CATARINA, 2015), as UDs poderão ofertar turmas em diferentes espaços físicos: escolas municipais, estaduais, unidades prisionais, igrejas, entre outros, desde que, firmadas parcerias com as entidades envolvidas mediante termo de compromisso e com oferta temporária, de acordo com a demanda a ser atendida.

Os CEJAs estão regulamentados por leis federais e estaduais para funcionamento e atendimento de jovens, adultos e idosos em cada região do estado (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, 2016):

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
- Lei Complementar Nº 170, de 07 de agosto de 1998, que dispõe sobre o sistema estadual de educação;
- Parecer nº 11, de 10 de maio de 2000, do Conselho Nacional de Educação;
- Diretrizes Operacionais para Educação de Jovens e Adultos, conforme Resolução nº 3, de 15 de junho de 2010, do Conselho Nacional de Educação;
- Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, conforme Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010, do Conselho Nacional de Educação;
- Normas Operacionais Complementares para Educação de Jovens e Adultos, conforme Resolução nº 074, de 07 de dezembro de 2010, do Conselho Estadual de Educação;
- Diretrizes Operacionais para oferta de EJA em espaços de privação de liberdade, conforme Resolução nº 110, de 28 de agosto de 2012, do Conselho Estadual de Educação.

Do ano de 2004 até o ano de 2015, foi ofertado, no estado de Santa Catarina, conforme Resolução nº 08, de 24 de setembro de 2015, em parceria com o MEC/FNDE e a rede estadual de ensino, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA). No entanto, no ano de 2016, o Programa não foi executado, sem que os responsáveis pelo PBA dessem explicações sobre a ausência de oferta no estado de SC. Vários jovens, adultos e idosos permaneceram fora do acesso à escolarização, visto que também não era permitida matrícula nos CEJAs em turmas de nivelamento para os

analfabetos. Tal questão confirma a característica que a EJA carrega durante muitos anos de atuação, uma modalidade da Educação Básica que apresentou ao longo dos anos vários programas descontínuos e que, de certa maneira, causou certo enfraquecimento na EJA, prejudicando ainda hoje quem busca por ela.

4 VOZES FEMININAS NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO – Apresentando as mulheres em interface com as reflexões do aprender como testemunho de direito social

A construção deste capítulo foi realizada a partir dos testemunhos das narrativas de história oral de seis mulheres estudantes do CEJA de Jaraguá do Sul. Essas narrativas foram transcritas e lidas para organização dos dados e análises, a partir da leitura minuciosa das transcrições foram elencados os temários a serem analisados e discutidos. Após as transcrições analisadas, passamos à textualização das transcrições. Elaboramos um quadro para que pudéssemos dispor a descrição das características e especificidades das estudantes entrevistadas. Thompson(1992), corroborando com a pesquisa, traz à luz a importância das narrativas enquanto fontes históricas:

[...] reconhecendo a entrevista como uma forma de discurso, não devemos esquecer que ela também é um testemunho.
As entrevistas, como todo testemunho, contêm afirmações que podem ser avaliadas. Entrelaçam símbolos e mitos com informação, e podem fornecer-nos informações tão válidas quanto as que podemos obter de qualquer outra fonte humana (THOMPSON, 1992, p. 315).

Portanto, neste capítulo vamos apresentar as estudantes que narraram suas histórias de vida, apontar os temários selecionados que direcionaram o alcance dos objetivos desta pesquisa.

4.1 AS SEIS “MARIAS”

Maria, Maria
É um dom, uma certa magia
Uma força que nos alerta
Uma mulher que merece
Viver e amar
Como outra qualquer
Do planeta

Maria, Maria

É o som, é a cor, é o suor

É a dose mais forte e lenta

De uma gente que ri

Quando deve chorar

E não vive, apenas aguenta

Mas é preciso ter força

É preciso ter raça

É preciso ter gana sempre

Quem traz no corpo a marca

Maria, Maria

Mistura a dor e a alegria

Mas é preciso ter manha

É preciso ter graça

É preciso ter sonho sempre

Quem traz na pele essa marca

Possui a estranha mania

De ter fé na vida

(MILTON NASCIMENTO, 1978)

A seleção das estudantes para narrarem suas histórias de vida se deu a partir de três critérios já apresentados na metodologia deste trabalho – idade, frequência durante o ano letivo de 2015 e o desejo em participar narrando sua história. Antes do início do trabalho de campo, ou seja, de cada gravação em áudio e vídeo as estudantes foram informadas mais uma vez a respeito da pesquisa e lhes foi

assegurado sigilo a respeito de suas identidades. Por esse motivo, seus nomes nas entrevistas foram substituídos por pseudônimos.

Foi por meio da bela canção “Maria Maria”, de Milton Nascimento²⁴ que nos inspiramos e utilizamos a letra da música para designarmos os pseudônimos “Maria” e associá-los a espécimes botânicos e de outras materialidades da natureza. Os pseudônimos foram escolhidos pela pesquisadora em comum acordo com as estudantes entrevistadas.

A seguir, apresentamos o quadro com as descrições das especificidades e características das mulheres estudantes que participaram da pesquisa.

QUADRO 3–Especificidades e características das estudantes entrevistadas

Estudantes Entrevistada	Idade	Família	Trabalho	Escolarização Anterior	Retorno à escola
Maria Flor	62 anos	Surda, casada, mora com o marido que também é surdo, a filha também surda, assim como o genro. A neta que nasceu há pouco tempo, ainda não foi identificada como surda. Todos em casa se comunicam por meio de libras e são oralizados.	Trabalha de repositora em um supermercado da cidade.	Frequentou a escola quando criança, mas, como era a única surda da escola, sofria <i>bullying</i> .	Com dezessete anos, foi convidada à aprender libras, e concluir o Ensino Fundamental. Mas, como não conseguiu concluir essa etapa. Passados vários anos, retornou ao CEJA.
Maria Terra	43 anos	Quando criança, o pai espancava todos os filhos e a esposa. Saiu de casa muito cedo por conta da violência que sofria. Separada, mora com uma filha e uma	É diarista, trabalha de segunda-feira a sábado pela manhã em uma residência e no período da tarde exerce a mesma atividade em outras	Foi para escola com oito anos de idade. O acesso à escola era difícil, sofria agressões de outras crianças no	Retornou aos estudos com 28 anos, por incentivo do companheiro, permaneceu por seis meses e desistiu novamente, só retornou ao

²⁴Milton Nascimento nasceu no Rio de Janeiro no ano de 1940. Interprete da música popular brasileira, iniciou na música por influência de sua mãe adotiva. A música “Maria Maria” foi gravada no ano de 1978 com Fernando Brant, em homenagem à mãe de Milton Nascimento (NASCIMENTO, 2002).

		sobrinha que cuida desde que os pais da criança morreram.	residências. Gosta muito de trabalhar com limpeza e já teve um salão de beleza.	percurso até a escola. Os pais não tinham interesse pelos estudos dos filhos. Desistiu de estudar e foi trabalhar como babá de outras crianças.	CEJA por incentivo da amiga com quem mora.
Maria Rosa	30 anos	Casada pela segunda vez, tem três filhos. Mora com eles também um irmão. Ela veio do Paraguai para o Brasil com sete anos. Saíram fugidos de lá por medo da violência. Teve registro de nascimento somente quando chegou ao Brasil. Sofreu violência doméstica por muitos anos.	Trabalhava na roça da família desde os sete anos. Depois foi trabalhar como cuidadora de idosos. Atualmente é vendedora de títulos de capitalização.	Frequentou a escola somente quando chegou ao Brasil. Estudou até o quinto ano. Nesta época, estudava pela manhã e trabalhava na roça no período da tarde. Mais tarde, parou de estudar para somente trabalhar e ajudar em casa.	Retornou à escola por incentivo do marido, pois sonha em concluir a educação básica para poder entrar na faculdade de Psicologia
Maria Açucena	38 anos	Casada, tem quatro filhos. Quando morava com os pais, sofria violência simbólica.	Trabalha em casa, cuidando dos filhos e do marido. Não pretende trabalhar fora de casa.	Foi para a escola com seis anos de idade e concluiu o Ensino Fundamental numa escola rural onde morava. O pai dizia que mulher não precisava estudar e, por isso, não permitiu que ela continuasse os estudos.	Retornou à escola para ajudar os filhos com as tarefas da escola. Percebe uma certa competição entre a filha e ela em relação aos estudos. Gosta de ser exemplo para os filhos.

Maria Lis	24 anos	Criada pela avó até os onze anos. Retornou para a casa da mãe que a casou aos treze anos de idade. Tem quatro filhos.	Trabalha no açougue de uma rede de supermercados da cidade.	Estudou até a sétima série. Quando retornou a morar com a mãe, parou de estudar, porque teve que trabalhar em casa e cuidar dos filhos.	Retornou aos estudos por conta do trabalho. Percebe uma certa melhora em suas atividades profissionais após ter retornado aos estudos. Quer sempre servir de exemplo para os filhos
Maria Sol	60 anos	Separada, teve doze filhos. Criou oito, sendo que três morreram e um foi doado, do qual nunca mais teve notícias.	Trabalhava desde criança como quebradora de coco. Hoje é aposentada.	Estudou por pouco tempo. Não lembra quanto tempo estudou, pois não teve interesse.	Foi a ida ao banco que serviu de alavanca para o retorno aos estudos, pois se sentiu muito envergonhada em não saber ler e escrever.

FONTE: Elaborado pela Pesquisadora com base nas narrativas das mulheres estudantes do CEJA (2016)

A primeira entrevista foi marcada com duas semanas de antecedência e ocorreu no dia 27 de novembro de 2015, em uma das salas de aula da escola.

Maria Flor, a primeira entrevistada, era uma estudante que frequentava as aulas do Ensino Médio todas as noites e sempre que nos encontrávamos pelos corredores da escola tentávamos conversar, apesar da dificuldade que tínhamos, pois eu não domino a Língua Brasileira de Sinais. Maria Flor é surda profunda desde o nascimento, é casada com um surdo e tem uma filha também surda.

Quando convidei Maria Flor para participar da pesquisa, ela se mostrou muito interessada e disposta em colaborar com todo o trabalho. No dia da entrevista, antes de iniciarmos, a estudante me perguntou se tinha um sinal para me identificar, sinal esse que é dado por um(a) surdo(a). Eu lhe respondi que sim e que tinha sido dado pela filha de Maria Flor, que já trabalhou no CEJA como Professora de Libras, Maria Flor ficou muito entusiasmada e relatou que é muito importante saber Libras e que todos deveriam aprender para poderem se comunicar de uma melhor maneira. Maria Flor concluiu o Ensino Médio ao final do ano de 2015.

A segunda entrevista foi realizada no dia 29 de novembro de 2015, com Maria

Terra. A estudante estava um pouco receosa e envergonhada em ser filmada, mas, após algumas conversas na escola e as devidas explicações, a entrevista foi marcada para um domingo à tarde em sua residência.

No período em que foi realizada a entrevista, a estudante frequentava os anos iniciais do Ensino Fundamental – período nomeado de Nivelamento. Atualmente frequenta os anos finais do Ensino Fundamental. Ela somente aceitou frequentar a 1ª fase²⁵ do Ensino Fundamental no segundo semestre do ano de 2016, pois alegava não estar preparada para acompanhar a disciplina de Matemática dessa 1ª fase. Maria Terra, mora com uma filha, uma sobrinha e uma amiga com quem divide o aluguel.

A terceira entrevista foi realizada no dia 30 de novembro de 2015, com Maria Rosa. Assim que a convidei e expliquei o objetivo da pesquisa, no dia seguinte, já estava disposta para iniciarmos a entrevista. Como não dispunha dos equipamentos, marcamos para a semana seguinte. Maria Rosa mora no Brasil desde os sete anos de idade quando se mudou do Paraguai com sua família. É casada e tem três filhos. Frequenta a 4ª fase dos anos finais do Ensino Fundamental.

Maria Açucena foi a quarta estudante a ser entrevistada. No primeiro momento do convite, desejava saber quais perguntas faria a ela e quem veria as gravações. Após as devidas explicações, aceitou participar da pesquisa. A entrevista foi realizada no dia 23 de março de 2016 em uma sala de aula da escola. Maria Açucena é mãe de quatro filhos, vive na região rural de Jaraguá do Sul e fica evidente o entusiasmo com que se refere à família. Foi muito reservada em sua fala durante a entrevista. Após desligar os gravadores comentou alguns fatos que não gostaria que fossem expostos. A estudante frequenta o Ensino Médio.

Maria Liz foi entrevistada no dia 30 de março de 2016 no próprio ambiente escolar. Tem um único período de folga do trabalho durante a semana, tendo que se revezar entre o trabalho fora de casa e os cuidados com a casa e as filhas que requerem tratamento especializado, devido um acidente grave onde tiveram várias partes do corpo queimadas. Tem quatro filhos, um menino de 9 anos de idade, as meninas gêmeas com quatro anos de idade e um menino com dois anos de idade. As meninas que sofreram as queimaduras ainda necessitam de tratamento em

²⁵A denominação fase é dada pela Portaria N/13 de 19/02/2016 que estabelece alteração da matriz curricular do 2º segmento do Ensino Fundamental e Ensino Médio, da modalidade de EJA.

ambiente hospitalar uma vez ao mês no município de Florianópolis. Maria Liz é estudante da 4ª fase dos anos finais do Ensino Fundamental.

Maria Sol, última estudante a ser entrevistada, concedeu-me sua narrativa na escola no dia 31 de março de 2016. Quando a convidei para a entrevista, prontamente aceitou. Maria Sol é uma senhora de 60 anos, está na fase de alfabetização, já consegue escrever o nome completo e ler algumas frases. Animada e divertida, sempre está disposta e participativa nas aulas. Teve 12 filhos e mudou-se do Maranhão para cá para ficar próxima das/os filhas/os que se mudaram para Jaraguá do Sul há alguns anos.

4.2 CONVERSANDO COM AS MULHERES: CONVERSA E DIALOGIAS DA VIDA E DO APRENDER

Após o trabalho de transcrição, optamos segundo (MEIRY, 2010, p. 173), em realizar a textualização, em que o “[...] texto passa, pois, a ser predominantemente do narrador, que surge como figura única por assumir o exclusivismo da primeira pessoa”. Além da textualização, realizamos a transcrição, que, segundo o mesmo autor, “[...] se compromete a ser um texto recriado em sua plenitude”, sendo este o momento de retirada dos vícios de linguagem, das palavras repetidas e dos erros de gramática, ou seja, é o momento em que o pesquisador transforma a transcrição em um texto narrado pelo sujeito entrevistado. Todavia ressaltamos que o descrito a seguir preserva o ir e vir das lembranças, o fazer da memória, que segue corte e recorte do que é prudente lembrar e esquecer. É, ainda “[...] o tratamento dado a esse movimento de escuta e narrativa como um processo da produção humana. O mesmo em sua dialogia revela o compasso e o descompasso do se fazer sujeito em sua inconcretude dos saberes e fazeres.” (TAMANINI, 2016, p. 38). Portanto, as narrativas aqui apresentadas são fontes históricas inéditas, construídas de maneira a testemunhar parte de vidas destas mulheres em busca do saber formal escolarizado. Ressalta-se ainda que todo o trabalho de “formalização” das narrativas passou pela aprovação e legitimação das estudantes entrevistadas.

Trabalhar uma entrevista equivale a tirar os andaimes de uma construção quando esta fica pronta. Com isso, a primeira tradição quebrada é a do mito de que a transcrição palavra por palavra corresponderia à realidade da narrativa[...].

[...] o ideal é manutenção do sentido intencional dado pelo narrador que

articula seu raciocínio com as palavras. (MEIRY, 2010, p. 172)

Assim, nessa fase de estudos, apresentamos, portanto, as narrativas das estudantes após a transcrição e autorização das mesmas. Não seria possível escolher somente partes das narrativas para serem expostas neste capítulo, visto que encontramos histórias de vidas cercadas de emoções e representações sociais de um grupo de mulheres que carregam marcas ainda profundas de discriminações, preconceitos e dificuldades, marcas estas perpetuadas às minorias por um sistema extremamente perverso. Por esse motivo, seguem as narrativas das seis estudantes do CEJA de Jaraguá do Sul.

MARIA FLOR

“Minha mamãe e meu papai, minha família, quando eu era pequena, moravam num lugar pequeno, surdo só eu, ouvintes todos eram, as pessoas todas eram ouvintes, todos brincavam juntos e eu tinha, medo porque a libras não entendia nada. Escrevia várias coisas e recortava, foi indo, foi passando o tempo e eu fui crescendo, aprendendo a escrever na escola, a pintar, cortar, cortar o cabelo, fiz um curso de corte de cabelos. Depois foi passando o tempo acabei no sexto ano, foi indo no sétimo. Acabei, fugi, não quis mais, as pessoas sempre implicando, puxando meu cabelo, e me fazendo chorar, implicando, implicando, implicando, implicando, e eu chorava muito, porque era surda né? Eu faltava e ia pra casa, mamãe e papai, família, todo mundo ouvinte reclamando, rindo conversando e eu sem saber de nada sempre chorando.

Eu fui crescendo, com dezessete anos eu fui convidada a aprender libras e a oralizar. Fui aprendendo a escrever, e no quinto ano acabei. Eu tinha vinte anos, depois fui trabalhar, trabalhei muito, passaram uns anos, eu fui estudar no SESI aí depois troquei e vim para o CEJA.

Papai e mamãe não incentivavam a estudar, mas eu queria, queria, os surdos querem, querem ler, querem, querem saber, aos poucos fui aprendendo, treinando.

Eu via as coisas escritas, e perguntava para mamãe o que dizia, porque eu não estava entendendo; passarinho, a mamãe explicava, ave, água só com gesto de beber água, porque em casa ensinam assim, sede, água, foi indo, fui crescendo, mamãe foi ensinando, mamãe ensinava quase nada.

Eu que procurava, recortava e colava para poder ver e aprender, o nome eu não entendia, olhava o carro passando, colorido aí eu ia lá e pintava, preto, aí eu ia lá e pintava, fui aprendendo assim.

As árvores, as casas, eu olhava, ia fazendo, as roupas, ia pintando.

Querida muito aprender, aprender muito, tricô, tudo, trabalhar, queria trabalhar, eu olhava as coisas, ensinavam fui aprendendo, aprendendo a trabalhar com dezesseis anos.

Pintavam as unhas, aprendi várias coisas, sempre trabalhando, sempre fazendo as coisas.

Depois, eu fui trabalhar com fumo, vim embora pra cá, queria trabalhar, fui trabalhar na cozinha da escola.

Na cozinha da escola, na creche, trabalhando, trabalhando, fofoca, fofoca aí, eu não gostei, troquei.

Depois eu fui aprendendo.

A mente abriu, antes eu era com a mente fechada.

Ai depois a mente foi abrindo, eu fui aprendendo e entendendo tudo que é bom.

Agora que eu já sei, entendo, converso, observo.

Avião (bum, bum), bomba, aprendi, entendi da guerra, pessoas que morreram (bum) as torres gêmeas, eu entendo tudo isso, tudo eu aprendi...

Ninguém explicava nada pra mim, eu sempre ali fazendo... Queria sair com as amigas a mamãe não deixava e eu ficava, ficava ali no tricô, na costura ali caladinha, quietinha a amiga convidou pra ir e a mamãe não deixou.

Ah, só poderia ir com o irmão, amigo não.

Me casei e fui, quando a Paula tinha um aninho, a mamãe morreu aí eu vim embora pra Mafra, faz oito anos que mudei pra cá.

Quando eu mudei pra cá, eu tava... não sabia nada e aos pouquinho foi indo.

Aqui foi crescendo muito, Mafra sempre pequenininho, as pessoas pequenas, povinho.

Eu adoro Jaraguá, gosto muito de morar aqui, muitos amigos surdos, lá em Mafra não tinha amigos surdos, bem pouquinho.

Aprendendo libras abriu a mente.

Mamãe fumava, trabalhava com fumo, sempre trabalhando com fumo e grávida. Sempre trabalhando, trabalhando, trabalhando...

Pouca comida e muito fumo, mamãe foi para o hospital caminhando e eu nasci, bem pequenininha, um quilo e quinhentas.

Cabelinho, a carinha pequenininha, os cabelinhos espigadinhos, surda, profunda, nasci surda profunda, mamãe não sabia, bebezinho, botou no berço e eu dormindo, um dia a janela... Estava chovendo e um vento muito forte e a janela caiu e eu nem me assustei caiu machucou, os vidros quebraram, caiu, machucou um pouquinho e eu continuei viva, respirando bem, porque é surda profunda e a mãe percebeu que eu não ouvia nada.

Doença nenhuma, nada, nada, nada, bem quietinha, bonitinha, não chorava, dormia tranquila, banho, não chorava, nada, nada, doença, nada, nada. Andava por tudo, com um aninho começou a caminhar.

Tinha os cabelos bem crespinhos, comprido, vestidinho, sempre bonitinha

Tinha foto...

A tia tirava foto, dava pra mim, eu via linda, com o cabelo crespinho

Preso o cabelinho, crespinho de casaquinho, vestidinho comprido, linda, nem uma foto pra guardar.

O marido também é surdo e incentivava mais ou menos a estudar, não conversava nada, tinha ciúme, não gostava muito que eu estudasse, tinha vergonha! Ele não queria vir. Eu chamava ele pra estudar, pra aprender, ele não queria porque tinha vergonha porque não estava entendendo nada.

No SESI, ele ficou um pouquinho e oh, se mandou embora.

Eu não, eu sou esforçada, quis voltar estudar, porque é importante entender, porque eu quero fazer faculdade depois. Acabo no CEJA, vou pegar o diploma, pronto, aí eu fico pensando, pensando o que eu quero fazer. Eu quero fazer uma faculdade e estudar porque eu gosto. Aprender e ensinar Libras é bom.

Bom tudo isso, porque assim eu cuidei bem da filha, porque é bom cuidar da Paula, ela gosta de junto entender as coisas, sempre ensinando pra filha.

Que é importante pra mulher, eu gosto muito de ensinar, aprender, desde

pequeninha eu fui ensinando a Paula.

Trabalhar para ajuda em casa, a mulher ajuda, surdo bom, se sente bem ajudando e trabalhando.

Lá no Cooper, eu gosto, estudo, cozinheiro, trabalho, Izabel ajuda.

Evelyn também ensinando, Simone estudando pra poder me ensinar e aprendendo tudo é uma troca.

Ajudava fazendo comida, antes eu trabalhava com fumo, separava as folhas.

Porque aos poucos as pessoas vão entendendo né? Que sou surda e que vai... Mas eles... (No Cooper, tem um amigo e uma mulher que tem inveja, que fica olhando e acha que eu vou fazer errado, mas nós surdos fazem tudo perfeito). Somos todos iguais, não pode ficar bobo tem que aprender, porque é bom aprender.

Não pode implicar, não pode ficar rindo.

Eu estava trabalhando e a pessoa chamando, chamando, chamando, bem ligeiro, batendo nas costas, eu levei um susto, falando, falando, falando e eu... Calma, eu sou surda. E a mulher: – Desculpa! E eu: – Calma! Como vai ficar falando? Não entendo nada, e se mandou – embora. Eu até chorei. O homem, o homem foi engraçado... Ele me tocou e disse que era... Eu disse que era surda e o homem ficou pensando, pensando, me chamou e perguntou... Fez um gesto segurando o guarda-chuva que queria um guarda-chuva, eu fui lá e mostrei. Ele não teve medo e agradeceu, todo sorridente, todo feliz... E foi embora.

Um homem velhinho, vovozinho, me chamou, fez sinal, perguntou se eu estava bem, eu fiquei toda contente, trabalhando e ele me tocou pra dizer oi, que bom, tudo bem? Pensam que surdo é bobo, é... Bobo, eu não sou boba não, deixa Deus está vendo, futuro ó, filho pode ser surdo.

Preconceito não pode, não pode, não sabem do futuro, nariz em pé, ó no futuro filho pode ser surdo, viu, cuidado, Deus sabe e a mulher ficou apavorada, virou as costas e foi embora. Preconceito está errado, preconceito não pode.

A família. Marido e eu somos surdos, Paula surda, o Marcelo que é o genro, surdo também, quatro surdos. A Paula teve a doença, meningite. Teve meningite, aí chorava muito, cresceu, era meningite, ela ficou surda com um ano e meio.

O marido... O marido nasceu ouvinte e aí teve uma doença não tomou vacina, com três meses e... E aí ficou surdo. Marcelo é meio, é meio surdo, ele não é... Ele é deficiente auditivo, ele é oralizado, ele fala.

Com dois anos, comecei a ensinar as letrinhas e a Paula ia fazendo com os dedinhos. Ela torcia os dedos, passarinho, mostrava... Sapo e a Paula dava risada Cortava tudo, mostrava pra ela, pra ela aprender, aí pegava e perguntava.

Fazia o sinal e a Paula tinha que procurar a imagem e mostrar.

Ela dava todos os recortes, fazia o sinal.

Tesoura sem ponta, porque é perigoso, botão, costurando, e a Paula ali, dizia pra Paula não pôr a mão, cuidado que vai furar o dedinho, vai chorar depois, aí ela parava... Era daquelas máquinas que tem que dar o pedal pra andar, a Paula não tinha força, não sabia, e ela queria cortar junto. – Roupa não pode cortar.

Botão? Botava na boca, não pode, e ela não pegava, escolhia as cores, branco, combinava, aí podia por.

Colorido, branco.

Combinando, preto.

Quando eu era pequena, era pobre, não tinha dinheiro, eu pegava as coisas, olhava e escrevia na parede, a mãe dizia que não podia só no papel, aí eu escrevia no papel. Aí ela ia olhando e ia fazendo.

Pequeninha, três aninhos já aprendia. Papai sabia um pouco de libras, falava muito

e ela não entendia, porque não olhava, não via, não era oralizada. Papai tinha... Quando eu tinha seis anos e queria aprender a jogar cartas o papai ensinava a jogar cartas (risos) e eu ganhava, ficava prestando atenção. Gosto de jogar e papai junto, eu tinha que procurar e marcava ali que ele vai e volta Olhava lá e tinha que procurar se tinha igual aí mostrava o jogo, nunca esqueci. A gente fica guardando, guardando, guardando, guardando, guardando Acho que é isso”. (“Maria Flor”)

MARIA TERRA

“Nasci no Timbó Grande, Santa Catarina

Faz quatro anos que moro aqui. Eu morava em Canoinhas e lá não tinha emprego, não tinha emprego, as pessoas não evoluem e eu gosto de morar em cidade que as pessoas evoluem, que as pessoas batalham pra ter alguma coisa na vida, e lá em Canoinhas as pessoas não são assim. Se eles tiverem comida para comer dentro de casa, pra eles está bom e eu já não sou assim, eu já gosto de batalhar, entende? Sempre melhorar assim.

Depois nós fomos para Curitiba, então depois minha mãe foi para Canoinhas, porque ela se separou do meu pai e foi morar em Canoinhas eu tinha sete anos de idade quando fui pra Canoinhas.

Fui pra escola com quase oito anos, que foi quando minha mãe me colocou na escola, e... Como Canoinhas era uma cidade muito pequena para eu ir para escola tinha que passar por “carreirinha”, não sei se você já ouviu falar em “carreirinha”, não tinha estrada, pela estrada era mais longe, então para cortar caminho a gente passava pelo “carreirinho”, e hoje em dia eles falam bullying, né? Na época, nós não sabíamos o que era bullying, essas coisas, só sabia que tinha gente maldosa, né? E eu ia pra escola e tinha três “piás” e aqueles “piás” mexiam com todas as meninas só que comigo era a pior que eles se “encarnavam”, entende? E toda vez que eu ia para escola eles comiam meu lanche, me surravam, eles tentavam me agarrar, tipo me violentar eram assim pouco, dois anos mais velhos que eu, mas “piá” tem mais força, né? E eu era uma menina boba, uma menina ingênua e daí foi que eu parei de estudar, porque daí eu não tinha mais ânimo de ir pra escola, porque eu ia pra escola falava para professora e ela falava: – Mas tem que chamar os pais. E os pais nunca iam, minha mãe só trabalhava, só trabalhava, nunca ia à escola, né? Falava que não iria adiantar e eu resolvi parar de estudar, comecei a trabalhar, trabalhar de babá. Nem lembro o que eu aprendi na escola, única coisa que eu me lembro da escola é que eu... Eu segurava a bandeira, que eles sempre me chamavam para segurar a bandeira, coisas assim, mas, do resto não me lembro de mais nada e das coisas ruins que me aconteciam, né?

Trabalhava de babá, de pessoas simples, que tinham que trabalhar o dia todo, mas pagavam pouquinho, entende? Para eu não ficar só em casa, então eu ia cuidar das crianças dos outros. Me pagavam pouquinho por mês, para me ajudar, e foi, foi indo, fui trabalhando assim até meus quatorze anos, só que daí quando eu tinha doze anos, eu já fui trabalhar com uma família mais rica, que daí eles eram de Blumenau, com os Dudalina, não sei se você já ouviu falar?

Então, fui trabalhar com eles, eles queriam que eu estudasse só que eu não queria, porque eu tinha vergonha porque eu já estava grande, porque como que eu iria entrar na primeira série? Então eu falei: – Não, estudar eu não quero, se vocês me quiserem fico morando aqui com vocês, mas estudar eu não queria estudar, não estudei, também fiquei quatro anos com eles, depois voltei para minha cidade,

porque eu tinha saudades da minha mãe, voltei para lá e não quis estudar também, sempre trabalhando, trabalhando de diarista, também quando era nova fui para Curitiba e fiz um curso de depilação, de cabelo, essas coisas, comecei a trabalhar em salão de beleza e nada do estudo (risos). Para você ter uma ideia, eu fazia o curso, mas eu não... Quando era para escrever alguma coisa eu falava para minha professora: – Ó, eu não sei escrever, eu vou escrever do meu jeito, eu falava pra ela. Daí ela falava: – Não, não tem problema, pode escrever do teu jeito, se você entender está bom. E então eu fiz o curso e comecei a trabalhar em salão de beleza. Daí... Até... Quatro anos atrás eu trabalhava em salão de beleza. Então enjoiei, porque é muita responsabilidade, assim, psicológica cansa né? Fisicamente a gente cansa demais também eu trabalhava até meia-noite, meia-noite e meia às vezes, lá em Canoinhas, porque como as madames trabalham, elas vão depois das seis pro salão. E daí como a gente quer ganhar dinheiro, quer trabalhar, a gente ficava até meia-noite, meia-noite e meia. Então resolvi vir para cá, para Jaraguá. Como eu cheguei aqui e não tinha emprego em vista, eu falei: – Ah não, vou trabalhar de diarista, eu gosto de limpar e comecei a trabalhar para os meus amigos e fiquei. E trabalho para eles... Faz quatro anos que eles são meus amigos.

De manhã, numa casa, de tarde, na outra. Tem casa que é o dia todo e assim vai, menina... e brigam por causa de mim, você acredita. Ai eu gosto de trabalhar de diarista. Eu gosto, porque me desestressa, eu sempre tenho que estar... Sabe, fazendo alguma coisa.

Menos mexendo no celular, que isso eu não gosto (risos).

A minha mãe se separou do meu pai eu tinha sete anos, como eu te falei, né? E o meu pai espanqueava demais a minha mãe, porque o meu pai ele era militar. A gente era bem de vida, entende? E daí como ele era militar, ele ganhava bem, mas aconteceram uns negócios lá, que ele teve que sair da polícia, ele ficou revoltado, ele começou a sair com a mulherada, sabe? Começou a gastar, gastar, e chegava em casa surrava minha mãe, surrava nós inclusive. E a minha mãe decidiu abandonar ele. Falou assim: – Não, nós passamos fome, mas não dá para ficar com ele. Então foi que a gente resolveu vir embora para Canoinhas, ela começo também a trabalhar de diarista essas coisas, porque minha mãe também não sabe ler e escrever, porque o meu pai nunca deixou ir para escola. Ele sempre teve ciúmes, ele nunca deixou ela trabalhar fora, ele nunca deixou ela estudar, sabe que antigamente né...? Tinha mais ignorância que hoje em dia, né? O homem era mais... E então, ela começou a trabalhar de diarista para sustentar a gente, trabalhar em empresas. E até que então a gente foi crescendo e ajudando ela também. E então eu cresci, conheci o pai da minha filha, casei com ele já bem de idade, tinha trinta anos quando casei com ele, porque eu só ficava com ele, então a minha mãe adoeceu, ela tinha câncer, mas não o maligno, o benigno, e ele foi a única pessoa que estava do meu lado naquele momento... Então como ele me deu uma força, porque o meu mundo caiu quando a minha mãe ficou doente, entende? Porque era só eu e ela que morávamos em casa e ele me deu a maior força, eu achei que ele era uma pessoa maravilhosa, um príncipe encantado. Quando então ele foi morar lá em casa, ficamos juntos e então eu engravidei, quando eu estava grávida de... Três meses, aí que veio, começou a cair a bomba que ele não valia nem a comida que ele comia. Que ele era o maior estelionatário da minha cidade. E até então eu não sabia de nada. Ele levantava cedo, falava para mim que ia trabalhar, que trabalhava numa empresa grande lá em Canoinhas que é a Rigesa. E eu acreditava, um dia minha mãe saiu e viu ele na rua. Foi que eu comecei a me ligar, a ir atrás, a investigar. E descobri que ele não trabalhava, que ele era o maior estelionatário, só que eu estava

grávida e precisava de alguém, pois quem vai pegar uma mulher grávida, e eu tinha gravidez de risco. Podia perder, tive que aguentar, fui aguentando ele até minha filha nascer, depois que ela nasceu, eu abandonei. Fui trabalhar, foi então, que comecei a trabalhar no salão de beleza pra valer. E não me envolvi com mais ninguém. Eu prefiro, eu batalhar, pelo menos, eu ganho um dinheirinho honesto, e a minha filha está melhor do que se estivesse, estivesse dependendo dele.

Ele, ele me incentivava a estudar. E ele me incentivava bastante, ele dizia que era bom, que eu ia aprender coisas diferentes, e então eu comecei a fazer o CEJA lá em Canoinhas, só que era tão frio, e era só de manhã, e era tão frio, tão frio, sabe o que é você levantar com os dedos congelados pra ir, e eu também... Tinha a Alexandra bebezinha. Desisti para cuidar da minha filha e trabalhar. Então eu parei de estudar. Agora que voltei no CEJA, foi porque minha amiga incentivou. Fiz a matrícula, eu estou gostando de estudar, para mim está sendo bom. Apesar de que... Com os problemas da vida da gente é difícil entrar as coisas na cabeça da gente, eu sofro, um pouco, sabe, com isso, porque eu estou lá, eu estou pensando que eu tenho que trabalhar, como que as meninas estão, porque elas ficam em casa, as minhas duas meninas. Eu fico pensando como que elas estão, será que elas estão bem? Mais estou gostando. Minha sobrinha mora comigo, porque a minha irmã ficou doente, na realidade ela estava assim como eu e você, conversando numa boa com a família e saiu para tirar um mioma no útero e chegou lá e os médicos não fizeram um exame detalhado, só abriram ela, e quando eles abriram viram que era... Um tumor maligno que ela tinha, e... Praticamente jogaram na mão do médico. E era aquele câncer que..., eu entendo por galopante né, agora tem outro nome, né? Foi se espalhando rapidamente, só que ela foi sofrendo assim... Tempo assim que ela ficou viva, ela ficou sofrendo ... Usava bolsa, não conseguia mais urinar, depois começo a usar bolsa, no intestino também. Ela sofreu demais, e eu cuidava dela, às vezes ela acordava gritando de noite, porque como era pelo SUS, ela tinha que ficar três dias em casa e depois voltar para o hospital, não podia ficar direto. E esses dias que ela ficava em casa, para mim era um...pânico, porque não tinha enfermeiro. Ela gritava de dor, eu tinha que me virar com ela, porque eu era a única da minha família que não tinha marido, que eu poderia ficar ali com ela, entende? Não tinha uma família assim completa, né?

Ela segurou na minha mão, tudo no hospital, e pediu para eu nunca abandonar ela e pediu que queria que eu cuidasse da filha dela e das coisas dela, que eu ficasse na casa dela e cuidasse da filha dela, eu falei que estava bom, tanto que eu fui no juiz e o juiz viu que eu era a pessoa ideal pra ficar com a menina. Investigou a minha vida, eu fui para psicóloga, porque na realidade... Eu levei a menina para psicóloga, porque a menina assistia a mãe dela com dor, ela assistia tudo. Eu não queria que ela ficasse com aquilo na cabecinha dela, ela tinha seis anos, mas como eu levei ela na psicóloga, a psicóloga viu e falou que eu precisava de psicóloga, porque era muito para minha cabeça. Minha irmã lutou para conseguir receber pelo menos um salário, para menina, porque ela não tinha também da onde tirar o sustento da menina.

Agora as meninas estão estudando, e elas são mais inteligentes que eu (risos), eu... Mas, não é por isso, não porque elas são mais inteligentes, é que eu pensei assim, poxa, minhas filhas tão crescendo, tão estudando, porque que eu também não posso estudar, né? E agora digamos assim que eu estou com mais idade, já tenho quarenta e três anos, eu já não sou... Não tenho mais vergonha, entende, não é, já aquela fase da vergonha já passou, agora, eu sou mais "caruda", eu já enfrento mais as coisas. Eu pensei assim, agora eu vou começar a estudar, e eu comecei a ir lá

para o CEJA, nossa! Todo mundo é legal, todo mundo é simpático. E agora estou adorando estudar, eu pretendo terminar os estudos, entre trancos e barrancos, mas... Mas eu pretendo, não adianta eu ir lá e passar e não saber, eu quero aprender, se eu tiver que ficar com eles ali mais um ano, para mim não tem problema, vamos ver daqui para frente, o que vai..., que depende também não adianta eu ir ali, querer passar... Ai quer passar de ano, e chegar lá e não saber nada, porque eu vou te falar a verdade: quando eu comecei ali no CEJA, eu não sabia nem montar uma conta, nem sabia pegar num lápis direito, não sabia colocar a régua ali embaixo pra fazer... Eu era assim, sabe? Não sei se era medo, ou o que acontecia que eu não conseguia fazer nada, agora não, agora eu chego lá e já... O professor escrevia no quadro e eu ficava assim ó, o tempo inteiro, agora não, você vai lá e lê, agora já aprendi um monte de coisa, porque tudo que eu sei... Eu aprendi com a vida, tudo que eu sei na minha vida, eu aprendi sozinha. Eu saía, tentava ler as placa, coisas assim, eu já viajei também, porque medo eu não tenho eu... Eu acho que passar fome ninguém passa, porque se você tem boca, se você tem mão e perna, eu já falei que até banheiro de rodoviária eu limpo, mas, é honesto, e... Tentava, eu ia montando, sabe, as... Fui aprendendo as coisas e depois, todas as minhas amigas tinham estudo, todas, todas, só que elas nunca chegaram e falaram, até que série que você estudou? Porque eu sabia conversar, eu sabia me portar bem nos lugares, então elas nunca, nunca souberam que eu não tive estudo, quer dizer agora elas vão saber, porque agora eu estou fazendo o CEJA. E hoje em dia eu já não tenho mais vergonha das minhas amigas... já não me importo mais com isso, sabe!

Eu pretendo fazer um curso de alguma coisa. Eu pretendo no futuro abrir alguma... Alguma coisa, um restaurante, alguma coisa, então eu quero estudar para ninguém me enrolar, para eu poder fazer uma conta, eu quero fazer um curso de culinária alguma coisa, eu não gosto de cozinhar, mas é a única coisa que eu sei que as pessoas precisam, é comer, entende? Então eu quero abrir uma coisa assim. Eu não quero ficar rica, eu quero viver, eu quero dar conforto para minhas filhas viverem, eu não quero ganhar dinheiro, nós vamos abrir em sociedade, eu e a minha amiga, ela para cozinhar... Meu Deus, de mão cheia.

Eu sou mais na limpeza, então eu acho que nós vamos dar certo, como ela gosta de cozinhar e eu gosto de limpar, então eu acho que o negócio vai engrenar, eu quero fazer um curso também, para ficar a par também.

A mulher está participando de tudo que acontece, tem mais oportunidades, eu acho que é legal essa parte, não sei muito que falar, mas eu gosto desta parte, que antigamente mulher nem dirigia, não trabalhava fora, como a minha mãe, coitada, a história que o meu pai não deixava ela trabalhar. Que na época mulher que queria trabalhar era mulher de rua, não sei o que uma pessoa pensa na cabeça sobre uma mulher querer estudar. Uma mulher quer trabalha de dia, estudar de noite, isso daí é um absurdo o homem não deixar. E eu acho que é legal a mulher poder participar de tudo que ela tem vontade, de estudar, trabalhar, fazer coisas que antigamente era só o homem que fazia.

Sabe no que o CEJA mudou a minha vida? É que eu era uma pessoa muito estressada, eu era muito revoltada com a vida. Eu sempre fui uma pessoa revoltada, porque como eu venho assim, de uma família que meu pai só espanqueava minha mãe, então eu era uma pessoa assim bem revoltada, eu chegava do trabalho, revoltada, porque eu tava cansada, porque a gente só trabalha, chega em casa tem que fazer as coisas de casa, cuidar de filho. E, isso daí, depois que eu comecei a estudar, para mim mudou totalmente, agora eu sou uma outra pessoa, eu já não ligo muito para os afazeres de casa, não ligo mesmo. Agora, sabe, eu limpo para não

deixar sujo, mais antes era demais, eu tinha muita mania de limpeza, tudo certinho, agora não, agora eu penso mais em estudar, para mim melhorou muito, e eu estou aprendendo muito lá no CEJA.

África do Sul foi o trabalho mais bonito que eu já vi em toda minha vida, eu amei, aquele trabalho, inclusive a turma inteira fez o trabalho, eles queriam expor um trabalho só, e eu acho que é errado, porque se todo mundo participou, eu acho que tinha que expor o de todo mundo e a gente se dedicou, nós levamos acho que uns três meses para fazer aquele trabalho, eu corri atrás de revista, cortava as letrinhas, íamos colando, todo mundo participou e eu acho que deveria colocar todos eles ali, até que na hora ficaram meio assim...mas depois eles entenderam, é uma conquista. Imagina, a gente nunca estudou na vida, daí vai fazer um trabalho legal, é uma coisa bem interessante.

O CEJA está me ensinando muita coisa, eu estou adorando, fiz amizades também. Antigamente as mulheres nem faziam construção, por exemplo, e hoje em dia já tem mulheres fazendo construção, eu não sei, em minha opinião eu achava que isso daí era o mais difícil. Esses dias eu falei para minha amiga que queria aprender a virar pedreiro, porque o meu sonho é comprar meu terreno e fazer a minha casa do meu jeito, queria fazer um curso de alguma coisa, aprender a montar tijolo, colocar cimento para eu construir minha casa, têm mulheres que fazem isso, eu acho bonito isso, eu acho bem bacana.

Durante a adolescência e juventude, eu só queria viver, fazer tudo que eu tinha vontade, fazer festa, porque eu... Minha família é muito festeira, eu sempre gostei de fazer festa, não adianta, sair em balada, viajar, eu já viajei muito, já fui para Espanha, eu já fui para Argentina e fui, como eu falei para você, eu não sabia nem ler, eu não sabia nem escrever, chegava na hora de preencher o formulário para você passar do país para lá. Meu Deus do céu, o que eu vou fazer? O que eu fazia? Eu ia lá, porque eu sempre sabia que aonde a gente vai tinha que ter o endereço, eu ia lá, copiava do talão de luz o endereço da minha casa aqui, para onde eu ia lá e o meu nome, para mim já estava bom e era isso que importava para eles, o endereço de onde que eu vinha, meu nome e onde eu ia ficar. Tanto que uma vez eu fui... Eu morei dez anos na Argentina, morei dez anos lá e então cada três meses tinham que sair do país para renovar o visto e uma vez eu fui passar na... Pegamos um barco para ir para o Uruguai, que era a cidade mais próxima de barco, daí o agente pegou e falou assim para mim: – Que letra é essa!? Que letra é essa, não estou entendendo nada dessa letra. Daí eu falei assim: – Ué mais eu estou entendendo, porque eu também sou ruim quando eu quero, é a única forma de escrever é essa... Peguei e joguei o papel ali, ele carimbou ali e pronto. Mas também gente, se ele viu que eu não tinha estudo, o que ele vem querer me humilhar, peguei e também falei pra ele: – Eu estou entendendo e se eu entendo está bom.

Eu ia embora, não estava nem aí sabe, eu conhecia uma amiga, porque eu vinha muito para praia, para Balneário, quando eu era mais jovem. A gente vinha muito para praia antigamente. Agora nem tanto, hoje em dia as pessoas gostam de praias menores, e como eu já era festeira eu queria Balneário Camboriú, porque lá era o auge, então a gente conhecia muitas pessoas de fora, ficava amigo, fazia amizade, e como a minha família, minha família tem a mania de abrir a porta para todo mundo, não são preconceituosos, não tem preconceito de nada, e então eu comecei a conhecer pessoas, eu fui para lá, gostei, fiquei trabalhando, trabalhava de lavar louça, restaurante essas coisas assim, na limpeza, que eu sempre fui da limpeza e eu fiquei morando lá um tempão, mais eu vinha e voltava, vinha e voltava...

Eu tinha vinte e um anos, a primeira vez que eu fui pra lá. Eu queria ir mais longe, no

meu pensamento eu queria ir até para os Estados Unidos, mais não para morar, eu queria ir passear, conhecer outras culturas, porque eu sempre gostei desse tipo de lugar e eu fui para Espanha porque minha amiga tinha um namorado que era espanhol. Eu fui, porque ela não queria ir sozinha, outro país, nós ficamos na casa deles, da família dele, a gente não ia pagar hospedagem e a agente resolveu fazer o nosso documento lá, para poder ficar, um ano ou dois lá na Espanha, só que nós levamos um golpe muito grande, o advogado, ele tinha um escritório no prédio e ele pegou nosso dinheiro e deu “no pé”, falou assim: – Venha daqui quinze dias buscar os documentos e quando a gente foi lá, não existia escritório de advogado.

Não é só aqui no Brasil que existe esse tipo de coisa. E deram o golpe na gente, tanto que eu, eu me revoltei, porque você vai assim, querendo, ir para um lugar diferente, conhecer outras culturas, depois vem uma pessoa e te rouba, nós tivemos que vir embora, porque nós não tínhamos dinheiro. Ficamos menos de três meses, porque vence o visto, então tem que sair, porque na Argentina é MERCOSUL, Argentina eles não te expulsam. Eles não te prendem, na Espanha é diferente, lá eles te prendem como a gente vê a reportagem na televisão, a gente tinha medo.

Eu nunca falei espanhol, éportunhol, você já viu aquele ditado que é português misturado com espanhol? Então,portunhol. Eu nunca consegui só falar espanhol, não sei, talvez, é porque eu nunca estudei também. Eu poderia ter feito um curso, alguma coisa eu entendia, porque em Balneário dá muito argentino, então a gente vai para balada, tenta se comunicar, mas é ruim que a primeira coisa que a gente aprende na marra é falar bobagem, porque eles falam para gente, a gente não sabe o que significa, a gente vai e fala. Eu não me arrependo do meu passado, porque eu vivi muito, eu fui muito baladeira, por isso que hoje em dia eu estudo, eu trabalho, eu quero dar as coisas para minhas filhas, porque, como eu já me diverti, eu já disputei, então agora eu quero só trabalhar pra elas.

Na minha família não tivemos estudo, mas sempre tivemos educação. Então, se você vai à casa de alguém, você sabe que tem que ajudar, na limpeza, essas coisas, se a gente gostasse de ficar lá, a gente arrumava um emprego, não vai assim só ficar nas costas da pessoa, por isso que eu sempre tive muitas amigas, muita.

Um dia minha amiga me perguntou por que eu tava vendo a novela, o que leva uma pessoa a ficar sentada no sofá vendo uma novela. Eu dizia que estava cansada, eu sento aqui e fico prestando atenção, as vezes eu nem prestava atenção na novela, sabe quando você está cansada, que você fica quietinha. Então ela me disse que tinha que fazer alguma coisa, que tinha que estudar. Me mandou pro CEJA para aprender bem, e tirara carteira de motorista. Porque eu sempre dirigi, a minha vida inteira, e eu tinha carro também, eu sempre tive carro, só que lá em Canoinhas, a cidade é tão pequena que você pode andar pra lá e pra cá, sem carteira. Eu sou bem certinha, eu não faço nada errado, mas eu quero tirar minha carteira, porque eu sou muito do correto, até então vai que vem alguém e bate em mim, como que eu vou reclamar alguma coisa. Eu não saio muito com as meninas de carro, eu sei que se acontece alguma coisa, elas vão se assustar.

Minha amiga que leva as meninas pra escola vai buscar minha amiga que leva a gente pra viajar.

A gente divide apartamento, porque ela também é do interior. Lá não tem emprego e ela estudou, fez curso de culinária, curso de eletricista, fez tudo que é tipo de curso então eu chamei ela para vir morar comigo e fazer faculdade. A gente se dá bem, já aproveitei tudo que tinha que aproveitar da minha vida, se ela quer sair, ela pode sair, pegar o carro e pode sair, eu moro no centro, se eu quero ir na loja eu vou caminhando com as minhas filhas, pra mim mais o carro é pra viajar, ver minha mãe

e levar as meninas pra escola, nós não brigamos por causa de carro eu e ela, a gente se dá super bem. Na tarefa da casa, ela cozinha e eu limpo, fica tudo certo”. (“Maria Terra”)

MARIA ROSA

“Eu nasci em Flor da Serra do Sul, Paraná, morei lá até os meus quatorze anos. Depois saí de lá, fui pra São Paulo, fiquei lá quatro anos, quando eu acabei conhecendo o pai das minhas filhas e vivi um pesadelo, porque não podia nem sequer chegar e dar um abraço no meu irmão, muito menos ver os meus pais. Até eu vim pra Jaraguá do Sul pelo fato que foi tentado tirar minha filha do terminal Tietê de São Paulo, ela tinha na época oito meses e eu recebi auxílio da polícia pra poder sair da cidade de São Paulo. Eles mencionaram que se a pessoa tentou tirar ela de mim, eles já estavam me seguindo a muito mais tempo, então quando eu cheguei aqui, meus irmãos moravam aqui, então foi onde eu consegui com a ajuda do meu irmão me livrar de um pesadelo. Era agressão todo dia, eu não podia trabalhar eu não... quando eu passei a trabalhar, ele simplesmente deixou de trabalhar, minha pequena ficava com ele, na época tinha onze, doze meses mais ou menos um aninho, nem isso, quando ela tinha um ano e seis meses, mais ou menos, uma vizinha, comentou comigo que ele deixava ela trancada no banheiro e ia pro bar, eu tava indo trabalhar, eu trabalhava no terceiro turno, quando eu cheguei na empresa, na época era a Seara eu comentei com meu supervisor, porque ele percebeu que eu tava muito distraída e eu tava lidando com faca, eu trabalhava na sala de corte aí eu me abri com ele, e ele me ajudou. Ele chamou o conselho, a polícia e viemos, e realmente, minha filha tava trancada no banheiro, sozinha, e ele tinha sumido, então, o policial conseguiu arrombar a porta, eu tirei ela e aí tive a coragem de denunciar os maus tratos, e lutar pra ter uma vida diferente. Mas, então, na época ainda também descobri que ele tinha uma outra e nem ela sabia. Trabalhava comigo e nem ela também sabia. Me separei, ele não aceitou a separação, tentou me matar e, inclusive se não fosse pelo meu irmão ele teria matado a minha filha. Meu irmão saiu esfaqueado porque ele se meteu na frente da minha pequena, e desde aí então tive a iniciativa de mudar de vida, não, não ficar... Apenas ah, que eu não posso, eu não consigo, dois meses depois eu descobri que tava grávida da minha segunda filha, que hoje graças a Deus já tá grande, com nove anos. Hoje em dia eu posso dizer, que mulher nenhuma é obrigada a viver submissa de ninguém. Então, se acontece isso, lute pra mudar, lute pra ter uma vida diferente, ser alguém na vida, que é o que eu estou tentando aqui no CEJA agora, procurar os meus sonhos, ser, ter, obter.

Eu estudei até o quinto ano, a partir daí a gente teve que parar pra trabalhar, que minha mãe nessa época já era desenganada dos médicos, parava mais no hospital do que em casa. Então, fui pra São Paulo, trabalhe até meus dezoito anos lá pra poder mandar dinheiro pros meus pais. A partir daí, depois que eu conheci o meu ex não conseguia nem mesmo mandar mais dinheiro pra eles, então na verdade não foi nem por falta de querer estudar, foi por ter que trabalhar, então não tinha opção ou trabalhava ou trabalhava.

Eu até tentei estudar lá em São Paulo, mas como eu não tinha histórico escolar, meu ex-esposo não me deixava visitar os meus pais pra conseguir esse histórico escolar então eu não consegui, depois já veio a minha pequena e fui trabalhar. Comecei a trabalhar cuidando de senhor e senhorinhas idosas, era na chácara que a gente morava e acabou que não deu.

Desde os sete anos a gente trabalhava meio período a gente trabalhava e à tarde a

gente ia pra aula. Quando a gente passou pro quinto ano, meu pai deduziu que mulher não precisava de estudo, porque não ia trabalhar, porque ia ficar dependente do marido, acho que nem ele imaginava o quanto isso ia prejudicar a gente no futuro.

Na época, a gente ficava meio assim, por ser criança, não entender muito da vida, mais no fundo no fundo a gente tinha que ter batido o pé. Só que, digamos assim, aqui não pode, aqui tem lei, não pode bater em criança, mas lá ou você obedecia ao pai ou apanhava. Então, você não tinha essa alternativa e procurar algo diferente, a única que fez até o terceiro ano, foi a nossa irmã mais nova, porque a gente bateu o pé e deixamos ela na escola, porque ela era menor e era doentia, então a gente conseguiu enrolar meu pai. Hoje ela tem o terceiro grau completo, mas nós até o quinto, mas ainda a gente tem o quinto ano, os meus irmãos homens, mais velhos, não sabem escrever o nome, ou seja, não tiveram nem como ir pra escola pelo fato de morar longe da escola. Hoje, quem tá tentando ensinar eles são as esposas.

Eu sonhava o que ainda continuo sonhando até hoje e vou correr atrás, pelo fato de muitas vezes eu estar muito envolvida e morar mais com senhor e senhorinhas idosas que a gente trabalhava na casa deles então eu sempre sonhei em ser psicóloga. Então, hoje eu tô correndo atrás disso. Não vou desistir do meu sonho, um dia eu chego lá. Atualmente eu trabalho com pessoas, exatamente por gostar de trabalhar com elas. Então, eu sempre brinco que eu não trabalho eu me divirto. Pra mim, semana, mês, anos passam num piscar de olho, eu sou vendedora de Tri Mania, trabalho todos os dias de terça a sábado, porque na segunda-feira, ninguém é de ferro né?

Eu moro com meu marido, meus três filhos e meu irmão. Graças a Deus todo mundo se ajuda e funciona, se não... Já estamos juntos a oito anos, agora temos um filho de dois anos e nove meses, mas graças a Deus, o pesadelo que eu vivi antes, hoje vivo num paraíso. A grande maioria do erro das mulheres de hoje em dia é acharem que, é ruim com ele, pior sem ele. Mas, estão completamente enganadas, acho que se você quer mudar de vida, acho que você tem que pensar muito bem, primeiro que tinha duas filhas mulher, então sempre brinco até hoje, que primeiro ele teve que gostar das minhas filhas pra depois gostar de mim. Graças a Deus, as minhas filhas chamam o padrasto de pai.

Quando eu vim embora de São Paulo, ele veio atrás, eu acho que se eu tivesse ainda em São Paulo, eu estaria vivendo o mesmo pesadelo, porque era eu e Deus e mais ninguém. E as minhas filhas que é a primeira coisa que ele ameaçava, não era apenas a mim, era minha filha e meu pai ele ameaçava. Então, querendo ou não, a gente é nova, meio besta, não sabe que bastava eu fazer uma denúncia, mas essa informação eu não sabia, só vim saber aqui em Jaraguá que isso era crime, não poderia estar acontecendo.

Eu não poderia dar um abraço no meu irmão que brigava com ciúme. Muitas vezes, ele tinha ciúme da própria filha, isso não era ciúme, era doença, quem ama cuida, quem ama não bate, quem ama não agride. Então, ali é obsessão, não acho que era amor, sob hipótese nenhuma.

Voltei a estudar por incentivo do meu atual marido, porque um dia a gente conversando, eu falei pra ele que eu tinha um sonho, ele me incentivou. Na verdade, eu nem sabia que existia o CEJA, se podia voltar a estudar. Aí ele me trouxe e me ajudou a fazer minha matrícula. Na época ainda faltava o meu histórico escolar que a gente pegou num final de semana, fomos no Paraná buscar. Então, por incentivo dele, as vezes se precisar lavar, passar, cozinhar, ele faz. Eu trabalho na parte do dia na rua, à noite venho pra escola. Só volto pra casa à noite. Então, quando eu

chego em casa, tem janta pronta, tem casa limpa, tem roupa lavada, então nesse quesito ele me ajuda bastante.

Muitas vezes, tá tão focado nos problemas que esquece que basta uma opção, basta querer pra ser diferente, então nesse quesito eu acho que voltar a estudar e querer tentar, se há algo diferente na vida, eu devo ao meu atual esposo, nesse quesito, olha me incentiva bastante.

Eu gosto daqui do CEJA. Em primeiro lugar, saber que somos todos iguais aqui, sem distinção, se é novo, se é velho, todo mundo é tratado de uma forma legal, fazendo um igual pra todo mundo, então isso que eu gosto daqui. No começo, eu confesso que fiquei meio assim... aí, será? Então eu descobri que até gosto de xadrez, coisa que eu nem sabia, nem o que era rei, o que era cavalo, então, até o meu professor brig..., vem cá, vem comigo, porque ele era o único que jogava comigo, eu não sabia nada, então o que eu tive dúvida, eu pesquisei em casa, agora eu tenho internet em casa, fui, estudei, estudei, e chegou no final na aula de Educação Física eu mostrei que tinha uma pesquisa, eu fiz uma pesquisa, escrevi, ele acabou pegando essa pesquisa e passando pros outros alunos. Então, isso foi o legal de tudo, ali na verdade o mais é raciocínio e você jogar na hora certa, saber a hora de jogar, então nem eu sabia que eu ia gostar do xadrez. Então isso foi muito legal, sem contar os amigos legais que a gente leva pra vida toda. Muita gente, às vezes, se fecha pro mundo, vem pra escola por vim, acho é uma questão de querer de si próprio, se você vem pra arrumar, estudar, pra ter bons amigos, você vai estudar e vai ter bons amigos. Acho que dar, principalmente dar um bom exemplo pros meus filhos pra que sigam em frente, para que nunca desistam no primeiro obstáculo é o mais importante em ter voltado a estudar.

Tenho três filhos, uma tem onze anos, que é a mais velha, a do meio tem nove, e o meu caçulinha, o pequenininho.

Eu acho hoje em dia tem bastante oportunidade para as mulheres, o que falta na verdade é a pessoa tá capacitada pra exercer a função. Eu sou uma delas, e, gostaria hoje de tá formada, infelizmente tô aqui procurando me capacitar pra chegar lá na frente.

Eu já fui ganhadora duas vezes, graças a “Tri Mania” inclusive até saí do aluguel, investi, dei de entrada na “Caixa” e financiei. Em 2007 e 2008, eu fui ganhadora como cliente contemplada da “Tri Mania”. Então, comecei primeiro ganhando e agora como vendedora com muito orgulho. Posso ficar muito feliz, porque justamente já entreguei sete prêmios. Eu sempre brinco com meu cliente, com muito orgulho eu posso dizer que já ganhei nove vezes na “Tri Mania”, porque, quando as pessoas ganham, eu também ganho,

Uma semana depois que eu desisti de tudo que eu tinha já na Ilha da Figueira pro pai das minhas filhas, saí com uma filha nos braços e outra na barriga, isso foi no sábado. Na sexta, eu assinei perante o juiz, no sábado eu comprei a “Tri Mania”, no domingo eu ganhei, comprei uma nova casa, não vou mentir que eu estou pagando ainda, fui a servente pra poder construir, mas..., eu tô na minha casa, não me arrependo.

A minha mãe foi sempre aquela cabeça aberta, sempre foi assim. Infelizmente agora fez dois anos que perdi minha mãe. Antes dela falecer, ela me fez jurar que eu jamais iria desistir. Então, mesmo sem precisar nem prometer pra ela, eu já não iria desisti, prometendo, agora que eu não desisto mesmo, ela sempre usou esse termo, você nunca desista antes mesmo de tentar, porque você não vai ouvir de uma pessoa o que você não é capaz de chegar lá sem ao menos você ter tentado.

Eu trabalho aqui no “Grid”, posto de gasolina, tem a banca, monto, no Grid! O

gerente me autorizou a trabalhar ali, então a gente tem uma barraquinha, a gente monta, bota mesa, cadeira, e sempre brinco, tem vendedor que põe cadeira pra eles, mas esquece do cliente. Mas o principal é o cliente, tem que tá sentado pra trabalhar, pra ele preencher a cartela dele.

Acho que muita coisa mudou depois que voltei a estudar, acho assim até meu modo de falar mudou, porque a gente acostuma fala o “caipirês” puxa muito o R. Falava as palavras erradas, pelo fato de ter voltado a estudar até isso mudou, porque a gente aprende a ter uma nova postura, aprende a falar diferente, principalmente falar certo, não errado, que muitas vezes a pessoa escuta falar errado fica quieto por educação vai embora e vai rir depois, então nesse quesito me ajudou bastante.

Na verdade, não nasci aqui no Brasil, vim pro Brasil, acho que até sem documentação, até porque minha documentação é brasileira, eu vim do Paraguai com sete anos, uma coisa assim que me marcou muito hoje...

Eu sou “uma” Brasiguiaia, claro com documentação brasileira, graças a Deus, né. Então, eu lembro assim, uma coisa que me marco muito, que era a época dos professores que eles usavam aquela régua grande assim, ele não incentivou a gente a ensinar o que a gente sabia uma língua diferente pros colegas. Pelo contrário, se a gente falasse um “a” em espanhol, ele botava a gente de castigo, então isso foi o que me marcou bastante. Naquela época, eu lembro que teve uma vez que a gente morava no interior e a escolinha que ele dava aula era no interior também, eu lembro que uma vez veio o pessoal do conselho da educação, veio fazer uma vistoria na escola, e ele tinha mandado fazer uma conta no quadro de dois números na chave, e eu nunca tinha feito a conta, e eu não sabia fazer, e ele me deu uma reguada no braço e acho que ele nem percebeu que ficou marca, aí a guria do conselho perguntou o que eu fiz, como eu era criança, tinha os meus oito, nove anos, eu comecei a excomungar, foi o professor que bateu, eu lembro que meu pai me deu uma surra em casa porque o professor era o amigo dele e acabou que fecharam a escola. A gente na verdade não aprendia nada, porque a gente ficava tão apavorado com o professor que a gente não estudava porque quando tu pensava em fazer algo, ele chegava perto, a gente paralisava geral, não era só eu, eram todos alunos da sala, mas nós principalmente, eu, a minha irmã mais nova do que eu e a outra mais velha pelo fato de não saber falar o Português, só o Espanhol. Então, eu lembro que a gente depois passamos a pegar um ônibus, porque a escola passou a ficar longe, mas lá as prefeituras têm disponível um ônibus, tem de manhã e à tarde, só não tem à noite, é pelo fato de ser interior. Então, manhã e tarde tinha ônibus pra ir pra aula, a gente passou a estudar. Eu peguei uma professor a que nunca mais eu vou esquecer dela. Ela era um amor de pessoa, ela teve aquela felicidade de incentivar a gente a passar pras pessoas o básico do que a gente ainda, o pouco que a gente lembrava do Espanhol, ensinar os coleguinhas, e os coleguinhas ensinar a gente a falar o português, então quando a gente falava errado o Português, era motivo até de todo mundo rir feliz, foi onde a gente aprendeu ler, escrever.

Eu vim do Paraguai com sete anos, lá não existia escola, por isso meus irmãos mais velhos não sabiam nem escrever o nome, não existia escola, só numa cidade chamada Catuete Paraguai.

Sáimos de lá pela violência, meu pai abandonou tudo que tinha lá, talvez seja até por isso que aqui no Brasil ele entrou em depressão, por que ele tinha muita, tinha mais de cinquenta alqueire de terra, tinha trator, tinha plantação, tinha tudo então, quando o pessoal começo a invadir terra, a matar os agricultores, meu pai se sentiu acuado, primeiro mandou meus irmãos pra cá pra morar com meus tios e só depois

com o tempo ele conseguiu juntar mais dinheiro pra tirar a gente que era pequena e minha mãe de lá. Então, às vezes, a gente pensa, que meu pai era ruim, mas a gente não para pra pensa o que ele sofreu antes, então a opção que ele teve que fazer na vida, tanto é que até hoje mora de favor, sabendo que tem horrores de terras lá.

Meu pai só falou que é pra mim lutar pelo que eu quero, porque da forma que ele pensava antes, hoje o mundo tá mudado. Segundo ele, é pra mim correr atrás do que eu quero, mais digamos assim, tios, tias eles ainda tem aquele pensamento que, é ... tá muito velho pra voltar pra escola, que você não é capaz, então eu optei em não falar pra mim exatamente não tá botando a gente pra baixo então, eles só vão saber quando eu mandar o convite de formatura, antes disso não.

Na época do meu pai, que eu sai, eu sai de casa também por ameaça dele, por um fino que nem hoje graças a Deus eu não tenho mais cicatriz no meu pescoço, mas minha irmã quem me socorreu, meu pai tinha depressão foi onde denunciei ele que ele teve que aceitar tratamento, graças a Deus, hoje ele é um... Posso dizer que tenho um pai de verdade em casa, que ele é um amor de pessoa, mas na época, ali por talvez por ele ter que pesar acho, bastante ele sabe tudo que ele tinha, e que hoje, até inclusive hoje, vive de favor. Então, acho que pesava mesmo, que acabou entrando em depressão em saber tudo que ele tinha e abandonou, claro optou pela vida dos filhos, mas querendo ou não acho que isso com o tempo pesa. Então, graças a Deus, claro ele sabe que fui eu que denunciei ele que tive coragem de denunciar, mais no fundo no fundo, talvez se ele não fosse o pai maravilhoso que ele é hoje acho que eu não me perdoaria por ter denunciado o próprio pai à justiça pra ele aceitar tratamento, porque ele agredia a minha mãe, não era só a gente era minha mãe, a gente nem podia falar dentro de casa então, nesse quesito ao mesmo tempo que eu fico triste por ter que fazer isso com meu pai, ao mesmo eu fico aliviada por eu ter conseguido fazer isso, que talvez se eu não tivesse pedido socorro, não é apenas denunciar eu acho que é um pedido de socorro, talvez isso estaria acontecendo até hoje, mas graças a Deus ele... Hoje eu posso dizer... A minha irmã mais nova até fez até o terceiro grau exatamente, porque antes disso ele teve que aceitar tratamento, minha mãe não formalizou a queixa dela, minha mãe não teve coragem de denunciar, foi só a minha queixa como filha, mas graças a Deus ele foi nos últimos, nesses últimos dez anos ele foi aquele pai exemplar.

Do Paraguai eu lembro muita pouca coisa, eu lembro assim só no dia que eu vim embora, vagamente assim que eu lembro que a gente estava numa balsa, tinha um banco de madeira, tinha um suporte que a gente vinha passando a mão na água, isso vagamente eu lembro assim de lá, não sei se talvez eu fosse muito ruim ou bom sei lá, eu não lembro, de lá eu não lembro muita coisa.

Quando fiz a denúncia da agressão do meu pai, eu tinha meus catorze anos. Foi a época que eu saí de casa, porque ele tentou na verdade tirar minha vida. Ele falou que Deus, falou..., meu pai estava tão em depressão que ele falou que foi Deus que pediu pra ele sacrificar um filho, vê se pode isso, né? Ele falou que Deus veio em sonho pra ele, falou em sonho pra ele, que ele tinha que sacrificar um filho então, infelizmente eu fui a escolhida, eu era a única a estar dormindo até mais tarde, tenho uma irmã mais nova do que eu, que tem magoa do meu pai, porque foi ela que me socorreu, até inclusive ela agrediu o meu pai, pra que o meu pai não me matasse de verdade, mas eu não tenho magoa dele, assim...

Eu tava dormindo, ele ia me... Passar o facão no pescoço, eu não ia saber do que eu ia morrer. Aí, minha irmã achou estranho porque ele veio na porta, olhou, olhou, entrou pra dentro de volta e ela estava tratando os bichos, eu não estava bem,

estava gripada, e tinha machucado minha perna então eu estava ardendo em febre, na verdade na cama, aí ele foi e tentou me sacrificar e segundo ele, em sonho Deus pediu pra ele, mas na verdade, acho que ele estava tão depressivo que ele falava que ouvia vozes, que alguém xingava ele, sendo que estava todo mundo quieto dentro de casa, não abria a boca nem pra falar, de medo de apanhar dele. Então, na época assim, me lembro que foi bem tumultuado, eu fui morar com uma senhorinha, infelizmente ela faleceu, Dona Castelácia. Eu passei a trabalhar com ela, que ela tinha problemas de coluna, aí meu nono fez um banquinho, é o nono que eu conheço, infelizmente os dois já faleceram, este foi o avô e avó que a gente adota. Não é assim aquele de sangue mais era aqueles de coração, porque meu avô e minha avó antes de eu ter nascido a vinte e dois anos atrás, antes de eu nascer eles já eram falecidos, que morreram bem cedo. Também meu avô de parte de meu pai também morreu do coração, ele caiu duro morto, e meu pai poderia ter acontecido a mesma coisa se não tivesse denunciado. Ele teve que aceitar tratamento, ele poderia a qualquer momento dar um derrame, porque tinha vez que ele chegava a ficar assim sabe? Ninguém entendia nada, aí todo mundo, vazava todo mundo, não ficava um dentro de casa, e quem muitas vezes ficava pra traz era minha mãe pra tentar defender a gente onde acabava apanhando. Aí, nessa época eu lembra que foi quando ele tentou tirar minha vida alegando que Deus tinha pedido isso pra ele. Foi por incentivo dessa senhorinha que me incentivou a procurar a justiça, ela foi comigo fazer a denúncia. Confesso que na hora eu travei. O pessoal lá, tem o jeito deles de fazer a gente falar, aí eu falei, eu contei o que tava acontecendo e foi aonde a justiça, na mesma hora, foi na casa, encontrou minha mãe toda marcada, toda batida, foi levada pro hospital, porque daí como ele não conseguiu me matar, ele tentou matar minha irmã, minha mãe, foi onde minhas irmãs interferiram também e apanharam um monte, daí ele teve que aceitar tratamento...

Esse meu irmão que mora comigo é o exemplo de pai que a gente tem, quando a gente precisava de alguma coisa, um trabalho de escola, ir pra assinar alguma coisa na escola ou na reunião era ele que ia. Foi esse o exemplo de pai que a gente teve, tanto é que hoje ele está morando comigo, a gente fala que... Que eu estou retribuindo pra ele o que ele fez pra gente, não tivesse ele como exemplo de pai, que tipo de ser humano a gente seria hoje, além de ele ser um irmão, de ser o irmão mais velho, ele assumiu o papel de pai, que meu pai eu lembro tinha uma... Eu tinha os meus... Oito pra nove anos... Eu lembro que ele sumiu uma época, ele ficou mais ou menos dois anos sumido, ninguém sabia pra onde ele ia, já era por causa da depressão, aí apareceu seco, magro e velho, coitada da minha mãe aceitava, sumia no mundo e depois voltava, eu lembro que essa foi a última vez que ele sumiu e voltou dois, três anos depois, sempre continuava, ele melhorava, ganhava peso, voltava a poder caminhar direito e aí voltava a agredir minha mãe, a gente, e meus irmãos aguentavam tudo calado. A atitude que devia ser deles de defender a família, não faziam por amor ao pai, por ter medo de machucar ou se culpar pro resto da vida, mas como eu estudei até o quinto ano, a professora falava, não podia agredir, não podia isso, não podia aquilo. Então, ali a gente já tinha um pouquinho mais de informação e foi onde eu tive a coragem de denunciar. Me culpar, por mais que a gente fale que foi por algo de bom, a gente se culpa, mas a gente vê o lado bom também, se eu não tivesse feito, o que seria de nós, talvez nem até o quinto ano eu teria estudado, porque eu estudei até o quinto ano, fiz dos meus... Eu fiz o supletivo, que lá no Paraná eles faziam mais rápido, então até o quinto ano, que ele tirou, me tirou da aula quando a gente passou pro quarto, então ainda consegui e até o quinto ano, não tinha nem feito o quarto pra passa pro quinto, então em um ano eu fiz duas

séries. Daí foi onde tive que trabalhar, aí tive que parar de estudar, não fui eu a única, foram minhas irmãs também, mais não... Tem uma irmã que nem eu estava te dizendo, que ela até hoje ela tem rancor do meu pai, mas sempre falo pra ela, ela não deve ser assim, quer queira quer não, ele é nosso pai, então você tem que perdoar e seguir em frente. Hoje é ela que tá tomando conta do meu pai. Eu creio que tenha superado isso, eu espero que sim. ("Maria Rosa")

MARIA AÇUCENA

"Lá no Paraná, no interior a gente falava só em alemão em casa. Pra ir para escola foi bem complicado, até aprender o meu nome foi assim, na época não era bullying. Então, assim era bem complicado por que na minha cabeça ele era um nome de homem, masculino. Lá no Paraná a escola colocou um falso acento no meu nome, pra diminuir, porque eu fugia da escola, eu chorava porque tinha dificuldade de dominar o Português e o nome, e assim me constrangia muito, aí depois a gente cresce, não tem jeito a gente é chamada pelo nome em todos os lugares, trabalhando como vendedora precisava usar meu nome, hoje eu gosto, assim acho meu nome diferente e forte, adoro ele, não trocaria jamais e assim me resolvi com meu nome. Mas, lá no Paraná quando eu vou pra lá todos me chamam pelo meu apelido, mas aqui eu assumi e gosto muito dele.

Com seis anos, comecei a ir pra escola. Com seis anos, que na época não existia acho que o pré, o jardim não sei como chama, era a primeira série.

Então fui pra primeira série até oitava série, em noventa e dois eu me formei e comecei o ano passado aqui no CEJA pra fazer o segundo grau, na época a gente morava no interior, a nossa escola só tinha até a oitava série na cidade, até tinha transporte também, o custo era baixo até meus pais teriam condições. Mas, por ser interior, por ser mulher, né? Então meu pai e minha mãe achavam assim que não havia necessidade de mulher estuda, pensamento deles porque minha mãe fez só o primeiro ano, a primeira série no caso, e meu pai também não teve estudo, eles mal sabem escrever o nome deles, sabem ler alguma coisa, mais falam muito em alemão, até hoje a gente vai lá eles falam é...a gente conversa só em alemão. Então, assim por esse motivo que eu não estudei. Agora estou estudando pra passar tempo mesmo, e também pra ajudar meus filhos, que eu vejo que é importante.

Eu gostava muito de estudar, eu era sempre participativa, gostava muito de jogar vôlei, de jogar... Educação Física, nas tarefas também, de todas as matérias, sempre me saia bem, não era a melhor de notas, mas também sempre tava entre elas, porque a gente sempre fazia sempre Sete de Setembro e eu lembro que todos os anos eu entrava... Na turma da liderança ali, os melhores de nota iam com uma camiseta da escola, então tinha na frente assim um pelotão ali, eu não sei como é que a gente chama que os melhores de nota a escola dava a camiseta, eu nunca era uma das melhores, mas, sempre ficava junto com os melhores ali, assim sempre tentava fazer o meu melhor em todas as, as matérias, então minha dificuldade sempre foi e ainda é o Português, porque a gente fala muito o Alemão. O meu sotaque puxa muito, agora ainda misturo com o Catarinense então ficou bem difícil, mas, a minha escrita assim eu tenho dificuldades nos erres, tanto na pronúncia como na escrita. A professora está tendo um pouco de trabalho comigo, mas diz ela que eu vou conseguir aprender.

Eu reprovei só um ano, porque eu tive amarelão e eu tive assim... Como é que eu vou falar, minha menstruação muito cedo com dez pra onze anos, então nesse período eu fiquei doente, porque eu era muito pequenininha, muito fraca, aí deu

amarelão, deu uns problemas assim, destronei meu braço, aí por faltas é que não... eu tive infreqüência. Os professores sabiam que meus pais iam me tirar da escola e a sétima série eu refiz pra ganhar, até pelos professores, um ano a mais na escola, então foi assim até uma estratégia da minha professora, uma ajuda assim pra eu poder estar ali, pra eu poder aproveitar mais, como eu gostava muito de ir, então me lembro disso, e outro fato também é... Eu escrevo com a mão esquerda, tudo eu faço com a mão esquerda, crochê, tudo, tudo, tudo, até cumprimentar as pessoas, quando eu me vejo levei a mão esquerda, dou uma disfarçada, vou com a direita, então é assim, porque eu acho que é a cabeça, né? Minha mão direita as vezes no trânsito eu tenho que prestar atenção porque se eu for dar uma informação eu acabo mandando a pessoa pra esquerda, mas pra mim ela é a direita, a minha mãe não aceitava, ela me deixava de castigo, chegava a amarrar minhas mãos pra traz... assim pras costas, e mais, não teve jeito, e eu tenho quatro filhos e três deles são canhoteiros também, escrevem e jogam bola, fazem todas as atividades assim com a mão esquerda. Então, isso eu me lembro que eu também tive muitos problemas com a mão também, mais hoje eu tiro assim como... É... Aprendizado acho que foi engraçado a gente recordar e lembrar dessas situações, né? Eu conto pras crianças eles falam: – Mãe, mas por que, né? Não sei na cabeça da minha mãe ela achava que era muito errado ser diferente na questão da mão ali, mas meus filhos eu falo pra eles: – Olha, se fosse eu na idade de vocês, estariam com a mão amarrada, estariam assim, eu brinco com eles, mas hoje em dia minha mãe, ela acabou concordando, depois viu que não tinha jeito, que era uma coisa que eu acho que nasceu junto comigo, mas isso é engraçado.

Lá no interior a gente trabalhava com agricultura, feijão, fumo, soja, milho, mas o mais era fumo mesmo, plantação de fumo, a gente plantava muito fumo, desde pequenininha, sempre... Eu ajudava a tirar leite também, hoje eu moro de novo no interior, mas a gente não tem assim, só tem algumas galinhas, algum cachorrinho, alguma coisa assim, a gente não vive da agricultura, mas, eu cresci na agricultura, plantando desde pequenininha. A gente já plantava o fumo, esparramava a muda, depois na colheita, na capinagem, aí tinha a enxada menorzinha com o cabo menor, mas a gente já ia também, mas arrancava com a mão do que capinava, mais tava ali trabalhando, aprendendo. Gosto muito, acho que foi muito boa a minha infância, a gente brincava, trabalhando mas brincava, diferente de hoje em dia que é mais internet, celular essas coisas, então eu moro no sítio, faço meus filhos subir em árvore eles caem se ralam. Eles têm uma vida assim de interior como eu tive, a gente também às vezes vai lá plantar verduras, uma alface, alguma coisa, boto eles pra capinar as vezes à frente de casa. Eles ajudam, então assim a gente tentar fazer alguma coisa que a gente fazia quando criança.

Era meio período na escola e o restante na roça, tinha que ir, eu não gostava muito dos afazeres domésticos, então eu preferia ir pra roça, porque pra lavar roupa, eu era pequenininha, fraquinha aí não tinha máquina, aquela roça lá no Paraná é uma terra diferente daqui, é uma terra vermelha, eu cansava muito, eu não gostava de lavar roupa porque tinha que lavar na mão e a gente não trocava todo dia a roupa, você tinha sua roupa de roça que você usava praticamente a semana toda, então era assim, e eu pra fugir de lavar roupa, de fazer comida, eu preferia estar na roça mesmo, me empenhava bastante pra eu pode estar lá e não precisar ficar em casa. Ficar em casa era tipo de castigo pra mim.

A gente é quatro irmãos, eu tenho um irmão que tem cinquenta anos, uma irmã com quarenta e seis, aí eu com trinta e oito e mais um irmão com trinta e quatro, são dois meninos e duas meninas.

Quando parei de estudar, chorei, chorei muito, mais não teve jeito. Aí, depois namorei, arrumei um namorado, que a tendência era namorar e casar. Meu pai é alcoólatra, sempre foi e ainda é. Então, queria sair de casa, porque quem convive com alcoólatra, sabe a dificuldade que é, mas aí fiquei grávida, não tive apoio nenhum do pai do meu filho mais velho é... Tive ele com dezesseis anos. Fiquei mamãe, então assim, aí meu filho nasceu com uma deficiência no pé, que isso chama pé torto congênito. Quando ele nasceu, eu ainda tinha esperança do pai dele assumir, porque os pais dele eram vizinhos da casa dos meus pais, de terra ali, dava uns dois quilômetros, mais era o segundo vizinho, porque no interior os vizinhos são longe, daria uns dois quilômetros, eles ainda moram lá... Só que não assumiu, aí como eu era menor, o meu pai queria o dinheiro da pensão e eu até coloquei o processo na justiça, o meu filho nasceu, com problema no pezinho, quando ele tinha um ano e meio a gente conseguiu pelo SUS fazer a cirurgia dele que foi em Curitiba no hospital Angelina Carom, ali próxima a São Paulo, já quase na divisa, já é Campina Grande do Sul, já é um município mais é metropolitana de Curitiba. Então, ele já tinha um ano e meio mais ou menos quando ele fez a cirurgia do pezinho. Aí, um dia, depois eu tive a iniciativa de conversar com o advogado. Aí, a minha mãe me deu cobertura e eu consegui tirar o processo do advogado, justifiquei pra ele que esse dinheiro não ia ser pra mim, que eu não queria o meu filho assim envolvido com o caráter do pai dele, porque se ele tivesse caráter ele teria assumido meu filho, e que eu ainda era nova e queria constituir uma família e que então assim eu não queria ter o nome ali, eu não queria assim que meu filho fosse passar férias, aquele período que a justiça obriga, porque eu tinha uma amiga e ela tinha graves problemas. O menino já tinha quatro anos ia pra casa do pai, voltava revoltado. Então, eu não queria viver isso, aí a minha mãe me ajudou, o advogado entendeu, mas quando eu completei dezoito anos, meu pai descobriu, eu tive que sair de casa, eu saí de casa com meu filho, minha mãe ficou doente, também porque ela era muito apegada com ele, ele já tinha três aninhos, então assim, a gente o dividia, um pouco ficava com a minha mãe, um pouco comigo, eu não podia sair muito longe, mas eu casei, era o meu sonho, casei aí depois eu tive uma filha. Hoje ela tem dezessete anos. Então, o que tem vinte e um anos, o meu marido não aceitou deixar meu filho com o meu pai, ele foi morar com a gente, até mesmo o medo que o meu marido tinha talvez meu pai viesse falecer e antes disso deixar assim o ensinamento ali da bebida, hábitos, costumes, aí influenciar meu filho ficasse um adolescente e viesse morar com a gente seria mais difícil. Então, ele sempre, assim, ele quis que a gente criasse junto, chama de filho, considera como filho então eu tive a menina que hoje já tem dezessete anos. Ela nasceu em noventa e nove, o meu filho, depois em dois mil e quatro e dois mil e nove, outro menino, tenho quatro filhos, e o meu filho mais velho hoje se eu falasse assim: – Vou separar do meu marido, acho que ele ficaria contra mim a favor do meu marido. Então, meu sonho, ali valeu a pena, consegui constituir minha família, e com toda essa filharada eu não pude estudar antes, voltei só agora mesmo pra escola, porque até pela distância, eu moro doze anos ali em cima do Rio Cerro Dois, que é longe e com eles pequeninhos é mais difícil, a minha sogra mora pertinho da casa ali, mais ela não cuida de neto de nenhum, porque tem muitos netos, então ela fala: – Tem muita criança pra eu cuidar, se eu cuido de um é porque eu sou puxa-saco, então eu não vou cuidar de nenhum. Cada um se vire com seus filhos. Então, agora eles tão grandinhos, meu marido também tá me dando esse incentivo, aí voltei agora pra escola e até mesmo por mim mesmo, e recomendo, estou tentando trazer quem eu consigo que eu sei que não tem segundo grau ou até mesmo o primeiro, eu não sei se vou pra uma faculdade ou

não, tenho vontade, mais assim não sei se vou conseguir, por causa do marido e família tudo, mais assim ainda tenho assim o pensamento, desperta, a gente vê que é capaz, né? Aí eu tô vendo que as minhas notas tão sendo melhores do que eu esperava também, pelo tempo de eu estava morando no sitio, eu não trabalho fora, então você não convive no dia a dia com pessoas, sem contato tudo é mais difícil, você volta todo o desempenho, a gente vê o pessoal aqui na escola, assuntos, você pensava..., eu pensava assim, nossa eu não vou saber o que conversar, o que fazer, como é que eu vou fazer amigos, porque eu não trabalho fora tudo, mas não, está sendo assim, bem ao contrário, e as coisas vem assim, parece que eu consigo me relacionar com todo mundo, não tive nenhum problema na escola assim, com os professores, assim está sendo muito bom mesmo, uma experiência maravilhosa pra mim com essa idade.

O meu pai e minha mãe me apoiaram quando eu tive meu filho, só a questão financeira mesmo, o meu pai não aceitava, ele queria aquele dinheiro, mas eu em momento algum eu quis, e não me fez falta então eu sempre falo pro meu filho, ele não sabe, ele sabe da verdade, ele sabe onde o pai dele mora, ele conhece os avós dele, só o avô dele que é vivo, a avó já faleceu, mas eles, o meu filho é o “Xerox” da família dele, ele o pai dele, o avô dele é incrível, como é que a gente fala? Aparência, fisionomia, é muito a gente vê que são deles, que tem traços, só que eles nunca procuraram pelo meu filho, nunca, nunca procurou nem avô, nem avó na época que ela ainda era viva, nem tio nem ninguém, nunca procuraram por ele, ele até uma vez tentou conversar com o pai dele, se encontrar mais ele viu que ele não queria nada com ele, aí ele desenganou, não foi mais atrás, acho que era uma curiosidade que todos, que todo filho tem, então ele conversou com o pai dele tudo pela internet, o pai dele mora no Rio Grande do Sul. Pra ele ter certeza do que eu, falava e falo pra ele, desde pequenininho eu sempre falava: – Ó, teu pai não quis você mais o meu amor é tanto por você e meu marido também sempre falava que era pai. E ele chama meu marido de pai e meu marido chama de filho, educa como filho, meu sogro, minha sogra, chamam de neto, meus cunhados chamam meu filho de sobrinho, ele cresceu e entre os sobrinhos de sangue o meu filho se destaca, porque os outros pararam de estudar, o meu filho não, ele continuo, ele o ano passado podia ter formado na faculdade mais deu uma vaciladinha e saiu da faculdade no último semestre, agora ele queria voltar começo do ano, ele não pode, ele só pode meio do ano ai final do ano ele vai conclui a faculdade de Logística, e ele se arrepende muito de ter parado, e pro ano que vem a minha filha vai pra faculdade que ela está no terceirão e há a possibilidade de eu também acabar este ano o Ensino Médio, aí o ano que vem... Eu brinco com ela, a gente vai pra mesma faculdade.

Quando saí da casa dos meus pais, fui pra cidade de Marechal Candido Rondon que também é no Paraná, próximo de Guaíra eu tinha conhecidos que moravam lá, era difícil sair de casa, no interior, pouco estudo e com filho pequeno, então lá eu conseguia trabalhar durante o dia de doméstica e a noite eu consegui creche através da ajuda dos meus tios, e a noite eu ficava na casa deles, mas ai não consegui adaptar muito, porque eles eram mais velhos e não conseguiam com criança, mesmo o meu filho sendo quietinho tudo, assim não deu muito certo, eu fiquei quatro meses lá, aí eu levei o meu filho de volta pra minha mãe, ele ficou um mês com a minha mãe aí eu fui pro Paraguai, e no Paraguai eu tinha também um tio que morava lá, lá eu conheci o meu marido atual que também é brasileiro, mas eles, ele tem dupla nacionalidade, ele tem todos os documentos paraguaios, o meu sogro tinha terras lá no Paraguai então eles tinham identidade tudo, habilitação tanto

brasileira quanto paraguaia, então a gente ficou lá por um ano, depois eu vim pro Brasil, aí a gente foi pra Blumenau, morei dez anos em Blumenau, já estou doze anos em Jaraguá que vai pra dezenove anos que a gente tá casado agora.

No Paraguai, quando eu fui pra lá eu fui trabalhar numa panificadora, trabalhei um período nessa panificadora, conheci o meu marido, a gente namorou depois a gente foi morar juntos, eu engravidei da minha filha, mais foi uma gravidez que a gente queria, ai foi aonde que a gente veio pra Blumenau, porque ele também já tinha trabalhado ali também, já conhecia, o meu marido ele é oito anos mais velho que eu, então isso eu acho muito bom, eu tenho ele como um porto seguro, uma pessoa madura, então eu me senti segura mesmo, e era uma pessoa o oposto do que eu vivia em casa, ele não toma, não fuma, não tem vícios, sou muito feliz realmente, como mãe, como estudante agora, como esposa, como filha também, gosto muito do meu pai, mais ele a gente não consegue ajudar, devido o lugar que ele mora, ele nunca quis vir me visitar, ele não conhece Jaraguá do Sul então a gente não consegue dar uma ajuda, porque a gente não consegue chegar até ele, a forma de criação é diferente do que eu estou cuidando dos meus filhos, a gente foi criado assim, o meu pai aquela imagem de medo sempre, ele sempre alcoolizado, você não chega e dá um abraço, e ele também nunca chegou na gente, em trinta e oito anos eu não lembro de chegar, abraçar meu pai, já é diferente dos meus filhos, a gente chega abraça, puxa a orelha, tudo assim brincando, então é uma intimidade que eu não tenho com o meu pai.

Violência física a gente não sofreu, não porque a gente ficava invisível quando ele chegava. O período que o pai chegasse, a gente fazia as nossas tarefas e a gente sabia o que tinha que fazer tratar os bichos e fazia tudo e procurava ir dormir, procurava não ficar na frente, então, ele nunca foi violento, acho que por esse motivo, mas se fosse contrariar alguma coisa eu acredito que a gente apanharia, a gente tinha mais medo. Eu nunca apanhei do meu pai, nem quando ele tava sóbrio nem quando ele tava alcoolizado, mas acho que a gente tinha tanto medo que a gente procurava, nem chegar perto, só se precisasse passar pra alguma coisa, um trabalho que precisasse fazer, mas aí ele via que a gente tava trabalhando daí ficava de boa, mas a gente criou com esse bloqueio... Cresceu com esse bloqueio, vejo meu pai assim, até meu marido estranha, porque a criação dele foi diferente. Não é que a gente não ama, eu amo ele, eu sofro por ele, eu acho que eu sofro mais por não poder chegar, abraçar, não tem como, dá até uma pontinha de inveja, uma pontinha de ciúme quando você vê, filhos da minha idade que vem abraçar pai e mãe, você não pode fazer isso, até eu vou pra lá duas vezes por ano, e na chegada ou na saída você vai ele só te alcança a mão, você não consegue, se você vai dar um abraço ele não retorna aquele abraço, ele fica travado na dele. Eu não sei o que é um abraço de um pai mesmo, eu sou a única filha que mora longe, os outros três irmãos moram perto dele.

A minha mãe já é falecida, agora já faz seis anos que ela faleceu, devido um câncer, um câncer de mama, mas eu sempre falo, eu vou lá pra minha mãe, porque eu sei que a minha mãe sempre tava lá, eu sempre falo minha mãe, minha mãe, minha mãe, parece que tem horas que ela tá comigo, então eu sinto muito a presença da minha mãe e... Mas ela é falecida já... Em dois mil e nove ela faleceu, seis anos já.

Eu cheguei a começar uma vez a estudar em Blumenau no CEJA, quando a Samanta tinha cinco, seis meses mais era muito longe também, tinha que pegar duas circulares e sempre muito cheia, aquela circular tinha que ser à noite, e eu, eu passava mal então quando eu chegava na escola e o CEJA era diferente, você estudava em casa chegava pra fazer a prova eu até eu chegava na escola tão mal,

tão mal que eu esquecia, não conseguia fazer a prova. Aí, eu me recuperava na escola, pegava dois ônibus chegava em casa tava quase morrendo de novo, então eu tinha muita náusea de lotação cheia, então eu abandonei por esse motivo. Meu marido ria, e aqui em Jaraguá mesmo, doze anos morando aqui eu semana passada eu tomei o ônibus e eu não conseguia passar o cartãozinho, que eu fiz, o passe estudantil, aí eu coloquei o passe no lugar errado, não conseguia passar, o motorista teve que me auxiliar, eu não ando de ônibus, sendo que aqui os ônibus são mais vazios assim, você consegue, mas acredito que não passaria mal é muito raro, olha aqui em Jaraguá eu andei o tempo que tinha cobrador mais agora não, se o motorista não me ajudasse eu não ia conseguir nem, nem andar, pensava na vergonha.

Por a gente morar no interior, a televisão a gente não tinha praticamente, o meu pai comprou a televisão eu tinha onze anos, mas aí faleceu minha avó, eu lembro que a gente ficou um ano sem poder assistir televisão, que os antigos ali tinham mais luto, aí depois faleceu o meu avô então era mais ligada a televisão na hora do jornal e independente da novela, pai e mãe desligavam a televisão, você não questionava. Estudar, eu estudei pouco, o estudo também era mais reservado você não aprendia muita coisa, como hoje, internet tem tudo, a escola te orienta mais, então assim eu pensava mesmo em namorar, casar, ter a minha família ali, e pensava assim que ia ficar na roça, que ia ter esse, destino, mas não, a vida me trouxe pra outros lados, eu consegui fazer minha carteira de motorista, que lá eu jamais sonharia que eu faria, então aqui em Jaraguá mesmo em Blumenau eu sempre me locomovia de carro, a gente tem nosso carro, então assim, hoje o meu pai ele fala que tem os dois filhos formados, porque tem eu e um irmão que temos carteira de motorista. Pra ele, no entendimento dele, tem setenta e quatro anos, ter carteira de motorista é ser formado, ele fala com orgulho isso sabe então a gente vê como a cultura lá do Paraná bem interiorzão mesmo, e como aqui a informação, como é diferente, então, mas não adianta discutir com ele.

Eu estou ainda fazendo o Segundo Grau, eu não sou formada e então ele pensa assim, e um irmão só que acabou o Ensino Médio os outros três não puderam estudar, pela dificuldade da nossa região mesmo, lá as minhas perspectivas de vida eram ser mãe, casar, e uma também era sair de casa, sempre pensei em sair cedo de casa por causa do meu pai mesmo, a minha mãe era muito rude, muito braba, mas acredito que era pelo sofrimento que ela tinha, que hoje a gente sendo mulher, hoje tendo uma experiência de vida a gente consegue entender, quando criança você não entende. – Ah, a mãe é braba, o pai é bêbado. Você tenta sair o quanto antes de casa, então até acho que o que me levou a ser mãe nova, mas eu amadureci muito, aprendi muito, não me arrependo de nada, tenho filhos lindos, meu filho mais velho mesmo, ele é muito lindo, eu falo pra ele que ele tem um defeito que é o olho azul, ele tem o olho azul, cor do céu, e a minha filha, ela tem muito ciúme dele, a pouco tempo eu falei pra ela, não é que ele é o preferido, eu vivi muitas coisas com ele, pela cirurgia que ele fez no pezinho, foi uma cirurgia muito complicada, a gente ficou vinte e um dias em Curitiba é... porque é uma cirurgia de pé, ali, mexeu com ossos, com tudo, então assim a minha experiência com o meu filho mais velho é uma experiência diferente, como eu tenho três meninos e uma menina, o menino ele é mais mãe, ele vem pra gente, já ela não, ela tá sempre armada, então assim ela é toda do meu marido, daí eu falo: – Ah, pois é, você é toda do pai, então eu tenho que pegar os meninos pra mim, mas assim, a minha casa é muito legal, eu incentivo, cobro muito o estudo dos meus filhos e tanto por cobrar deles aí até um, eu lembro que a dois anos a minha filha falou, ela tava no

primeiro ano, ela falo: – Ah, você acha que é fácil coisa e tal, aí esperei, pensei bastante, aí fiquei com receio não comecei, na metade de dois mil e quatorze, aí deu dois mil e quinze, tomei coragem de vir pra cá, comecei a estudar, hoje ela fala assim brincando: – É fui, agora vai acabar, vai na faculdade comigo. Mais assim eu sei que é boa, eu acredito que eu não vá fazer a mesma faculdade que ela, mas a gente brinca bastante.

Quando a minha filha era pequena ele incentivou também, mas aí eu não consegui depois eu tive outro filho, um período eu trabalhei fora, não tinha como, distância, trabalho fora, criança pequena, então não tinha mesmo como, agora ele me incentiva bastante, cobra também, esses dias eu precisei faltar duas vezes, um dia eu tava bem, aí no outro dia o meu filho tava bem mauzinho a gente estava só com um carro em casa. Mais aí eu tinha levado a meu filho a tarde na consulta, ele não tava bem, ele tava com febre eu tava de atestado também, já peguei pra garantir, como que eu ia estudar sabendo que, a gente só tem um carro, de ônibus não tinha como eu vir, eu não faltei porque eu queria faltar, então depois eu me esforcei, recuperei a matéria. Eu não vejo a hora, eu fico que nem uma adolescente, ansiosa pra vir pra escola e o meu marido me incentiva também, às vezes ele pergunta o que eu aprendi na aula. Ele também só fez até o quinto ano, acho que pra ele já é mais difícil, nós dois não podemos estudar no mesmo horário, eu acredito que ele tem vontade, mas ele tem certo receio, talvez o mesmo receio que eu tive, mas quem sabe o ano que vem eu concluindo o meu Ensino Médio eu consiga trazer ele pra cá, pra ele estudar.

Voltei a estudar por esse motivo dos meus filhos, que até minha filha uma vez me desafiou, falou que eu não sabia das dificuldades de estudar que era difícil, porque ela tirou nota baixa. Os menores me pediam explicação e eu não conseguia, principalmente a matemática, e o Português que a gente já querendo, a gente procura corrigir, uma palavra ou outra que as crianças falam errado, mas você escrever, onde por um acento, uma vírgula, ajudar a desenvolver um texto, que as vezes vai um texto pra fazer em casa, aí realmente eu vi que eu precisava ajudar meus filhos e acabei juntando uma coisinha com a outra e eu vim pra escola, e tenho mais um de seis anos que vai precisar de socorro também né? Cada vez mais, né?

Voltar estudar é tudo, tudo, sou outra pessoa, em casa eu era mais nervosa, sempre falei bastante, mas antes eu era mais séria, eu era mais estressada. Hoje não, eu aprendi a brincar, a ser mais extrovertida com os meus filhos, porque a cabeça saiu um pouco de casa. Eu me sentia uma empregada de casa. Mãe, onde tá isso, mãe faz comida, mãe, só mãe, só mamãe, lavava roupa, fazia tudo. Hoje em dia não, hoje em dia eu me sinto diferente, eu me sinto útil, às vezes eu também vou tirar dúvidas com meus filhos. Eu não sei fazer minha tarefa, eles também vão fazer as tarefas deles, eu vou fazer a minha, então somou muito, e ano passado, hábitos que a gente não tinha em casa, de joguinhos na aula de Educação Física aqui do CEJA, a gente aprendeu regras de dominó, regras de xadrez, aí eu comprei os jogos, a gente tem em casa, às vezes está chovendo, acaba a luz ou tá dando raio, tem que desligar a internet, a televisão que vai queimar. Vamos jogar, a gente senta pega a caixinha, minha tarefa, todos vêm, quando vê envolve todos, até o de vinte e um anos tá envolvido ali com os joguinhos que é um hábito que eu adquiri aqui na escola, que eu não tinha em casa, tá sendo muito bom. A minha filha tem um pouco de ciúmes, porque ela fala que eu tô uma adolescente. E com isso também eu emagreci quase trinta quilos. Eu acho que ocupando a cabeça, você sai, você vê as mulheres arrumadas aí você também pensa, nossa! Eu só tinha duas, três mudinhas de roupa, só ia pra igreja, só ficava em casa, ou quando tinha que levar um filho pro

médico, comecei a mudar a alimentação, comecei a precisar sair todo dia, precisei comprar roupas, mudei totalmente minha vida, minha cabeça, meu corpo mudou. Até uma situação engraçada é que eu precisei reconhecer um documento no cartório, a minha RG, minha identidade, carteira de motorista, está tudo lá como gorda. Aí a moça do cartório ficou me olhando, ela olhava pro meu documento, olhava pra foto, olhava pra mim, e esse ano eu precisei usar óculos, aí ela pediu pra eu tirar os óculos, sorte minha que eu tinha minha carteira de trabalho, a foto de magra está mais parecida comigo, eu com três documentos tentando provar que era eu.

Foi um conjunto de tudo, trinta quilos é bastante né? Eu tinha um probleminha de saúde, mas não dava bola, depois que eu vim pra cá, depois que você tem conhecimento, começa a ver que isso aí não é normal, aí você vai, você começa aprender a comer, até mesmo aqui na escola na alimentação, você aprende na teoria também, então tudo foi somando, e junto com dieta, e junto com tudo, falam que eu sou outra pessoa depois que eu voltei a estudar. Eu encontro com pessoas que num ano não me viram, que olham assim e falam que não sou eu. Eu pra mim é a escola que está me ajudando bastante mesmo.

Na escola dos meus filhos é a gente que toma a frente. Sempre as mulheres, e aqui na escola também, acredito que são mais mulheres do que homens correndo atrás do seu estudo, então acredito que seja a mulherada tomando as rédeas, correndo atrás, a mulher está com o foco mais na responsabilidade, muitas acho que são separadas então a gente tem visto aqui na escola a responsabilidade, o trabalho também, as empresas tão cobrando o trabalho, a gente vê muitas pessoas aqui porque a empresa está cobrando um estudo, então pra muitos é cansativo porque precisam acabar logo pra não ganhar dispensa do trabalho, então a gente vê bastante mulheres trabalhando o dia todo fora e estudando a noite, e eu como fico o dia todo em casa, eu fico com pena porque eu penso nossa mãe! Elas devem ser mãe também, devem ter todos os afazeres da casa, e um companheiro que talvez não ajude. Então eu acredito que as mulheres têm bastante abertura, bastante chance, talvez a responsabilidade esteja sendo maior, porque o custo de vida está complicado né?

Na escola das crianças, era pra eu ter participado, todo ano tem a eleição da APP, mas eu sempre me recuava por vergonha, e porque eu achava que eu era incapaz, mas esse ano eu vou participar aqui da escola, então eu vi que eu sou capaz, e que era só mais uma timidez que era da minha imaginação, porque eu falo bastante, eu tenho vergonha de me expressar às vezes em sala de aula, mas já estou perdendo também, está sendo muito bom, eu estou vendo meu potencial, estou me redescobrando, como estava muito tempo só em casa ali, eu falava: – Não, não vou pegar, eu não vou conseguir, eu não sou ninguém, eu não tenho estudo, então existia esse bloqueio da minha parte. Mas este ano, eu não pude ir à reunião da escola, mas se eu estivesse lá, eles com certeza teriam me colocado, como eu já sabia que estaria aqui em sala de aula. Então foi um fato até inédito meu marido ir pra reunião da escola dos meus filhos este ano. Pelo fato de coincidir de eu ter aula neste dia eu não peguei lá este ano, mas eu já tive convites, eu acho que as outras pessoas viam que eu tinha um potencial talvez pra fazer isso, pegar um cargo. Mas daqui pra frente, eu acredito que eu vou participar bem mais, porque eu acho que eu tenho capacidade pra isso. Vamos ver o que acontece daqui pra frente.

Eu gosto muito, muito, muito do CEJA, não vejo a hora, que nem esse ano eu estou só na segunda, quarta e sexta à noite, então assim por causa dos filhos mesmo. É faculdade de um, trabalho do outro, menor aprendiz da minha filha. Trabalho com meu marido, tenho que ajudar o pequeno, tem que auxiliar no banho, querendo ou

não, como é interior, ele fica muito sujinho, então a gente tem que auxiliar, por esses motivos todos, eu diminui assim a carga de estudo e também um pouco pra prolongar um pouco mais, porque vai acabar rápido, passa muito rápido e pra não voltar a ficar acomodada em casa, então eu venho, assim, é melhor, dá segunda, dá quarta, eu olho no relógio, quatro horas da tarde, nossa, eu vou tomar banho, aquela ansiedade de vir pra cá, porque a gente aprende, eu tenho amigos aqui, que não estão na mesma sala, mas dá um ritmo, você corre, não deu, não participa do lanche, você vai pra abraçar, pra ver os amigos que a gente vez aqui, adoro.

Eu penso em fazer um curso de auxiliar de enfermagem, vou começar por aí, auxiliar de enfermagem, não sei se, porque com o meu filho eu convivi muito no hospital, acho que eu tenho um dom pra isso, num período eu trabalhava de vez em quando de cuidadora de idosos, não sempre porque eu tenho medo de pegar como profissão, eu não tenho curso, então a gente sabe da responsabilidade que é, então por ter quatro filhos, minha mãe ficou um período acamada, depois pra uma amiga de cuidadora, as vezes cada dois, três meses, final de semana ficava ali, então é uma coisa que eu gosto de fazer, e as pessoas gostam também do jeito que eu cuido, tem alguém doente na família, precisa ir pro hospital, as vezes dormir à noite, eu gosto. Acredito que se eu for fazer vai ser na área da Enfermagem, eu não sei se eu vou exercer, talvez por conhecimento, pra somar na minha vida. A gente até tem a necessidade financeira para eu trabalhar, mas eu prefiro ficar com meus filhos, cuidar deles e incentivar eles. Como a gente mora no interior é tudo mais difícil pra eles, a locomoção, roupa, calçado, você tem que estar incentivando, ajudando, então eu fico mais nessa parte, eu penso assim: Se eu não estiver lá, pra empurrar eles, eles vão desanimar e desistir e como eu fiz isso com os grandes, os mais velhos, então eu assim e depois eu não sei se eu vou conseguir eu também trabalhar todos os dias e ainda cuidar deles em casa, porque cansa, é cansativo, mãe de quatro filhos, ser esposa, ser estudante, ser, e a idade deles também, você vai somando e tem que lidar com cada um à sua maneira, então eu penso assim, eu vejo que sou útil e o dia que eu não estou, eles sentem a minha falta também, então eu acredito que eu não vá trabalhar fora, mas estudar talvez sim”. (“Maria Açucena”)

MARIA LIS

“Na infância eu fui criada pela minha avó até os dez anos, eu morava em São Paulo, em Santo André, minha avó faleceu e tinha um tio que ficava comigo, mas ele era ambulante e ficava fora de casa o dia todo trabalhando e eu precisei vir embora com a minha mãe novamente, eu tinha uns onze anos mais ou menos, aí então eu acabei conhecendo o meu marido com onze anos, aos treze anos eu me juntei com ele, na casa da minha mãe a gente foi morar, mas um dia ela disse que não me queria mais lá e me mandou embora. Eu vim embora com ele, lá em Joinville a gente foi morar, eu tive que sair da escola porque eu tive que aprender as coisas de casa e não tive a oportunidade de estudar, fui cuidar do meu menino, porque eu engravidei do meu menino aos quinze anos, eu não consegui mais estudar. Depois que eu engravidei do meu menino eu tive que aprender a ser mãe, não tinha quem cuidasse dele pra eu poder estudar, não tinha como. Quando eu pensei em voltar a estudar, aos dezoito anos, eu engravidei das minhas gêmeas. Depois mais tarde eu pensei: agora vai, mas, daí a casa pegou fogo e elas precisaram de cuidado, elas precisam até hoje, mas hoje já se viram melhor do que estavam antes. Depois disso eu estava trabalhando, cuidando das crianças, engravidei do meu nenezinho, hoje ele já tem

dois anos, dessa vez eu não vou desistir, porque quanto mais tempo a vida vai passando, não vai mais ser como era antes, a rotina da gente fica mais pesada, então voltei a estudar por causa disso, então como minha mãe não me quis dentro de casa, eu parei de estudar porque eu não tinha mais responsável por mim, meu marido tinha vinte e poucos anos, ele falou se quiser pode ir, mas como eu tinha meu nenzinho pequeno, não tinha quem me ensinasse a trocar a fralda, ficar com ele pra eu sair, sempre tive que carregar ele junto.

Na verdade, foi assim, quando eu nasci em 1982, a minha mãe me teve em casa, minha avó era parteira, ela foi pra passa o dia dos pais na casa da minha avó, que eu chamo de mãe Tereza, então ela acabou entrando em trabalho de parto lá mesmo, meu avô estava acamado fazia uns sete anos e minha mãe foi visitar minha avó e eu acabei nascendo lá. Minha mãe Tereza morava em São Paulo, meu pai falou pra minha avó, se fosse um menino era pra enrolar nos cobertores que ele já estava levando, naquele tempo era de carroça, essas coisas, então minha avó falou que era uma linda menina, bem gorda. Ele disse para ela ficar comigo então. E minha avó levou na brincadeira. Isso foi no dia dos pais, dia nove de agosto, no domingo do dia dos pais minha mãe foi embora e me deixou na casa da minha avó, minha avó falou: – Vou ficar com o nenê, porque tá chovendo muito e naquele tempo era difícil carro, porque a gente é bem pobre, então fiquei lá e eu não tomei o leite colostro da minha mãe, tomei leite de uma tia minha que tinha um bebê de seis meses. Depois em setembro minha mãe não foi me buscar, eu já tinha um mês, nem meu pai, nem ninguém, minha avó correu atrás pra me registrar. Minha madrinha queria me levar, naquele tempo dizia “estrangeiro”, mas minha avó não deixou, disse que ficaria comigo. Meu pai me registrou, mas a avó me criou. Eu tenho uma irmã dois anos mais velha que eu, eu fiquei lá com a minha avó, e fui registrada em 22 de setembro, sabendo que eu nasci em 09 de agosto, desde então eles não sabiam se me queriam ou não. Fiquei lá com a minha avó, ela me ensinou a fazer as coisas dentro de casa, apanhei bastante, porque eu não era filha dela, minha mãe mesmo me rejeitou e minha avó dizia que eu não era filha do meu falecido pai, porque ele morreu em outubro, eu tinha dois meses, nasci em agosto, fiquei setembro, dia doze de outubro ele morreu, morreu acidentado, eu não conheci ele, mas eu não me importo, como eu fui rejeitada desde bebê eu não sinto saudade, não tive nem vontade de conhecer.

Quando minha avó ficou doente, eu limpava ela, eu dava banho na minha avó, isso quando eu tinha onze anos, eu considerava minha avó como minha mãe. Quando minha avó faleceu minha mãe me trouxe pra cá, aqui em Papanduva aos onze anos. Ela não deixava eu sair, não tinha comprado roupa pra mim, ela tinha aquela rejeição, ela ficou comigo porque não tinha quem ficasse, mas eu sempre fui rejeitada. Um dia ela me disse que se eu soube cuidar da minha avó sozinha, eu já era uma adulta. Na época eu fazia catequese e conheci meu marido e começamos a ficar juntos, a família dele também era bem simples e ele foi um dia na minha casa pedir para minha mãe deixar namorar com ele, minha mãe deixou, quando eu tinha treze anos minha mãe falou que como já estávamos namorando quase dois anos e meio, ele poderia me pegar e levar pra casa com ele, ele não entendeu, porque ele tinha vinte e poucos anos, ele disse: – Ah! Mas eu queria casar com ela, queria fazer isso. Minha mãe falou que tinha muita despesa, então meu marido me trouxe quando eu tinha quinze anos, mas foi porque aconteceu.

Como no início da minha vida eu não tomei o leite colostro e fiquei com anemia, quando tinha treze anos, fui fazer os exames preventivos que a minha sogra indicou, então o médico disse que eu estava com anemia, como eu tomava comprimido para

não engravidar e remédios contra anemia, esses remédios cortaram o efeito do anticoncepcional e foi então que eu engravidei aos quinze anos, mas, não era pra eu ter engravidado, eu estava me cuidando. O médico falou que devido eu tomar o ferro ele cortou o efeito do anticoncepcional, ele ficou igual uma farinha. Quando eu tinha dezesseis anos, eu fui fazer um preventivo pra voltar a tomar comprimido e a gente descobriu que eu tinha um coagulo de sangue no colo do útero, porque quando eu tive meu filho, ele era muito grande e não saiu toda a sujeira do útero e ficou acumulado, eu comecei a fazer tratamento, porque era como se fosse um câncer. O médico disse que não poderia tirar porque eu era muito nova e meu ciclo menstrual não seria como deveria ser e então poderia me dar um AVC, lá pelos vinte e cinco anos, porque esse sangue que fica parado pode ir lá pra cabeça. O médico disse que iria me encaminhar para fazer exames para eu engravidar, porque na hora que eu tivesse o filho, todo o coagulo sairia. Fizemos várias tentativas para eu engravidar, somente na quarta tentativa é que eu consegui engravidar, mas, eu fiz tratamento como se fosse de câncer, raspei a cabeça, fiz quimioterapia, tudo, eu era muito magrinha e aquele sangue não saia. Eu engravidei de uma menina, quando eu estava com seis meses de gravidez, a gente descobriu que eram duas meninas, eu fiz todos os exames em Curitiba, fiquei os seis meses de gestação lá em Curitiba. Aconteceu que nasceu tudo certinho, mas, então fiquei com sequelas, isso dá leucemia, porque era uma anemia profunda, meu corpo não vai evoluir muito, se eu perceber que estou com tontura, não é labirintite, é porque já está dando as primeiras reações, então eu tomo o comprimido, o ferro na veia pra recuperar novamente, se não resolver, tem que fazer aquela hemodiálise pra conseguir estabilizar. O médico disse que o anticoncepcional eu não posso mais tomar, então coloquei o DIU, pra eu me cuidar, mas é perigoso.

Eu sempre estudei, só desde então que eu estava na sétima série, minha mãe não me quis mais dentro de casa, foi quando eu tive que crescer, virar adulta, até tinha oportunidade de estudar, mas desde que fiquei com meu marido, tive que crescer, tinha que cuidar do marido, filho, aprender a fazer as coisas, trabalhar fora, daí o estudo ficou meio de lado.

Ele me incentivava, mas eu entrei em depressão, porque as pessoas sempre perguntavam por que minha mãe tinha me deixado casar tão cedo. Existe esse preconceito ainda, explicar toda história recorria tudo na cabeça de novo, principalmente os jovens, sempre me faziam lembrar o passado e isso me doía muito. Contar pra alguém que foi abandonada pelo pai e doada pela mãe é difícil, não é fácil não. Eu tinha vergonha de falar isso e dizer que eu estava com treze anos e casada era mais vergonha ainda, então precisei virar adulta assim escondida, eu não tinha amigos pra não contar da minha vida.

O que eu não tinha planos era ser mãe, ter filhos, marido e casa, essas coisas eu não planejei, e deu tudo ao contrário, mas agora eu estou correndo atrás. Eu tenho um curso básico de gastronomia, eu fui formada em gastronomia pelo pequeno aprendiz, agora eu vou fazer moda, mas se Deus quiser eu vou fazer pedagogia.

Porque eu quero crescer na vida né? Eu quero fazer a diferença, eu não quero ficar parada, dizendo para os outros que eu não consegui, eu não tive oportunidade, agora eu tenho, é difícil, mas eu vou correr atrás, as coisas não caem do céu, por isso que eu tenho força de vontade de crescer, todo mundo quer isso, né? Só que eu quero pelo lado positivo, pelo lado do bem. Eu não quero fazer aula só uma vez por semana, eu não quero só o diploma, eu quero sabedoria.

Geralmente quando fala de mulher é um tabu quebrado, porque antes eram somente donas de casa, mulher não poderia estudar, hoje em dia, mulher tem oportunidade,

só que muitas não têm o conhecimento que elas podem crescer, muitas ficam caladas, quietas, né? Mas toda mulher tem a vontade de crescer, elas sonham também. E estão crescendo, estão crescendo aos poucos, não têm tantas oportunidades de trabalho quanto os homens. Ainda existe isso, mas elas estão evoluindo. Um dia chegamos lá!

Hoje em dia, quando alguém pergunta, hoje em dia eu tenho orgulho, porque eu venci e vou vencer mais com os estudos, então eu não tenho mais vergonha de dizer o porquê que eu parei de estudar e na sociedade também, eu saio com os meus filhos naturalmente, porque geralmente o que dizem é que quem engravida aos dezesseis anos, dá o filho pra mãe cuidar, sai e vive na balada. Comigo não é assim, eu trabalho, estudo, tento cuidar das minhas crianças, da minha casa, eu tenho uma vida normal, é corrido, mas eu não deixo de participar de nada.

Eu trabalho no “Angeloni”, eu sou atendente de frios importados, meu menino tem nove anos hoje, ele vai no terceiro ano, ele reprovou ano passado porque tinha problema na voz, ele faz tratamento com fonoaudióloga, ele tinha a língua grudada, a gente não sabia, a professora não entendia, ele perguntava, mas não tinha como ter um entendimento entre os dois, as meninas, as gêmeas vão para escolinha o dia todo e o nenê também, pro prézinho e pro maternal. O menino tem nove anos, as gêmeas têm cinco e o bebê tem dois anos, tão tudo grandinho já, mas tem muito pra crescer ainda o bebezinho.

Meu marido me incentiva a estudar ele pergunta como está, se eu estou gostando, eu digo que está bom, ele me abraça e diz que eu sou a adolescente dele, porque eu falei que tem muitos adolescentes na minha sala, tem poucos adultos, e ele me chama vem cá minha adolescente. Ele sempre me incentiva, pra ser mais descontraída, porque eu sou meio presa, meio tímida, eu sou bem difícil de conversar, porque eu me sinto meio velha, mas aí ele me ensina umas gírias pra poder me comunicar com os adolescentes da sala. Ele tem amigos que são mais novatos e falam: “de boa”, eu nem entendia o que significava “ficar de boa”. Meu marido tem trinta e cinco, tá ficando velho, está ficando é mais chato, não é problema não, é só chato. É porque agora está naquela fase de querer mandar, ele quer ser a autoridade da casa, mas não tem sabedoria pra isso, é tão engraçado, ele manda, depois diz: – Está certo, né? Depois que ele manda, ele confirma pra ver se está certo. É isso que ele faz. Ele tem até o primeiro grau, ele não quer mais estudar, ele diz que não tem mais paciência, mas ele me incentiva muito. Ele pega as crianças, toda quarta-feira é minha folga no Angeloni, aí então ele limpa a casa, ele faz tudo que uma mulher faz, e olha que ele é pedreiro, ele pega as crianças. A única coisa que ele não faz é lavar a roupa e passar, isso ele não faz, mas o resto... Ele chega às seis e meia, faz todo o serviço até nove horas, toma banho, dá banho nas crianças e vai me buscar no “Angeloni” às dez e meia, então imagina, como que a gente não vai querer uma pessoa dessas. Aí eu só chego, janto, tomo banho, eu vou dormir aí ele diz: – Está boa a comida amor? Eu só confirmo. É ele que faz a comida.

O meu menino me cobra, ele tem nove anos, ele me cobra porque eu saio de manhã e só volto às dez horas, eu falo que de manhã eu estudo, ele pergunta o que eu faço lá na escola, eu falo que quando eu tive ele pequeno eu não fui estudar, mas agora que ele está maiorzinho eu posso estudar, porque ele já sabe se virar sozinho. Ele fala: – Ah mãe, você não pode mais estudar. Então eu explico pra ele que, pra ter uma profissão melhor eu tenho que estudar. Apesar de eu ser inteligente eu preciso do autoconhecimento. Eu nunca fui esperta pra tirar notas altas, mas nas tarefas quando a gente ganha uma nota boa incentiva mais ainda, inteligente... acho que

ninguém nasce sabendo nada, mas parece que aquele conhecimento que eu tinha antes evoluiu um pouco. Quando a gente tá fora da escola, a gente conhece o mundo de uma forma, quando a gente entra na escola, a gente só tenta pegar o que é de bom, o que a gente aprendeu lá fora e trazer para a escola e isso foi bom, eu sofri bastante nessa parte, mas está sendo tudo de bom. Está tudo bom, tu não imagina como está bom, porque como faz dois anos que eu trabalho no “Angeloni”, desde então eu só trabalhava na área dos queijos nacionais, desde que eu fiz a matrícula aqui no CEJA, já ganhei um curso de informática, eu tenho o básico, eu ganhei o avançado, ganhei a aula de inglês e um negócio na “Unicessumar” pra eu fazer de segurança no trabalho, então pensa, se eu não estudasse, eles não iam me incentivar a nada, mas como eu falei que comecei a estudar, que eu quero crescer, eles estão me dando oportunidade, é só saber aproveitar. Eu gosto da convivência, eu sempre fui comunicativa, mas depois que eu tive o tratamento do câncer acabei me fechando um pouco, eu não cheguei a entrar em depressão, mas, depois que a minha casa pegou fogo, eu me senti muito mal, eu não conversava com ninguém, desde então eu fiquei afastada dos outros, eu me sentia culpada pelo incêndio... Naquele dia, no tempo que a casa pegou fogo, eu trabalhava na “Salfer”, uma semana antes de eu pedir a conta, eu falei assim pro meu marido: – Eu me arrependi de querer mudar de casa. Fazia cinco anos que a gente pagava aluguel pro mesmo dono, só que ficava ruim porque o nenê ficava rastejando e ficava ruim de ficar passando pano, ela estava cheia de cupim. Então a gente se mudou pra essa casa melhor, mas na verdade só foi passado cera e verniz e não fez manutenção na parte elétrica, aí eu ia até a “Salfer” pra pegar o fundo de garantia, essas coisas, o papel para eu ir lá, mas aí eu não fui, era uma segunda-feira, dia nove de janeiro, eu falei pro meu marido que só iria na sexta-feira porque no sábado nós teríamos dinheiro para gastar e foi que na segunda-feira à tarde a casa queimou, eu me sentia tão culpada de ter mudado de ideia assim de uma hora pra outra, porque estava marcado pra eu ir na segunda, mas eu falei que não poderia ir na segunda, porque eu só tinha um carrinho, porque como elas são gêmeas era ruim pra subir no ônibus, então decidi ir na sexta-feira que daí a gente sai um pouco mais cedo do trabalho e vai lá, você me ajuda a carregar as meninas e no sábado a gente tem dinheiro pra gastar no centro, o meu marido falou que estava tudo bem. Nisso eu fiquei tão culpada porque ele dizia pra eu fazer como quisesse. Na segunda era pra pegar a folha e fazer o acerto, eu me senti culpada, porque a mulher marcou e eu tinha combinado tudo com meu marido. Era pra eu ir na segunda, mas eu não fui na segunda, eu fui na sexta, mas nem chegou a dar tempo de ir na sexta, porque a casa pegou fogo na segunda-feira à tarde, aí todo aquele dinheiro que eu tinha foi tudo na despesa, não deu nem pro cheiro o tanto que a gente gastou. O pior de tudo da minha vida, foi que eu fiquei quatro meses separada do meu marido, fiquei com as gêmeas queimadas, o menino com os pés queimados. Eu queimei as partes da perna, hoje já não aparece mais, foi às quatro horas da tarde. Eu estava em casa, naqueles tempos de verão que dá aquele sol quente, depois vem àquela tempestade louca, sabe? E nisso deu um curto circuito na casa, falaram que era um raio, mas não foi um raio, foi o disjuntor mesmo que explodiu. Eu fiquei do lado de fora do banheiro, porque o banheiro e a lavanderia eram do lado de fora e o resto da casa de madeira, casa em volta de madeira queimou tudo, só ficou a área do banheiro e a lavanderia, foi só isso que sobrou, o resto não sobrou nada. Eu não consegui sair porque caiu um pau quadrado na porta e a janelinha do banheiro era basculante. O bombeiro foi quem me tirou de lá, porque eu não conseguia sair. As crianças estavam lá no quarto dormindo, eu escutava o grito

delas e não conseguia sair. Eu fiquei presa no banheiro, se você ver no “You Tube”, incêndio em Jaraguá 2012, você vai ver a nossa casa e o vizinho tirando as crianças e a casa explodindo, principalmente o quartinho onde elas estavam, queimaram, queimaram pele, uma queimou 32% e a outra 85% do corpo, queimou bastante, mas hoje em dia é só mais as cicatrizes e elas vão fazer mais cirurgias ainda. Elas tinham um aninho, o chão todo cheio de fogo. O dono passou verniz na casa, o verniz é inflamável, então na hora que explodiu a fiação, tem o PVC e o chão de madeira, a fiação queimava em cima, pingava no PVC, o PVC pingava no chão e voltava de novo, era tudo inflamável. O meu menino tentou sair correndo, ele tinha quatro anos, ele queimou a sola do pé e voltou pro quarto novamente e tentou erguer uma delas, a outra já estava desmaiada de dor, porque ela estava assim com os bracinhos dormindo e pingou aquele PVC e ela desmaiou de dor. A outra que queimou as costas e os braços, ele conseguiu puxar ela pelas pernas, por cima da caminha, porque tinha uma cômoda e colocou assim, em baixo do braço dele pra segurar e a neném na cama, ele segurou na lateral da cama para tentar acordar uma e a outra já estava desmaiada, foi então que ele começou a gritar e o vizinho pulou a cerca, se enrolou num tapete que estava no varal e entrou, pela janela do quarto tirou, pegou uma aqui que estava desmaiada e os dois aqui e foi caminhando, mas pulou a janela e eu que estava lá do outro lado, eles estavam procurando na casa que já estava incendiada, eu estava no banheiro desmaiada, por causa da fumaça, foi então que o bombeiro me levou, o menininho e as duas menininhas. Eu não vi nada eu só vi quando eu acordei na ambulância, quando eu vi aquela sangaiada, o cabelo dela, eu achei que tinha queimado toda cabeça, na verdade queimou a testa e as bochechinhas, só que depois eles jogavam água gelada e repuxava todo o coro do rosto pra cá sabe? E gritando, gritando e gritando, elas eram bem gordinhas, aquela gordura saiu tudo, tudo, tudo e dava para ver os ossos do braço, aqui, o bracinho aqui inteiro, essa parte aqui dava pra ver os nervos dela, porque como ela era gordinha, aquilo derreteu. O médico que fez o pronto atendimento das meninas perguntou: – Você é mãe? Eu disse que sim, perguntou: – Quantos anos? Eu: – não sei. Ele falou assim: – Acho que vamos amputar o bracinho da menina. Eu disse: – Não, pode fazer o que quiser, só deixa ela viva. Ela gritava, aquele sangue no cabelo, elas têm cabelo preto, parecia que tinha queimado tudo, mas na verdade não, só aquele sangue que escorria e aquele coro da pessoa todo queimado no cabelo, ela ficou assim porque tinha muita dor, aí ficou com esse dedinho grudado, mas não foi preciso amputar o bracinho, graças a Deus. Hoje elas estão bem, só o dedinho que elas vão fazer cirurgia, porque devido a muita dor o nervo encolheu e aqui em Jaraguá a gente fez uma ultra..., o negócio do Raios-X e constatou que não tinha plástico e elas fizeram a cirurgia lá em Florianópolis, negócio de... Enxerto, porque ficou colada essa parte, então fizeram um corte pra ficar normalizado e poder mexer. Quando foi na segunda semana que elas estavam com o curativo, ferimento aberto foi chamado pra fazer curativo lá, pra ver como estavam, o médico colocou elas lá pra fazer o Raios-X, essas coisas tudo certinho, quando viu estava o plástico ali, depois que veio da cirurgia que descobriram que ficou um pedaço de plástico dentro do corpo e ele só quebrou esse pedaço do dedo, ficou com uma tala, mas como o plástico estava ali, o dedo voltou novamente, daí a melanina da mãozinha dela secou, de tanto mexerem, de ela não ter a elasticidade ela secou, agora a gente tem que passar creme pra voltar novamente, eles vão fazer um enxerto ali na mãozinha dela pra ter uma segunda pele.

Eu fiquei quatro meses separada. Quando a gente estava junto, as gêmeas não tinham um ano ainda quando a casa queimou, foi em janeiro, a gente ficou até o

mês de março separado, porque me falaram que ele tinha me traído, e eu estava o tempo todo com as meninas no hospital, mas só que eu não sabia que era com a minha irmã. Eu tenho uma irmã, que eu falei que é dois anos mais velha que eu, então eu deixei quieto, só me separei dele, não falei nada, quem estava errado ou certo, só isso. Quando foi o mês de julho, eu trabalhava em dois empregos, no “Breithaup” e na pizzaria, na pizzaria “Extra G”. Eu trabalhava no “Breithaup” das 8 da manhã às quatro e meia da tarde, saía às seis e meia e voltava às onze da noite, eu trabalhava na pizzaria das seis e meia até as onze da noite, daí eu comecei a ficar doente, porque eu não tinha tempo para me alimentar, só me alimentava no “Braithaupt” e meu almoço era onze horas e só comia onze horas da noite que era a hora que eu chegava em casa, acabei ficando doente, daí eu falei: – Não, vamos voltar, porque eu não estou tendo condições de cuidar das crianças, aí então a gente voltou, desde então a gente está assim, mas a mágoa fica, eu não confio, por mais que as pessoas digam, eu convivo com você, eu não confio mais em ninguém, porque quem eu deveria ter confiança me traiu que foi: meu pai, minha mãe, minha irmã e meu marido, então daqui pra frente em quem eu deveria confiar era nos meus filhos, né? Eu não tenho confiança em ninguém mais. É a vida, né?” (“Maria Lis)

MARIA SOL

“Nasci no Maranhão, num lugarzinho chamado: São Raimundo do Lucas. Era um interiorzinho mesmo, não é cidade até hoje, é um interiorzinho mesmo. Eu lá no São Raimundo, fiquei até os vinte e um anos, então mudei pra outro interior, mais perto chamado Garano, foi lá que eu tive os meus doze filhos. Não são todos vivos, são oito, criei oito, desses oito eu conto com sete, porque o mais velho caiu no mundo e eu não tenho notícia, que está no lugar de mais velho é esse aí. Mas tem a menina que está lá no Maranhão que é a mais velha do que ele, mas ele como homem é que está no lugar do mais velho. Porque o homem, eu acho sempre tem uma posição melhor para colocar no meu entender, para comandar, porque eu e o pai deles somos separados, mas temos ligação. Tem mãe que separa do pai e não quer que o pai faça parte da família. Eu como meus meninos mais são o tanto iguais, quatro homens e quatro mulheres, mas a opinião do menino homem é diferente, antigamente, hoje já é tudo igual, como ele já tinha um gênio mais forte eu não quis que ele se afastasse dessa ligação. Eu mesma tenho um primo que a mãe dele é mesmo como uma estranha, ele trata ela como se fosse uma estranha, isso não é papel de filho tratar a mãe. Aí como a gente já vive em família assim, eu não deixei ele se afastar do prumo, tem vezes que dá o maior apoio pra ele, que nem liga, não estamos nem aí. Aí nasci lá, minha menina, botei em Codó, que é a nossa cidade. Codó, a nossa capital é São Luiz, Codó é onde nós fazemos tudo, é onde eu tenho a minha casa, então eu coloquei minha menina para estudar na cidade, numa casa de uma pessoa, mas eles não se deram, ela saiu, mas ficou lá, em uma casa, depois em outra, em outra, porque ela queria terminar os estudos dela, então surgiu uma oportunidade que meu rapaz encontrou, ele disse pra eu vir pra cá, então eu disse: – Eu não vou, é muito longe pra eu deixar meus filhos, mas vou procurar pra minha menina pra ver se ela quer. Então eu fui, procurei pra ela, e ela veio, mas ela não veio direto pra cá, pra Jaraguá do Sul, ela veio pra Florianópolis, pra essa família, que eles são dela de Codó essa família. A mulher disse que nunca tinha tido filhos, fez tratamento para ter filhos, nesse vai e vem delas, a mulher engravidou, não sei se a mulher tomou abuso dela, só sei que elas entraram em questão, ela saiu e achou essa família, que acolheu ela e que até hoje ela está com eles, já está com

dez anos de convivência com ela, foi puxando, puxando, eu vim pra deixar o meu neto, vim em janeiro pra voltar em setembro, já estou com três setembros.

Vim em janeiro para voltar em setembro e agora já vou fazer três setembros. Gostei, mas olha, eu tenho vontade de voltar, porque eu deixei minhas coisas, lutei muito pra conseguir minhas coisas, do pouco que eu tenho. Eles, esse que estuda mais eu e a menina, ele foi para Minas Gerais para trabalhar, eles juntaram um dinheiro, compraram um terreno e construíram a casa, ela diz: – Mamãe, deixa essa casa. Não filha, isso foi com o suor, passei muita fome, do que eu já passei para o que eu estou... Eu tô rica, eu já dormi com meus filhos muitas noites com fome, sem ter nada, as vezes tinha com o que comprar, mas não tinha aonde comprar. Hoje em dia nós estamos vivendo bem. A minha vida na infância foi uma vida triste, porque com quinze anos eu perdi minha mãe e meu pai, então fiquei com os avós, ninguém tinha condição, aí ficamos naquela vidinha... aqui acho que não conhece, não conhece mesmo, lá é vida de quebrar coco. É o coco que a gente quebra, já ouviu falar em coco babaçu? Pois é isso, a gente quebra para poder comprar o alimento. É, no coco e na roça, com quinze anos e quando o pai e minha mãe morreram, eles adoeceram tudo de uma vez, de dez anos para frente nós já tomávamos conta de casa, e ela com uma pequena, nós éramos quatro, então ficamos, ela morreu a mais nova ficou com três anos, ficamos tomando conta dela, quando fazia três anos que minha mãe morreu, meu irmão mais velho morreu, então ficamos três mulheres, uma mora em São Luís, outra mora lá em Ingarana, lá onde nós moramos, foi uma vida sofrida, bastante sofrimento mesmo. Cheguei, no tempo da minha mãe, isso aí é uma coisa que eu não me queixo dela, ela fez muita força, me colocou na cidade para estudar, mas nas casas que ela me colocava, eles não faziam muita questão de eu estudar. Só teve uma casa que eu fui que é esta que eu coloquei minha menina, eu saí de lá porque o meu pai me tirou, a mulher não gostou, mas eu errei, assim que eles morreram... Como ela disse: eu poderia ter voltado a procurar por eles, mas eu não procurei, mas até hoje quando eu chego lá... Mas eu coloquei a Odete, ela ficou lá com eles e hoje ela tá aqui e eles vem puxando nós para cá. Olha, eu não sei te dizer até que idade eu estudei, mas eu acho que até uns dez, onze anos. Tinha uma mulher que ensinava, nós éramos quatro crianças, mas eu, eu acho que ficou faltando interesse de eu mesma estudar, não é dizer que foi a minha mãe que me colocou para trabalhar, ela me colocou para trabalhar, mas ela fazia muita questão da gente ter os estudos, isso aí eu não posso dizer que ela não fez, ela fez sim, o problema foi nosso mesmo. A avó nem tanto, mas o avô só queria para o serviço, era de tudo, só no serviço, o lema dele era para trabalhar. Depois eu me juntei com o pai dos meus meninos, então foi a mesma vida, ele não tinha conhecimento, eu também não tinha, era todo ano. Eu tenho filho que não sei nem a idade, porque teve menininho que eu tive e morreu tudo num ano só, eu não sei a idade de menino nenhum, porque pra mim é tudo de um ano só. Ficamos assim, depois nos separamos, então eu fiquei com uns, os mais velhos já estavam maiores, eu fiquei com os dois mais novos e então foi toda vida sofrendo, sofrendo, até que os meninos conseguiram sair, quando eles saíram foi quando eu consegui me aposentar. Sempre quebrando coco, trabalhando na roça, para outra pessoa e quebrava o coco pra poder comprar comida e foi quando apareceu aí essa bolsa escola e o professor que tinha lá falou do direito, fiz a bolsa escola para os meninos e foi o que foi melhorando as coisas, mas eu sofri muito mesmo. A gente recebia por mês, para as crianças poderem ter alimentação para irem para escola, que era para não faltar na escola, então é que os meus meninos... Que são esses mais novos, os dois mais novos sabem, tirando a Odete, que tirando os meus meninos a mais

estudiosa é ela, mas todos eles sabem assinar o nome deles, mas como ela e esses dois mais novos que estudam aqui também, Deus abriu as portas e nós conseguimos dar esse passo adiante. Quando era adolescente era só para o trabalho, mas se a minha mãe fosse viva, acho que ela iria... Porque ela morreu para não deixar os filhos passarem fome. Eu acho que não tinha sonho não, naquele tempo a gente não pensava em sonhar como hoje, tem muitas pessoas que sonham. Já hoje tem mais um sonhozinho na idade que eu estou, tenho um sonhozinho de ter mais alguma coisa para eu poder passar o resto da vida, mas naquele tempo eu não tinha não, vivia para o dia a dia. O sofrimento era de você não ter o que precisava para poder se suprir, sofrimento muito grande, você desejar ter alguma coisa e naquele dia você não ter. É, vestuário, medicamento, as vezes eu penso que esses meus meninos que morreram, eu tenho pra mim que foi falta de condição, de não ter condição de dar um tratamento para eles, no meu pensar eu acho que sim. O mais velho morreu com um ano e seis meses, teve uns que morreram com quatro meses, seis meses, outro com vinte e quatro horas. Ganhava em casa, só tive uma que ganhei no hospital, essa mais nova, todos os outros foram em casa. Aí, que é o problema, eu sofri muito e sobre isso aí, não tinha quem fizesse as coisas, eu mesma fazia as coisas, o meu mais velho eu ainda tinha a vó que me ajudava, os três mais velhos, já dos outros... se eu tinha de noite, de manhã já era obrigada a estar fazendo as coisas, já a mais nova, quando eu tive a madrinha dela mandou me chamar, eu morava no Codó e ela mandou me chamar para ir para lá e eu fui e lá eu tive a menina, então liguei e passei dois meses com eles, um dia eu resolvi ir embora, eles não queriam que eu fosse, mas eu tinha os outro menores, então dessa já foi um pouco melhor mas dos outros eu sofri bastante, mas dessa saí já foi um pouco mais diferente. Eu tenho sessenta anos, tive meu primeiro filho com vinte e um, agora parar, eu não me lembro com quantos, eu não sei se foi com quarenta e oito, ou... mas foi por aí assim, eu não me lembro pra dizer com quantos, mas o primeiro foi com vinte e um. A que veio e deixou os meninos comigo, disse que iria voltar em seis meses, mas, nos seis meses que era para ela voltar, ela mandou o dinheiro. Uma sobrinha que está na casa, até esta semana me andaram procurando para ver o que eu iria fazer com a casa... – Conversa com Deus, pra Ele te dar uma decisão do que você tem que fazer, ou você fica aqui, mas teus meninos não querem que você volte e você fica aqui com essa casa, eu disse: – É, eu vou ver o quê que Deus vai fazer. Mas eu quero ir lá a casa, eu tenho que ir lá em casa sim. Eu resolvi estudar porque toda vez que você vai a algum lugar para você assinar, para você assinar isso daqui, você vai... Registra as impressões digitais, depois de aqui mesmo eu fui ver a senha do meu cartão que precisava trocar, cheguei lá e a moça me disse: – Você assina aqui, eu disse: – Eu não assino, e ela me disse que tem aprendizado para idoso. Mas nem que seja só para assinar o meu nome, eu vou fazer isso, eu vou fazer isso. Quando chegamos na rua, a Odete me falou: – Está vendo mãe, que vergonha que essa mulher te fez! Eu disse: – Vergonha não, ela me deu um empurrão para eu me casar ao estudo e então foi isso que eu voltei para a escola e estou gostando muito da escola, tanto da escola como dos três professores que eu já participei, eu estou gostando. É, tudo é bom, mas o melhor de tudo que eu quero é aprender a ler que ainda eu não sei, eu não sei ler, eu conheço as letras juntas, mas na hora de dizer o nome dá aquele branco mas para mim está tudo de bom. Gosto da escola, gosto de todos os meus amigos da escola, de todos os meus professores que eu já participei, da diretora que eu já conheci, todos graças a Deus e quero sair daqui lendo, vou lá a casa, se eu voltar a morar lá, eu vou voltar a estudar lá, se eu voltar para lá, eu vou voltar a estudar de novo, porque lá tem

também, é que lá eu não ia estudar era falta de interesse. Olha, hoje as mulheres estão quase iguais aos homens, porque tem mulher presidenta, deputada, acho que estamos quase todas iguais na posição, no meu conhecimento acho que sim, porque naquele tempo tinha a ideia de que mulher não poderia participar de nada, só tinha que ser homem, se fosse... Ah, é mulher? Mulher não vai, quem vai é o homem, e hoje não tem isso, para mim tão quase todos iguais.

Faço parte na igreja católica, toda terça tem grupo de oração, na quinta, tem retiro, as vezes na quinta feira eu não vou porque como é a noite eu venho para a escola mas as terças a tarde eu sempre vou, quando tem retiro eu vou para ajudar, para assistir o retiro. Eu posso passar a estudar pela manhã? Porque eu não estou trabalhando, sabe que horas que eu me levanto pela manhã? Onze horas, doze horas, é... Eu tava falando com um menino lá em baixo para ver se eu consigo trocar, se der para eu estudar os dois horários também é bom. Eu não estou fazendo nada... Mas se me der vontade de vir à noite, eu venho à noite.

A menina mora aqui também, o pessoal mudou-se para cá também, eles têm casa lá, mas moram aqui, o moço é um médico, ele trabalha ali no São José. Ela só estudava com eles, morava e estudavam, eles não botavam ela para trabalhar. Agora é que não estão mais querendo, porque os meninos de hoje são uns meninos que não se pode confiar, agora não estão querendo, mas antigamente o pessoal andava procurando menino assim pelo interior para criar, para colocar para estudar, para aprender alguma coisa e ela me pediu e eu dei para ela, ela me pediu para experimentar, para passar dois meses, ela passou oito anos e o trabalho dela era só estudar. Acho que eu tinha dez ou onze anos quando eu fui morar com aquela família. A gente fica, com saudade, mas..., tinha que ser, depois quando eu voltei para casa do meu pai, quando eu tinha um pouco mais de entendimento não voltei e depois um dia eu fui lá uma vez procurar por eles pedi até ajuda por comida, aí ela perguntou porque eu não tinha voltado quando meus pais morreram, quando eu voltei já tinha era filhos. Eu gostava de morar com eles, agora só tem a mulher, naquela época tinha ela mais marido e a sogra, então morreu o marido e a sogra, agora ela está só, eles tinham um supermercado muito grande, era o maior da cidade, agora ela está só. Ainda vive e ela também era de família pobre, a mãe dela também era quebradeira de coco, o pai dela era carcamano, foi daqui da terra dele para lá e comprava coco na cidadezinha lá perto e a velha quebrava coco e vendia para ele e então ele procurou ela e perguntou se ela poderia fazer umas coisas para ele e ela disse que poderia e nesse negócio ela engravidou dela e quando os pais se casaram ela já era nascida. “Eu sei disso, porque nós somos todos de um lugar só, ali da vizinhança”. (“Maria Sol”)

4.3 O QUE NOS REVELAM AS NARRATIVAS – O SONHO DE SABER LER E ESCREVER

O sonho de saber ler e escrever é uma questão subjetiva de cada mulher entrevistada. Este sonho aparece pautado em realidades e situações vivenciadas por cada uma das estudantes que fizeram parte da pesquisa e perpassa por fatores como: autonomia, cidadania e melhores condições econômicas e sociais. A partir

das narrativas coletadas, verificamos que os sonhos que essas mulheres deixam transparecer se relacionam também com as marcas de violência que vivenciaram e com as sucessivas migrações que tiveram. Estes fatores refletem as condições de classes e de gênero que foram se moldando ao longo dos tempos, contribuindo para a manutenção e a perpetuação de um sistema excludente que rechaça a mulher social e moralmente.

Neste contexto, passamos às análises, em que, por meio da leitura criteriosa, observamos que alguns aspectos de vida se repetiram e se destacaram em todas as narrativas. Desta maneira, marcamos os temários que se entrelaçaram aos objetivos propostos nesta pesquisa:

- condições para interrupção ou negação da escolarização;
- impactos sentidos pela não participação na escolarização;
- razões para o retorno aos estudos;
- impactos que a escolarização está trazendo.

A análise e a discussão serão realizadas focando-se nos quatro temários levantados, que indicam os percursos escolares e impactos da escolarização para as mulheres estudantes do CEJA.

4.3.1 Condições para interrupção ou negação da escolarização

Em relação ao que nomeamos de interrupção ou negação da escolarização, identificamos nas narrativas das estudantes que nos primeiros anos de vivência escolar as mulheres entrevistadas apresentaram marcas de conflitos com outras/os estudantes e professoras/es. A violência sofrida dentro do ambiente escolar, a discriminação, a opressão e a falta de esclarecimentos da família acabou gerando o abandono escolar. Para Maria Flor e Maria Terra, o conflito existente na escola tem responsáveis legitimados: elas próprias, os professores e os pais, que não interferiram na situação vivida naquela época.

Neste sentido, identifica-se, pelas narrativas das estudantes, um sentimento de culpa e frustração, um relato de que foi pelas próprias limitações e opções escolhidas por elas e por familiares que ocorreu a interrupção ou negação da escolarização. No

entanto, a construção da culpa pessoal ou familiar é inculcada pela própria ideologia dominante da qual fazemos parte. O próprio sistema educacional e a estrutura social colocam em funcionamento o processo de exclusão escolar. Neste sentido, Freire(2005c),aponta-nos que:

[..] na necessidade fundamental que indivíduos expostos a situações semelhantes têm enquanto não se assumem a si mesmos, como indivíduos e como classe, enquanto não se comprometem, enquanto não lutam, de negar a verdade que os humilha. Que os humilha precisamente porque introjetam a ideologia dominante que os perfila como incompetentes e culpados, autores de seus fracassos cuja *raison d'être* se acha porém na perversidade do sistema (FREIRE, 2005c, p. 56).

A concepção acerca do fracasso escolar no que se refere à interrupção ou à negação aponta principalmente para a perversidade do sistema capitalista, pois este deposita principalmente nos meios populares uma ideologia produzida pela classe dominante,em que as barreiras para a escolarização são cada vez mais silenciosas e camufladas, sendo perpetuadas de modo tão sutil que quem as vivencia não as percebe e tampouco identifica que isto faz parte de um modelo de profundas desigualdades. Estas barreiras não podem ser colocadas como casos isolados, mas como condições complexas de exclusão que ocorre na escola e principalmente com os que já são marginalizados em outros meios sociais.

Segundo Manzato (2007), a interrupção ou negação da escolarização seguiu uma tendência a naturalização por parte de quem as vivencia, pois da mesma forma que é natural a entrada no ambiente escolar, também seguem este mesmo preceito a respeito da exclusão ou da negação escolar.

Nas narrativas de histórias devida que este trabalho compartilha, também ficam evidentes as questões que tangem o universo feminino sob o olhar do patriarcado. Neste campo, as narrativas das estudantes trazem como motivo para a interrupção da primeira escolarização questões como: cuidados com a casa, filhas/os e companheiros, desvalorização feminina em relação aos homens ou o simples fato de serem do sexo feminino e não necessitarem de escolarização.

Observamos que, nas narrativas de Maria Rosa e Maria Açucena, está presente a questão da permissão dos pais para estudarem, tanto o pai como a mãe impedem a permanência das filhas na escola, alegando não precisarem de escolarização por ser mulher.

Saffioti (2013) reflete que na visão patriarcal, existe o interesse em preservar

a estrutura familiar. Para isso, este sistema utiliza-se das diferenças básicas entre homens e mulheres como uma apropriada desigualdade no plano das capacidades civis e políticas, promove a negação ou interrupção da participação das mulheres nos ambientes públicos e afirma que “[...] o baixo nível de educação feminina é, assim, defendido em nome da necessidade moral e social de preservação da família [...]” (SAFFIOTI, 2013, p. 291). Quando as famílias das estudantes citadas anteriormente alegam que mulheres não necessitam de escolarização, estão reafirmando o pensamento patriarcal de exclusão, submissão e dominação dos homens sob as mulheres, perpetuando um sistema baseado em aspectos meramente biológicos e que promove diferenças socialmente construídas, determinando os papéis que devem ser exercidos pelos homens e mulheres na sociedade.

Esta questão de gênero firmada entre homens e mulheres e que se estabelece primeiramente dentro das famílias como uma tradição cultural confirma e fortalece o patriarcado, principalmente, “[...] na medida em que neste as relações são hierarquizadas entre seres socialmente desiguais [...].” (SAFFIOTI, 2015, p. 126).

Posterior às relações firmadas dentro da unidade familiar, há as relações desenvolvidas no ambiente escolar que são formadas por grupos de pessoas com características homogêneas e que ocupam grupos sociais diversificados. Retomando Oliveira (1999), concordamos com a autora quando afirma que as/os estudantes da EJA apresentam um “local social” e que neste, são formados grupos de pessoas com características homogêneas que fazem parte de grupos sociais diversificados. Neste caso, cada período da vida é identificado com uma série de papéis, atividades e relações, em que não cabe dúvida de que a entrada no mundo do trabalho e a formação de uma unidade familiar própria são identificadas como papéis, atividades e relações. Estas expectativas sociais que a família desenvolve em torno destas estudantes são dependentes em relação a fatores históricos, sociais e culturais, principalmente quando se trata das questões de maternidade e casamento.

Em relação a isto, Maria Açucena e Maria Lis narraram em suas histórias de vida um dos fatores que permeia o processo para interrupção e negação da escolarização: a maternidade aparece nas narrativas como sendo um dos obstáculos para permanência na escola. O abandono escolar está relacionado, principalmente, às responsabilidades assumidas ainda quando muito jovens. A

obrigatoriedade em exercer um papel social imposto pela sociedade e principalmente pela família impediu a permanência dessas mulheres na escola. Chiavassa (2004, p. 32) aponta que:

Historicamente, isso justificou o fato de os homens abocanharem mais recursos e mais influência do que as mulheres [...] O trabalho doméstico virou emblema de tarefa feminina e passou a ser considerado uma atividade inferior e menos valorizada do que o trabalho masculino.

Esta desvalorização do trabalho doméstico também é apontada na história de vida de Maria Lis. A estudante narra que desistiu dos estudos, porque deveria realizar os trabalhos domésticos e cuidar do filho. Essas atividades, quando relatadas no ambiente escolar para os colegas, causavam-lhe constrangimento, criando o impedimento em permanecer na escola.

As mulheres entrevistadas também narraram que tanto o trabalho doméstico quanto o trabalho nos espaços públicos tornaram-se barreiras para permanência no ambiente escolar. A necessidade de buscar trabalho remunerado para elas, apesar de ser considerado “[...] menos relevante que o trabalho do homem, define-se como subsidiário no conjunto das funções econômicas da família.” (SAFFIOTI, 2016, p. 64). E, por isso, é de extrema necessidade. Para confirmar este fato, encontramos na narrativa de Maria Terra, a sujeição em iniciar no sistema produtivo uma atividade exploratória, pois desempenhava um trabalho pouco remunerado pelo fato de ser do sexo feminino e infantil.

Segundo Moraes (2008), as mulheres iniciam suas vidas profissionais, subvalorizadas, por meio dos aprendizados das tarefas domésticas ainda realizadas em suas próprias casas ou casas de outros familiares e amigos, levando esse aprendizado para o mercado de trabalho, daí consumindo parte de sua vitalidade e de seu talento em funções pouco remuneradas.

É importante relatar que, apesar de terem sido privadas do ambiente escolar, as estudantes não mencionam inconformismo com relação a esta situação, o que se percebe é certa naturalização. As mulheres entrevistadas não cobram ou nomeiam a sociedade pela situação que vivenciaram. No entanto, relatam que os impactos sentidos por esta não participação na escolarização são deslocados para o espaço privado familiar. Logo, retira-se do Estado e do modelo econômico a responsabilidade desta condição, já apontada por Safiotti (2016) e destacada neste texto.

4.3.2 Impactos sentidos pela não participação na escolarização

Os impactos sentidos e narrados pelas estudantes, Maria Flor, Maria Terra e Maria Sol, remetem a um sentimento de medo da opressão e exclusão dos meios sociais. As estudantes narram em suas histórias de vida que se sentem à margem da sociedade e que o trabalho que desenvolvem nos espaços públicos lhes é pouco remunerado. A marginalização causada pela falta de escolarização lhes atribui um *status* não privilegiado, tornando-as inferiorizadas em todos os locais que atuam.

Quando as estudantes narram questões que se referem ao trabalho doméstico e ao trabalho realizado em espaços públicos, afirmam que se sentem prejudicadas, pois exercem funções pouco reconhecidas, com baixa remuneração e com uma jornada de trabalho demasiadamente longa, fenômenos que atribuem a falta de escolarização. A questão do trabalho vinculado à escolarização é muito marcante em todas as entrevistas, seja para se manter, seja para se (re) inserir ou para ter ascensão, ou seja, a escolarização para estas estudantes é intrínseca à condição de trabalho.

No entanto, é afirmado em Brasil (2007) que somente a educação não é suficiente para o desenvolvimento da nação. É necessário um conjunto de políticas que se estabeleçam ao longo de um processo histórico articuladas com a educação que apresenta papel estratégico no desenvolvimento de tais políticas. Quando as estudantes entrevistadas ressaltam a vinculação do trabalho à escolarização, percebe-se que apresentam a educação como fonte de desenvolvimento, trabalho e renda. Assim, verifica-se que a educação tem papel amplo e importante e que é necessário por meio dela e das políticas públicas criar condições materiais e culturais para consolidação de uma sociedade mais ética e equitativa.

Kauchakje (2003) ressalta que, em uma sociedade que existe acentuada desigualdade social, os direitos das pessoas que fazem parte das minorias, como as mulheres e outros grupos sociais, tendem a ser desrespeitados. As desigualdades sociais potencializam outras formas de injustiças sociais, ocasionando a marginalização e exclusão destas pessoas dos espaços considerados privilegiados inclusive do espaço escolar, que é um espaço de direito.

De acordo com Rodrigues (2008), o sujeito que é considerado excluído na

verdade está em outra posição, ocupando outro espaço, um espaço não privilegiado, mas, dentro da sociedade, é aquela e aquele que estão sendo parte fundamental da sociedade. Maria Açucena, Maria Terra e Maria Rosa percebem-se excluídas, porque, além de fazerem parte do grupo da população que recebe um salário injusto pelo trabalho que desempenham, também apresentam uma jornada de trabalho exaustiva, tanto pelo fato de trabalharem fora de casa e não terem com quem dividir as tarefas domésticas quando retornam ao lar, quanto por não serem reconhecidas pelo que realizam no espaço privado e público. Estas estudantes fazem parte da parcela da população que ocupa um lugar simbólico, que contribuem para uma dura realidade social “[...] o fortalecimento do exército de reserva [...] brasileiros e brasileiras sem alternativas de vida que vão engrossar os bolsões de miséria, ocupando subempregos [...]” (BRASIL, 2007, p. 24), e que, sem alternativas, estão sujeitas a perpetuar a dinâmica do sistema.

Os impactos sentidos pela negação ou interrupção da escolarização também se refletem em uma subvalorização da própria vida humana, onde a falta de conhecimento do corpo biológico e o sentido dado aos direitos de cada cidadão e o acesso às políticas públicas (saúde, educação, moradia e outras) que permeiam a vida humana acabam acarretando sérias doenças ou agravamento, prejudicando elas próprias e à seus filhos e irmãos, tanto no momento de busca por ajuda médica quanto no esclarecimento do diagnóstico e tratamento das doenças. Maria Sol, Maria Lis e Maria Rosa relatam que a miséria e a falta de conhecimento dos direitos que cercavam a vida em sociedade podem ter provocado, por exemplo, várias mortes sem suas famílias.

Neste sentido, podemos afirmar que os recursos naturais dos quais necessitamos para nossa sobrevivência também perpassam por questões de cidadania, pois envolvem uma série de fatores éticos, políticos e econômicos e que Ribeiro (2008, p. 89) aponta como sendo um dos responsáveis pela segregação social: “[...] a produção econômica capitalista ainda é responsável pela segregação social, econômica e, é preciso ressaltar, ambiental. [...]”.

Diante destas questões levantadas pelas estudantes durante as narrativas de suas histórias de vida, o próprio impacto pela não participação da escolarização foi atributo principal para que retornassem aos estudos.

4.3.3 Razões para o retorno aos estudos

Neste campo de análise, encontramos mais uma vez a questão do trabalho como fator principal nas narrativas das estudantes Maria Flor, Maria Rosa e Maria Lis relatam que o retorno aos estudos está diretamente vinculado à conquista de um bom trabalho. O trabalho para as estudantes entrevistadas é uma maneira de alcançar autonomia e independência, ou seja, é uma possibilidade de participar dos processos da sociedade. Ao mesmo tempo em que a questão do trabalho para as estudantes entrevistadas as fez abandonar ao negar o ambiente escolar é agora motivo para retorno aos estudos.

Como afirma Gonçalves (2010, p. 19), os sujeitos que compõe a EJA enfrentam um ciclo vicioso de exclusão “[...] frequentemente são acusados de que não têm trabalho ou têm um salário menor porque não estudaram, porém, a maior parte das vezes não estudaram porque trabalharam.”No entendimento das estudantes entrevistadas,ter acesso ao trabalho na esfera pública não significa receber somente um salário, mas principalmente ter um espaço de cidadania na sociedade.

No entanto, é necessário ainda ressaltar que é no ambiente de trabalho que se intensificam as diferenças e disparidades entre mulheres e homens, muitas delas com jornadas de trabalho longas e duplas, pois, além da esfera da produção,exercem o trabalho na esfera doméstica. Neste sentido, o próprio trabalho pode definir as posições sexualmente diferenciadas. As estudantes narraram que se sentem mais responsáveis pela casa e pelas/os filhas/os do que os companheiros, e que não confiam nos companheiros para realização do trabalho doméstico, fato que eleva o acúmulo de funções para a mulher.

Ainda, em se tratando do trabalho no universo da produção, segundo Gonçalves (2014), o discurso criado pelos empresários e reafirmado pelas políticas educacionais desde meados do século XX, (re) afirma que a ascensão social está relacionada à escolarização, aspecto que:

[...] numa perspectiva acentuadamente individualista, os empresários, falando em nome do mercado, relacionam a educação ao mercado de trabalho, como alternativa de mobilidade econômica e social (GOLÇALVES, 2014, p.19).

Desta maneira, o modelo escolar e educacional que vem se impondo desde a década de 1990 está ligado à razão econômica, em que as instituições, e em especial as escolas, só têm sentido dentro do serviço que devem prestar às empresas e à economia. Nesta lógica, a escola acaba perdendo progressivamente a autonomia que é acompanhada pela valorização da empresa colocada como ideal de vida. A EJA, no entanto, deve atuar como “[...] uma escola da diversidade, que se opõe ao da uniformidade [...]” (LAVAL, 2004, p. 95). Defender a igualdade não implica dizer que todas as escolas devam ser idênticas, quer dizer que os agentes da instituição devam se beneficiar de liberdades reais para levar adiante a equalização (LAVAL, 2004), para que a (re)inserção escolar não esteja apenas voltada ao exercício do trabalho em benefício da economia, mas que se perceba que será importante para uma plena cidadania.

A este respeito, encontramos, nas narrativas de Maria Terra, Maria Rosa, Maria Sol e Maria Açucena, as questões que abordam o tema cidadania. Este destaque surge quando relatam querer retornar aos estudos para poder participar ativamente das questões que envolvem a comunidade onde moram e também para conhecerem seus direitos. Segundo Chiavassa (2004), o exercício da cidadania não significa apenas o direito à representação na vida pública, mas também à dignidade em viver uma cidadania plena com direito à educação, à saúde e à segurança. O direito de acesso a bens comuns de toda população acaba por muitas vezes esbarrando na falta de conhecimento que se tem deste direito. Quando Maria Sol ressalta sentir vergonha por não saber assinar o próprio nome e ter que colocar a digital como assinatura no documento bancário, fica evidente que o próprio direito à educação não foi usufruído mesmo depois de adulta.

Outro aspecto importante refletido pelas estudantes foi o desejo de ajudar as/aos filhas/os e outros parentes nas questões escolares, Maria Flor, Maria Terra, Maria Rosa, Maria Açucena e Maria Lis afirmam que se sentiram incentivadas a retornar aos estudos principalmente para servir de exemplo para as/os filhas/os. Assim a escola (vida pública) entra nesse meio até como aproximação entre os sujeitos e ajudar, nestes casos, pode ser considerado muito mais do que prover, é algo mais amplo, que envolve afeto, responsabilidade e proteção, tudo o que não puderam vivenciar enquanto crianças.

Conforme observamos, algumas mulheres são incentivadas a retornar aos estudos pelos familiares, outras só conseguem este retorno após saírem de casa e

abandonarem os companheiros, a exemplo de Maria Rosa, que somente depois de ter conhecido um novo companheiro conseguiu retornar aos estudos. A violência física e psicológica que sofria do primeiro companheiro a fez fugir de casa e mudar de cidade, levando uma filha nos braços e outra em plena gestação. No caso de Maria Rosa, a violência do companheiro durante o primeiro casamento aflorava toda vez que tentava buscar seu histórico escolar em outra cidade.

Em todas as narrativas, as estudantes relatam que buscaram alcançar a emancipação por meio da escolarização. Para estas mulheres, a própria defasagem escolar é vista como responsabilidade individual, reforçando a ideia de culpabilização. Embora estas estudantes sejam estimuladas por muitas pessoas, e principalmente pelo local de trabalho, a procurar essa modalidade de ensino para adequar a relação idade própria/ano escolar, todas acreditam que será por meio da escolarização que atingirão melhores condições de vida.

4.3.4 Impactos que a escolarização está trazendo

Os impactos que a escolarização está trazendo às estudantes do CEJA aparecem nas narrativas de história de vida principalmente como a realização de um sonho, um sonho que foi interrompido para muitas das estudantes e que somente na vida adulta estão conseguindo realizar. “Ler e escrever não têm significado em si mesmos, mas adquirem este significado na medida em que estão integrados num contexto social e cultural.” (STRECK, 2001, p. 23). As condições de interrupção, de impacto pela falta de escolarização e os motivos para retorno estão intimamente relacionados às questões sociais e culturais vivenciadas pelas estudantes. E, a partir do momento que sentem os impactos pela escolarização, o significado passa a ter outra representatividade na vida dessas mulheres.

Neste sentido, as estudantes Maria Terra, Maria Rosa e Maria Açucena narraram que a escolarização está trazendo outras possibilidades de convivência, relacionam-se melhor com os membros familiares, relatam ter mais paciência com as/os filhas/os e companheiros depois que retornaram para escola. Maria Flor e Maria Sol dizem encontrar na escola uma maneira de socialização com outras pessoas, pois conseguiram fazer amizades com outras/os estudantes na escola e se sentem felizes por isso.

Outra dimensão significativa apresentada nas entrevistas diz respeito ao

exercício da cidadania e autonomia. As estudantes afirmam ter maior participação nos grupos sociais que fazem parte, na comunidade onde moram, no ambiente de trabalho e no interior de suas famílias. Elas relataram que se sentem com mais segurança em dar opiniões e exigir seus direitos. Além disso, sentem-se realizadas por incentivar outras pessoas a retornarem aos estudos e, principalmente, passaram a valorizar ainda mais a autonomia que estão conquistando.

Vale ressaltar que, para as estudantes, a conquista da cidadania se concretiza em especial com a atuação da escola em suas vidas. No entanto, esta conquista não se dá apenas pelo domínio da leitura e da escrita e pelo acúmulo de conhecimentos adquiridos no ambiente escolar, mas na convivência e interação com outros sujeitos na vida social e cultural. Neste sentido, Coutinho (2001, p. 02) corrobora no que diz respeito à cidadania e ao processo histórico:

A cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando um processo histórico de longa duração.

O sonho da escolarização também está relacionado às questões socioeconômicas, Maria Lis afirma estar em melhores condições de vida, proporcionadas por uma melhora no trabalho desde que retornou aos estudos. Observa-se que a questão do trabalho vinculado à escolarização está presente em todos os temários elencados. Segundo Pochmann (2004), o trabalho, desde sua estrutura histórica mais primitiva, é compreendido como condição de financiamento da sobrevivência da vida humana e nem sempre está associado ao desenvolvimento humano. No entanto, Maria Flor, Maria Rosa e Maria Lis relatam que, além da sobrevivência pelo trabalho, existe a afirmação de estarem realizando o sonho de ter uma profissão. É, portanto, a reafirmação e o reconhecimento como cidadãos de direito.

A subjetividade do sonho em saber ler e escrever reflete uma conquista que vai muito além do que um certificado de conclusão da Educação Básica: representa a autonomia e a clareza de poder usufruir de todo acervo histórico, social e biológico desenvolvido pelo ser humano ao longo dos anos e que é de todos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DE UM CICLO – Últimas palavras

Ao final desse percurso enriquecedor e transformador, chego aqui tomada de vários aprendizados e sentimentos que foram compartilhados e complementados por várias pessoas. A este trabalho, atribuo sentido de passagem, interposições e transformações nas quais construí discussões com as professoras e colegas do Mestrado em Educação.

As mulheres estudantes do CEJA que participaram da pesquisa foram pessoas de extrema generosidade, que dispuseram seu tempo e histórias de vida, possibilitando, assim, que todo esse movimento de trabalho se constituísse em uma pesquisa em educação e revelasse os meandros das trajetórias escolares de suas vidas. Os saberes e práticas que as estudantes trouxeram em suas narrativas contribuíram para fortalecer a concepção do direito à escolarização formal, principalmente para aquelas que a buscam em idade adulta.

Escutei vários percursos de vida, emocionei-me e aprendi muito com as histórias de vida das estudantes. Vi que sempre existe a possibilidade de mudança e reinvenção de uma nova trajetória de vida. Compreendi que fazemos parte de uma engrenagem de disparidades entre os vários sujeitos da sociedade e muitas vezes estamos condicionadas a preconceitos e a divisões de classes, que injustamente articulam situações que prejudicam cada vez mais aquelas e aqueles que não têm chance de participar dos direitos sociais da própria humanidade ao longo da história.

Conhecer as várias histórias de vida das estudantes fez-me mergulhar e me aventurar nas várias trajetórias vivenciadas por elas, me fez conhecer “um pouquinho” do que ficou guardado nas memórias e nos corações destas mulheres por vários anos e que, a partir desse compartilhamento, puderam voltar à tona, reavivando o passado. Assim, ressalto mais uma vez que as narrativas explicitadas pelas estudantes me proporcionaram compreender as questões a que me propus investigar nesta pesquisa, verificar qualitativamente que a(re)inserção ao ambiente escolar tem proporcionado caminhos para (re)afirmação de direitos, conscientização e cidadania às estudantes do CEJA de Jaraguá do Sul – SC.

Realizar um trabalho com histórias de vida de mulheres estudantes da EJA não é tarefa fácil. A demanda de atividades efetuadas por cada uma das mulheres estudantes me levou a estabelecer caminhos específicos e um cuidado

metodológico e ético para que as narrativas pudessem transcorrer de maneira a alcançar os objetivos propostos sem ferir ou interferir sobremaneira em seus cotidianos. Desse modo, as escolhas dos locais para entrevista tiveram que estar a contento das estudantes, para que se sentissem à vontade e confiassem no trabalho de pesquisa do qual faziam parte. Os horários para as entrevistas não poderiam ser os de aulas ou de trabalhos das estudantes ou mesmo o momento de estar com os familiares e também considerar um novo encontro para leitura e aprovação das transcrições. Cada organização e reorganização de diálogos forneceram movimentos de aprendizagem em um ir e vir de contentamentos e angústias, com acertos e possíveis erros, construindo assim a materialidade desta pesquisa.

Vale destacar aqui reflexões que o caminhar da pesquisa possibilitou. Dentre as muitas questões provocadoras, faz-se necessário apresentar a materialização do trabalho dentro de um recorte de tempo (século XXI), estudos e indicadores de políticas públicas que se referem às especificidades das mulheres estudantes do CEJA/Jaraguá do Sul – SC. Saber quem são elas, de onde vêm e que trabalhos desenvolvem, foi parte fundamental da pesquisa.

A proporcionalidade entre mulheres e homens na busca pela escolarização que se identificou nos dados obtidos, também apontou para a segregação de gênero. O fato de termos encontrado número maior de mulheres no primeiro segmento do Ensino Fundamental e menor nos demais níveis de ensino revelou-nos que existe diferenças nos acessos sociais, culturais e econômicos para mulheres e homens. Foi-lhes inculcado desde crianças que as mulheres devem permanecer em casa e se ocuparem com os afazeres domésticos, adentrarem no ambiente do trabalho público somente para complementar a renda familiar. Essas premissas estão relacionadas aos diferentes papéis femininos que foram se moldando e se perpetuando na sociedade, interferindo no acesso da mulher a vários meios sociais, principalmente, no que diz respeito ao acesso à escolarização e permanência nesta condição por um período maior. Neste mesmo patamar, os familiares, amigos e outras instituições contribuíram e muito para a legitimação e o processo hegemônico da segregação de gênero que se vivencia em várias partes do planeta.

Este processo de exclusão aponta para os diferentes grupos sociais que se formam e que Oliveira (1999) explicita e a que as estudantes fazem parte, que é o de não crianças, o de donas de casa, que se casaram cedo e tiveram que abdicar dos sonhos para atender aos cuidados domésticos, o de trabalhadoras nos meios de

produção, nos quais devem realizar um bom trabalho e com remunerações muitas vezes menores que as dos homens para desempenharem a mesma função e, principalmente, a de estudantes que buscam na escolarização uma melhora de vida.

Nesta perspectiva, pode-se, por meio das reflexões sobre as narrativas, compreender que existe um sentimento de culpa e frustração pela situação de dificuldades que muitas delas vivem. De certa maneira, há um convencimento de que são as únicas responsáveis e que somente pela própria força de vontade poderão melhorar de vida. As escolhas, limitações e dificuldades que ao longo dos anos foram impostas às estudantes passam despercebidas por elas. Todo sistema, no entanto, é fruto de uma construção perversa que se estrutura e se organiza todos os dias pelos mais variados meios de vida, de modo a se manterem exclusões e discriminações, que são legitimadas e confirmadas para manter a ideologia dominante.

Trazer o conceito de inclusão perversa para as estudantes do CEJA e, principalmente, discutir esse fenômeno é importante, pois entendemos que, para as/os estudantes que frequentam esta modalidade, o retorno à escolarização não é um processo fácil, uma vez que envolve uma série de fatores internos e externos que permeiam suas vidas e que devem ser entendidos como condições sociais e não somente pessoais.

Durante as entrevistas, as estudantes revelaram que a busca pela escolarização é uma maneira de vencer obstáculos, conseguir respeito na sociedade e exercer a cidadania. No entanto, estas estudantes acreditam, acima de tudo, que a escolarização lhes trará possibilidades e oportunidades de melhores empregos e melhores condições de vida, fato que se configura com as premissas que o mercado de trabalho estabelece, além de níveis mais altos de qualificação profissional e mais anos de estudos. Na verdade, a mulher sofre de duas maneiras: com a pressão do meio profissional, buscando estratégias de superação de sua marginalização do sistema produtivo dos bens e serviços; e com a situação do “ser” mulher e o trabalho, na esfera privada.

Outro ponto importante de que tratam as narrativas e sobre o qual é necessário refletir é a violência sofrida pelas estudantes durante a infância e a adolescência. O abandono e a violência doméstica, por exemplo, fizeram parte do desenvolvimento destas mulheres. E em suas histórias de vida, elas apontam a escola como um local de conhecimentos, de encorajamento e de experiências que

são compartilhadas com outras/os colegas e professoras/es para uma possível mudança nestes comportamentos. Para estas mulheres, a escola tem função importante, porque, além de atribuir valor ao conhecimento que trazem de outras vivências compartilhadas, ampliam a dimensão do direito ao espaço público como artefato de cidadania, bem como a compreensão de mundo.

No entanto, faz-se necessário ressaltar que a educação não é salvacionista para todas as questões sociais. Ela é, na verdade, uma alavanca para o desenvolvimento da cidadania é ponto chave e estratégico para colaborar no desenvolvimento de políticas públicas sólidas para uma sociedade mais ética, justa e possível a todas/os.

A educação de jovens e adultos, desde sua inserção e abrangência por meio dos movimentos sociais e outras entidades da sociedade civil, teve características próprias, sempre agregou uma variedade de sujeitos com finalidades pautadas em condições objetivas e subjetivas que apresentavam e ainda apresentam demandas e interesses múltiplos. A descontinuidade dos projetos e programas infelizmente têm sido uma das características que permanece nestas ações. Lutas e enfrentamentos contrários aos interesses privados da educação enquanto um direito público vem, ao longo dos tempos, criando pautas e políticas para que esse processo histórico de desigualdade seja findado.

Quando pensamos na educação de jovens e adultos e mulheres que estão inseridas neste meio, remetemo-nos às várias condições vivenciadas e narradas pelas mulheres estudantes desta pesquisa: situações difíceis, de abandono, negação e recomeço. E, é neste sentido de recomeço que se faz necessária e urgente uma maior e mais profícua visibilidade para as questões de gênero. Não bastam somente políticas públicas e legislações que garantam os direitos, deve haver uma efetiva mudança de consciência e de práticas diferenciadas no modo de se fazer políticas. Condição como ética, singularidade e dignidade são questões imprescindíveis à construção de equidade como possibilidade de vivenciar a plenitude da cidadania.

Por fim, ao concluir este ciclo do aprender de si e das outras *Marias*, nossa imensa gratidão representada nas incontáveis lutas de Maria Flor, corajosamente se pronunciando “[...] Gosto da escola. [...] A mente abriu, antes eu era com a mente fechada. Ai depois a mente foi abrindo, eu fui aprendendo e entendendo tudo que é bom. Agora que eu já sei, entendo, converso, observo [...]” (Maria Flor, em narrativa

cedida à pesquisa, em 2015).

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. A Educação de Jovens e Adultos em Tempos de Exclusão. In: **Construção Coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos**. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005.

_____. Formar educadoras e educadores de jovens e adultos. In: SOARES, L. (Org.). **Formação de educadores de jovens e adultos**. SECAD-MEC/UNESCO. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. (p. 17 – 32).

ALBERTI, Verena. **História Oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

_____. **Ouvir Contar**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e Educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: UNESP, 1998.

BARROCO, Sonia Mari Shima. Contexto e textos de Vygotsky sobre a defectologia: a defesa da humanização da pessoa com deficiência. In: BARROCO, Sonia Mari Shima; LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro; SILVA, Tânia dos Santos Alvares da (orgs.). **Educação Especial e teoria histórico cultural: em defesa da humanização do homem**. Maringá: EDUEM, 2012.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo I: fatos e mitos**. 7. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. **O Segundo Sexo II: a experiência vivida**. 6. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: LDB nº 5.692**. Brasília, DF: 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm>. Acesso em: 28 mar. 2016.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: LDB nº 9.394**. Brasília, DF: 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/articleid:legislacoes>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

_____. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Brasília, DF: 2014. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documentoreferencia.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 23 abr. 2015.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB 11/2000. **Diário Oficial da União**. 09 de junho de 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf>. Acesso em: 23 abr.2015.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB 03/2010. **Diário Oficial da União**. 15 de junho de 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/resolucao_03_2010.pdf>. Acesso em: 18 maio 2015.

_____, **Lei nº 11.340**, de 07 de agosto de 2006. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htmf>. Acesso em: 02 jan. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Documento Base PROEJA**. Ensino Médio. Brasília, 2007

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **A Era Vargas**: dos anos 20 a 1945. Rio de Janeiro 2015. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos3745/PoliticaAdministracao/Constituicao1937>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

CHIAVASSA, Rosana. Mulheres: As desigualdades persistem. In: PINSKY, Jaime (org.). **Práticas de Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2004.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cidadania e Modernidade. In: **Perspectivas**. Rio de Janeiro, nº 22, p. 41-59, 1999.

CURY, Carlos Roberto Jamil, **Educação e Contradição**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História Oral e Narrativa: tempo, memória e identidade. In: **VI Encontro Nacional de História Oral**, 6, 2003, Minas Gerais. Conferencia de abertura, 2003. p. 9-25.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 41. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2005a.

_____. **Educação Como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2005b.

_____. **Pedagogia da Esperança**. 12. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2005c.

_____. **Política e Educação**. Orgs. Ana Maria de Araújo Freire. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2014.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. **Educação de Jovens e Adultos**: teoria, prática e proposta. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GOES, Josiane Meyer de. **A Educação de Jovens e Adultos na Rede Municipal**

de Joinville: Caminhos e Descaminhos na Implementação das Políticas Públicas. 2013. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade da Região de Joinville, Joinville, SC, 2013.

GONÇALVES, Rita de Cássia Pacheco. **Processos Pedagógicos para Permanência e Êxito**. Florianópolis: IFSC, 2014.

_____. Rita de Cássia Pacheco. EJA e o Mundo do Trabalho. In: LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes. **Educação de Jovens e Adultos na Diversidade**. Florianópolis: UFSC, 2010.

GROSSI, Patricia; TAVARES, André Fabrício; OLIVEIRA, Simone Barros de. **A rede de proteção à mulher em situação de violência doméstica: avanços e desafios**. Athenea Digital, 14, 267-280. 2008. Disponível em: <<http://www.psicologiasocial.uab.es/atheneadigital/article/view/538>>. Acesso em: 13 nov. 2016.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de Jovens e Adultos. In: **Revista Brasileira de Educação**, nº 14, p. 108-194, 2000.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Educação e Deslocamentos. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: < <http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-no-brasil/>>. Acesso em: 26 jul. 2015.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Informações Estatísticas**. Disponível em: <<http://www.portal.inep.gov.br/web/guest/dados>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

INSTITUTO JOURDAN, **Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Urbano de Jaraguá do Sul**. Disponível em: <<http://www.joudan.org.br/advertise/mapas-pdo/>>. Acesso em 12 maio 2016.

KANAAN, Hanen Sarkis. **“Quando eu saí de casa”**: inventário das políticas públicas e práticas educativas emancipatórias do Programa Mulheres Mil. 2015. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade da Região de Joinville, Joinville, SC, 2015.

KAUCHAKJE, Samira. “Comunidade Surda”: as demandas identitárias no campo dos direitos, da inclusão e da participação social. In: SILVA, Ivani Rodrigues; KAUCHAKJE, Samira; GESUELI, Zilda Maria (orgs.). **Cidadania, Surdez e Linguagem: Desafios e realidade**. São Paulo: Plexus, 2003.

KLEIN, Lígia Regina; SILVA, Graciela L. R. da. Quando o discurso da diferença desdenha a desigualdade: as armadilhas da inclusão. In: BARROCO, Sonia Mari Shima; LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro; SILVA, Tânia dos Santos Alvares da (orgs.). **Educação Especial e Teoria Histórico Cultural: em defesa da humanização do homem**. Maringá: EDUEM, 2012.

LAVAL, Christian. **A Educação não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Londrina, PR: Planta, 2004.

MANZATO, Carolina Rodrigues. **Educação de Jovens e Adultos: palavras de**

mulheres a respeito do processo de escolarização.2007. 147 f. Dissertação (mestrado em Educação).São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos, 2007.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **História Oral**.4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Cidadania no Feminino. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2008.

MURARO, Rose Marie. Breve Introdução Histórica ao livro O martelo das feiticeiras. In: **Revista Em Aberto**, Brasília, nº92, p. 177-187, 2014.

MUCIDA, Angela. **Escrita de uma memória que não se apaga**: envelhecimento e velhice. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

NASCIMENTO, Milton; **Vida e Obra de Milton Nascimento**. Disponível em: <<http://www.miltonnascimento.com.br/site/obra.php>>. Acesso em 22 jun. 2016.

NIENCHOTER, Rosane. **A EJA em minha vida**: trajetórias sociais de egressos da Educação de Jovens e Adultos no Município de Palhoça (SC). 2012. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Florianópolis, SC: UDESC, 2012.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Jovens e Adultos como Sujeitos de Conhecimento e Aprendizagem. **22ª reunião anual da ANPED**, Caxambu. P. 1-24, set. 1999.

PAIVA, Jane. **Educação de Jovens e Adultos**: direito, concepções e sentidos. 2005. 405 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2005.

PAIVA, Jane; MACHADO, Maria Margarida; IRELAND, Timothy. Ministério da Educação, SECADI. In: **Coleção Educação para Todos - Educação de Jovens e Adultos**: uma memória contemporânea. 1996-2004. Brasília, 2007.

POCKMANN, Marcio. Direito ao trabalho: da obrigação à consequência. In: PINSKY, Jaime (orgs). **Práticas de Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2004

ROSEMBERG, Fúlvia. Ministério da Educação. In: **Coleção Educação para Todos – Olhares Feministas**. Brasília, 2006.

RODRIGUES, Lidia Mercedes. Educação de Jovens e Adultos na América Latina: políticas de melhoria ou de transformação; reflexões com vistas à VI CONFINTEA. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 41, p. 326-396, maio/ago., 2008.

SAFFIOTI, Heleith, **A Mulher na Sociedade de Classes**: mito e realidade. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. **Gênero Patriarcado Violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: temas multidisciplinares. Florianópolis, SC, 1998.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: formação integral na educação básica. Florianópolis, SC, 2014.

_____. Conselho Estadual de Educação. Resolução CEE/SC 074/2010. **Diário Oficial do Estado**. 07 dez. 2010. Disponível em: <<http://www.doe.sea.sc.gov.br/Repositorio/20160225/Jornal/1369.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. Portaria CEE/SC 13/2016. **Diário Oficial do Estado**. 25 fev. 2016. Disponível em: <<http://www.doe.sea.sc.gov.br/Repositorio/20160225/Jornal/1369.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2016.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação. **Documentos do Centro de Educação de Jovens e Adultos**. Disponível em: <<http://serieweb.sed.sc.gov.br/login.aspx?ReturnUrl=%2fcadalunoens2.aspx>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

SANTA CATARINA, Centro de Educação de Jovens e Adultos. **Projeto Político Pedagógico**. Jaraguá do Sul, 2016.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 12. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

STRECK, Danilo R. Pesquisar é pronunciar o mundo. In: STRECK, Danilo R.; EGGERT, Edla; SOBOTTKA, Emil. **Dizer a sua palavra**. Pelotas, RS: Seiva Publicações, 2005.

_____. Danilo R. **Pedagogia no encontro de tempo**: ensaios inspirados em Paulo Freire. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SAWAIA, Bader. Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In: **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SOARES, Leôncio José Gomes. **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

TAMANINI, Elizabete. **Educação popular, patrimônio cultural e museu no século XXI – o que têm a nos dizer sobre a presença da mulher?** Trama Interdisciplinar, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 150-164, jan./abr. 2016.

THOMPSON, Paul. **A voz do Passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VEIGA-NETO, Alfredo. Incluir para excluir. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos. (orgs.) **Habitantes de Babel**: políticas e poéticas da diferença. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2011.

VIGOTSKY, Lev Semenovich. (1934) **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. Organizadores: Michael Cole et al. Tradução: José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ANEXOS



UNIVERSIDADE DA REGIÃO
DE JOINVILLE UNIVILLE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: SONHEI QUE SABIA LER E ESCREVER: VOZES FEMININAS NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Pesquisador: Jaqueline Creisy Carvalho Milbradt

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 49149615.5.0000.5366

Instituição Proponente: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE - UNIVILLE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.317.544

Apresentação do Projeto:

Conforme exposto no parecer consubstanciado nº 1.282.766.

Objetivo da Pesquisa:

Conforme exposto no parecer consubstanciado nº 1.282.766.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Conforme exposto no parecer consubstanciado nº 1.282.766.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Conforme exposto no parecer consubstanciado nº 1.282.766.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Conforme exposto no parecer consubstanciado nº 1.282.766. Contudo a pendência foi respondida.

Recomendações:

Não se aplica.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto "SONHEI QUE SABIA LER E ESCREVER: VOZES FEMININAS NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS", sob CAAE 49149615.5.0000.5366 teve

Endereço: Rua Paulo Malschitzki, nº 10. Bloco B, Sala 17.

Bairro: Zona Industrial

CEP: 89.219-710

UF: SC

Município: JOINVILLE

Telefone: (47)3461-9235

E-mail: comitetica@univille.br



Continuação do Parecer: 1.317.544

suas pendências esclarecidas pelo (a) pesquisador(a) Jaqueline Creisy Carvalho Milbradt, de acordo com a Resolução CNS 466/12 e complementares, portanto, encontra-se APROVADO.

Informamos que após leitura deste parecer, é imprescindível a leitura do item "O Parecer do CEP" na página do Comitê no sítio da Univille, pois os procedimentos seguintes, no que se refere ao enquadramento do protocolo, estão disponíveis na página. Segue o link de acesso (<http://community.univille.edu.br/cep/statusparecer/577374>).

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade da Região de Joinville - Univille, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_588663.pdf	17/10/2015 00:11:40		Aceito
Outros	Doc5.pdf	17/10/2015 00:07:27	Jaqueline Creisy Carvalho Milbradt	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.pdf	17/10/2015 00:04:26	Jaqueline Creisy Carvalho Milbradt	Aceito
Folha de Rosto	Doc8.pdf	16/10/2015 23:54:05	Jaqueline Creisy Carvalho Milbradt	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.doc	12/09/2015 19:13:17	Jaqueline Creisy Carvalho Milbradt	Aceito
Outros	Roteiro_Narrativas.pdf	12/09/2015 19:06:51	Jaqueline Creisy Carvalho Milbradt	Aceito
Outros	Autorizacao_Imagem.pdf	12/09/2015 19:02:07	Jaqueline Creisy Carvalho Milbradt	Aceito
Outros	Declaracao_Ceja.pdf	12/09/2015 18:57:52	Jaqueline Creisy Carvalho Milbradt	Aceito
Outros	Carta_Apresentacao.pdf	12/09/2015 18:55:52	Jaqueline Creisy Carvalho Milbradt	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Paulo Maischitzki, n° 10. Bloco B, Sala 17.

Bairro: Zona Industrial

CEP: 89.219-710

UF: SC

Município: JOINVILLE

Telefone: (47)3461-9235

E-mail: comitetica@univille.br



UNIVERSIDADE DA REGIÃO
DE JOINVILLE UNIVILLE



Continuação do Parecer: 1.317.544

JOINVILLE, 11 de Novembro de 2015

Assinado por:
Eleide Abril Gordon Findlay
(Coordenador)

Endereço: Rua Paulo Malschitzki, nº 10. Bloco B, Sala 17.

Bairro: Zona Industrial

CEP: 89.219-710

UF: SC **Município:** JOINVILLE

Telefone: (47)3461-9235

E-mail: comitetica@univille.br

APÊNDICES

APÊNCICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar, ou então autorizar a participação, como voluntário (a), de seu (sua) filho (a), em uma pesquisa científica intitulada **“LUGAR DE MULHER É EM CASA?” INSERÇÃO FEMININA EM CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO SÉCULO XXI**”, que será desenvolvida pela mestranda **FERNANDA GRESCHEN**, sob a coordenação da Prof.^a Dr.^a **ELIZABETE TAMANINI**, que estão vinculadas ao Grupo de Estudo e Pesquisa Políticas e Práticas Educativas/GEPPPE do Programa de Mestrado em Educação da UNIVILLE –Universidade da Região de Joinville.

Este projeto de pesquisa se justifica mediante a necessidade de investigar o processo de inserção feminina em cursos profissionalizantes na perspectiva dos movimentos sociais e políticos de participação da mulher no século XXI. Esta pesquisa também procurará identificar o processo de construção do ideário social de mulher ao longo da história brasileira e suas implicações no conjunto de relações da formação da educação profissional, para tanto, a Pesquisa acima citada, teve início em abril de 2015 (estudos prévios), com término previsto para novembro de 2016.

Os dados serão coletados por meio da realização de entrevistas, mediante sua autorização. Destacamos que, pelo interesse científico, as entrevistas serão registradas via anotações em bloco de notas e por gravações de voz, desde seu consentimento, transcritas e posteriormente apresentadas para a sua aprovação. Importante ressaltar que você ou seu(sua) filho(a), terão total liberdade de se recusar a participar das atividades propostas pela pesquisadora se de alguma maneira, sentirem-se constrangidos(as), assim como também poderão desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que a recusa ou a desistência acarrete qualquer prejuízo a (ao) estudante ou ao responsável. É importante mencionar que você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira ao participar desta pesquisa.

Destacamos que a participação nesta pesquisa é opcional e que representa riscos ou desconfortos mínimos, apesar disso, você tem assegurado o direito a ressarcimento ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa. Conceitualmente toda coleta de dados envolvendo seres humanos acarreta em algum tipo de risco, incluindo os riscos inerentes à vida (risco mínimo). Caso tenha dúvidas, leia mais informações no item RISCOS: <http://novo.univille.edu.br/pt-BR/a-univille/proreitorias/prppg/setores/area-pesquisa/comite-etica-pesquisa/projeto-de-pesquisa-com-seres-humanos/645058>.

Lembramos ainda, que sua participação ou de seu/sua filho/a será de suma relevância para o cumprimento do objetivo proposto por este estudo; promovendo benefícios de âmbito acadêmico e profissional para o campo das Políticas Públicas do município de Joinville e Região e para a produção teórica sobre a temática mulher e educação profissional. Nesse sentido, os resultados da pesquisa, poderão ser apresentados em congressos, periódicos científicos e eventos promovidos na área de ciências humanas, para tanto, peço a sua anuência.

De igual modo, é importante lembrar que você e/ou o responsável terá direito a esclarecimentos sobre a pesquisa em qualquer momento, sendo sempre garantido

o sigilo de identidade e de informações confidenciais. Os dados da pesquisa ficarão sob responsabilidade da pesquisadora durante cinco anos, após este período, os documentos serão devidamente destruídos.

Em caso de dúvida, você poderá procurar a professora orientadora desta pesquisa Prof.^aDr.^a Elizabete Tamanini no Programa de Mestrado em Educação da UNIVILLE, pelo telefone (47) 3461-9077 ou no seguinte endereço: Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, Rua Paulo Malschitzki, 10 - Zona Industrial, Campus Universitário - Joinville/SC, CEP 89219-710, Bloco A, sala A, 227B. Bem como, com a pesquisadora, pelo telefone (47) 8450-1369, que estará disponível para esclarecimentos no horário das 19h às 21h.

Atenção: A sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escreva para o Comitê de Ética em Pesquisa da Univille. Endereço – Rua Paulo Malschitzki, 10 - Bairro Zona Industrial - *campus* Universitário – CEP 89219-710 Joinville – SC ou pelo telefone (47) 3461-9235. Após ser esclarecido (a) sobre as informações do projeto, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine o consentimento de participação do sujeito, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma.

Pesquisador responsável:

Nome: _____

Assinatura: _____

APÊNDICE B - CONSENTIMENTO

Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar e/ou autorizar meu/minha filho(a) a participar do presente estudo como sujeito e declaro que fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos.

Local e data: _____

Assinatura do Sujeito ou Responsável legal: _____

Telefone para contato: _____

Centro de Educação de Jovens e Adultos – Rua: João Januário Ayroso, 115, Bairro Jaraguá Esquerdo – Jaraguá do Sul/SC

Blocos Temáticos para as narrativas das mulheres estudantes da EJA – apoiado em temas geradores - para o processo de Pesquisa.

Narradora: _____

Ouvinte: **Jaqueline Creisy Carvalho Milbradt**

Data: / / Horário: _____

Local da Narração: _____

Projeto: “Sonhei que sabia ler e escrever: vozes femininas no processo de escolarização na educação de jovens e adultos”

Neste dia ____ de _____ de 2015, eu, Jaqueline Creisy Carvalho Milbradt, mestranda do Mestrado em Educação, da Univille, estou realizando a audição da história de vida da _____, estudante do Centro de Educação de Jovens e Adultos, sobre seus sentidos para busca da escolarização. Esta audição faz parte do projeto de pesquisa **“Sonhei que sabia ler e escrever: vozes femininas no processo de escolarização na educação de jovens e adultos”**

- 1) Vida na infância junto à família - frequentava a escola ou era incentivada a frequentar a escola por algum membro da família.
- 2) Vida na adolescência - por que deixou ou nunca frequentou a escola, eo que desejava para o futuro em sua vida adulta.
- 3) Vida na juventude – familiares incentivavam o retorno aos estudos, como se deu o retornou aos estudos, frequentou outro ambiente de estudos.
- 4) Vida adulta - O que mais gosta de aprender no CEJA, quais os desejos para o futuro.
- 5) Os sentidos às oportunidades educacionais e profissionais para as mulheres no Brasil de hoje.
- 6) Experiência nos espaços públicos sociais e sobre sua participação na vida comunitária.
- 7) Dificuldade ou entraves sociais, culturais e/ou políticos para as mulheres nos dias de hoje.
- 8) Os impactos da escolarização na vida das mulheres.

APÊNDICE C - Produções Acadêmicas Selecionadas

Nº	Ano	Base de Dados	Nível	Autor	Orientador	Instituição	Título
1	2014	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD	Doutorado	ARAÚJO, Vanda Almeida da Cunha	CAVALCANTE, Ludmila Oliveira Holanda	Universidade Estadual de Feira de Santana 2014	Os sentidos da escolarização para mulheres no rural de feira de Santana/Bahia: narrativas de trajetórias e sonhos de mulheres da EJA
2	2014	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD	Mestrado	SANTOS, Pollyana dos	DURAND, Olga Celestina da Silva, Universida de Federal de Santa Catarina	Universidade Federal de Santa Catarina	Os sentidos das experiências escolares nas trajetórias de vida de mulheres em privação de liberdade
3	2013	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD	Mestrado	LEONCY, Chistiane Evelyn Teixeira	GUIMARAES, Aurea Maria	Universidade Estadual de Campinas	Mulheres na EJA: Questões de Identidade e Gênero
4	2011	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD	Mestrado	BASTOS, Ludimila Correa	EITERER, Carmem Lucia	Universidade Federal de Minas Gerais	Traçando metas, vencendo desafios: experiências escolares de mulheres egressas da EJA
5	2011	BIBLIOTECA CEREJA	Mestrado	BASTOS, Ludimila Correa	EITERER, Carmem Lucia	Universidade Federal de Minas Gerais	Traçando metas, vencendo desafios: experiências escolares de mulheres egressas da EJA
6	2010	33ª ANPED	Artigo	COSTA, Cláudia Borges	-	UCG	Trabalhadoras alunas da EJA: Desafios da sobrevivência e a permanência na escola
7	2011	34ª ANPED	Artigo	PEREIRA, Aurea da Silva	-	Universidade Estadual da Bahia	A construção social das mulheres de Saquinho: Narrativas e cenas de pesquisa: D. Amélia e as memórias de escola
8	2011	34ª ANPED	Artigo	VALLE, Mariana Cavaca Alves do	-	UNIVALE UFV UNIRIO	Experiências educativas de catadoras e catadores de materiais recicláveis, relações de

							gênero e empoderamento feminino
9	2011	34ª ANPED	Artigo	SOUZA, Maria Celeste Reis Fernandes de; HOLLERBACH, Joana Darc Germano; ALMEIDA, Erika Christina Gomes de	-	Universidade federal de Minas Gerais	A Prática da leitura literária de mulheres da EJA
10	2012	35ª ANPED	Artigo	SOUZA, Marta	-	Universidade Federal Fluminense e Universidade Federal do Rio de Janeiro	O Sentido da escola para adultas pouco escolarizadas: A escola na contramão
11	2012	35ª ANPED	Artigo	PEREIRA, Aurea da Silva	-	Universidade Estadual da Bahia	Cenas de letramento – revelações de uma idosa na sala de aula “Quero andar na pisada de quem sabe mais”
12	2012	35ª ANPED	Artigo	MACHADO, Maria Margarida; GARCIA, Lénin Tomazett	-	Universidade Federal de Goiás	Passado e presente na formação de trabalhadores jovens e adultos
13	2015	37ª ANPED	Artigo	SANTOS, Pollyana dos	-	Instituto Federal do Espírito Santo	Trajetórias juvenis de mulheres em privação de liberdade e experiências escolares: os sentidos produzidos nos encontros e desencontros com a escola
14	2015	37ª ANPED	Artigo	AQUINO, Evely Cristine Pereira de; BRITO, José Eustáquio de; COSTA, Vânia Aparecida	-	Universidade estadual de Minas Gerais	Trajetórias de mulheres da educação de jovens e adultos em um assentamento de reforma agrária entre a luta pela terra e pela leitura da palavra
15	2015	37ª ANPED	Artigo	GODINHO, Ana Cláudia Ferreira	-	Universidade Estadual de Minas Gerais	Experiência de trabalho de mulheres estudantes do

							PROEJA
16	2010	Scielo	Artigo	FRIEDRICH, Márcia	-		Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas
17	2010	Scielo	Artigo	CIAVATTA, Maria; RUMMERT, Sonia Maria	-		As implicações políticas e pedagógicas do currículo na educação de jovens e adultos integrada à formação profissional
18	2010	Scielo	Artigo	MARQUES, Denise Travassos; PACHANE, Graziela Giusti	-		Formação de educadores: uma perspectiva de educação de idosos em programas de EJA
19	2010	Scielo	Artigo	DI PIERRO, Maria Clara	-		A educação de jovens e adultos no Plano Nacional de Educação: avaliação, desafios e perspectivas
23	2010	Scielo	Artigo	PEROSA, Graziela Serroni	-		A passagem pelo sistema de ensino em três gerações: classe e gênero na segmentação do sistema de ensino
24	2010	Scielo	Artigo	FERRARO, Alceu Ravanello	-		Escolarização no Brasil: articulando as perspectivas de gênero, raça e classe social
20	2011	Scielo	Artigo	PERES, Marcos Augusto de Castro.	-		Velhice e analfabetismo, uma relação paradoxal: a exclusão educacional em contextos rurais da região Nordeste.

25	2012	Scielo	Artigo	LEÃO, Geraldo; NONATO, Symaira Poliana	-		Políticas públicas, juventude e desigualdades sociais: uma discussão sobre o ProJovem Urbano em Belo Horizonte
21	2013	Scielo	Artigo	SCHNEIDER, Sônia Maria; FONSECA, Maria da Conceição Ferreira Reis	-		Esse é o meu lugar... esse não é o meu lugar: inclusão e exclusão de jovens e de adultos na escola.
22	2013	Scielo	Artigo	SOUZA, Maria Celeste Reis Fernandes de; FONSECA, Maria da Conceição Ferreira Reis	-		Territórios da casa, matemática e relações de gênero na EJA

Fonte: adaptado de BDTD, CEREJA, ANPED e Scielo (2016)

AUTORIZAÇÃO

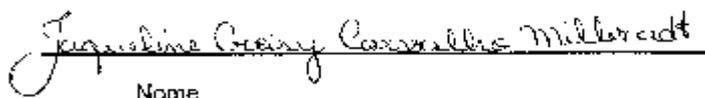
Nome do autor: JAQUELINE CREISY CARVALHO MILBRADT

RG: 3504933

Título da Dissertação: "Sonhei Que Sabia Ler e Escrever": Vozes Femininas no Processo de Escolarização na Educação de Jovens e Adultos.

Autorizo a Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, através da Biblioteca Universitária, disponibilizar cópias da dissertação de minha autoria.

Joinville, 24 de abril de 2017.


Nome